



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLV — Nº 11

QUINTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1990

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 11ª SESSÃO CONJUNTA, EM 21 DE MARÇO DE 1990

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO CARLOS VINAGRE — Desempenho da Cobal.

DEPUTADO JOSÉ FERNANDES — Considerações sobre o plano econômico lançado pelo Presidente Fernando Collor.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER — Prazo para apresentação de emendas às medidas provisórias que compõem o plano econômico do Governo Fernando Collor.

SR. PRESIDENTE — Resposta ao Sr. Francisco Küster.

DEPUTADA IRMA PASSONI — Realização de exposição da Abicomp no Congresso Nacional. Considerações a respeito da Medida Provisória nº 159/90.

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ, como Líder — Comentários ao discurso do Sr. Francisco Küster.

DEPUTADO PAULO PAIM — Documento do DIAP de avaliação do Plano Collor.

1.2.2 — Comunicações da Liderança do PSDB

— De substituições de membros em comissões mistas

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1989 (nº 3.477/89, na origem), que dispõe sobre a indenização da diferença entre a atualização mo-

netária dos empréstimos concedidos com recursos da Caderneta de Poupança Rural e o valor da correção monetária dos depósitos de poupança, e dá outras providências. **Aprovado** o veto.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 36, de 1989, que dispõe sobre a correção monetária das deduções do Imposto de Renda e dos saldos credores dos Fundos de Investimentos criados pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, e dá outras providências. **Aprovado** o veto.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1986 (nº 4.559/84, na origem), que dispõe sobre o reconhecimento dos profissionais em Educação Física e cria seus respectivos Conselhos Federal e Regionais. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1989 (nº 3.362/89, na origem), que “concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento”. **Discussão sobrestada**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1989 — Complementar. (Projeto de Lei Complementar nº 118/89, na origem), que “estabelece normas sobre a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, relativamente às exportações”. **Discussão sobrestada**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1989 (nº 1.485/89, na origem), que “altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências”. **Discussão sobrestada**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 74, de 1989-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 28 735.088,00 para os fins que especifica”. **Discussão sobrestada**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1989 (nº 3.931/89 na Câmara dos Deputados), que “institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências”. **Discussão sobrestada**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 1989, que “prorroga o prazo previsto no art. 1º da Lei nº 7.770, de 11 de maio de 1989”. **Discussão sobrestada**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1989 (nº 991/89, na origem), que “regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências”. **Discussão sobrestada**.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATAS DE COMISSÃO MISTA

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 17,04

Exemplar Avulso NCz\$ 0,11

Tiragem. 2.200-exemplares.

Ata da 11ª Sessão Conjunta, em 21 de março de 1990

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro e Iram Saraiva

AS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES.

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Luiz Piauhyllino — João Lyra — Divaldo Suruagy — Teotônio Viela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Afonso Arinos — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Matta Machado — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Junior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — José Paulo Bisol — José Fogaça

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PFL; José Melo — PMDB; Maria Lúcia — PMDB; Rubem Branquinho — PL.

Amazonas

Artur Albuquerque — PMDB; Beth Azize — PDT; Ézio Ferreira — PFL; José Dutra — PMDB; José Fernandes — PST; Sadie Hauache — PFL.

Rondônia

Arnaldo Martins — PSDB; Assis Canuto — PL; Chagas Neto — PL; Francisco Sales — PRN; José Guedes — PSDB.

Pará

Ademir Andrade — PSB; Aloysio Chaves — PFL; Amílcar Moreira — PMDB; Arnaldo Moraes — PMDB; Asdrubal Bentes — PMDB; Benedito Monteiro — PTB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PRN; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Fausto Fernandes — PMDB; Fernando Velasco — PMDB; Gabriel Guerreiro — PSDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Mário Martins — PMDB; Paulo Roberto — PL.

Tocantins

Ary Valadão — PDS; Freire Júnior — PRN; Leomar Quintanilha — PDC; Moisés Avelino — PMDB; Paulo Mourão — PDC; Paulo Sidnei — PMDB.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — PFL; Edivaldo Holanda — PCN; Eliézer Moreira — PFL; Enoc Vieira — PFL; Eurico Ribeiro — PRN; Haroldo Sabóia — PMDB; Jayme Santana — PSDB; Joaquim Haickel — PDC; José Carlos Sabóia — PSB; José Teixeira — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; Jesualdo Cavalcanti — PFL; Jesus Tajra — PFL; José Luiz Maia — PDS; Manuel Domingos — PC do B; Mussa Demes — PFL; Myriam Portella — PSDB; Paes Landim — PFL; Paulo Silva — PSDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Bezerra de Melo — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Etevaldo Nogueira — PFL; Firmo de Castro — PMDB; Furtado Leite — PFL; Gidel Dantas — PDC; José Lins — PFL; Luiz Marques — PFL; Mauro Sampaio — PMDB; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PDT; Orlando Bezerra — PFL; Osmundo Rebouças — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Flávio Rocha — PRN; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Iberê Ferreira — PFL; Ismael Wanderley — PTR; Marcos Formiga — PL; Ney Lopes — PFL; Vingt Rosado — PMDB.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Agassiz Almeida — PMDB; Aluizio Campos — PMDB; Antonio Mariz — PMDB; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; Francisco Rolim — PSC; João Agripino — PMDB; João da Mata — PSDB; José Maranhão — PMDB;

Pernambuco

Artur de Lima Cavalcanti — PDT; Cristina Tavares — PSDB; Egídio Ferreira Lima —

PSDB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Fernando Lyra — PDT; Gilson Machado — PFL; Gonzaga Patriota — PDT; Harlan Gadelha — PMDB; Horácio Ferraz — PFL; Inocência Oliveira — PFL; José Jorge — PFL; José Mendonça Bezerra — PFL; José Moura — PFL; José Tinoco — PFL; Marcos Queiroz — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Nilson Gibson — PMDB; Paulo Marques — PFL; Ricardo Fiuza — PFL; Roberto Freire — PCB; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Antonio Ferreira — PFL; Eduardo Bonfim — PC do B; José Costa — PSDB; José Thomaz Nonô — PFL; Roberto Torres — PTB; Vinicius Cansção — PFL

Sergipe

Acival Gomes — PSDB, Cleonânio Fonseca — PFL, Djenal Gonçalves — PMDB; João Machado Rollemberg — PFL; José Queiroz — PFL; Leopoldo Souza — PMDB; Messias Góis — PFL.

Bahia

Abigail Feitosa — PSB, Ângelo Magalhães — PFL; Benito Gama — PFL; Carlos Santana — PMDB, Domingos Leonelli — PSB; Eraldo Tinoco — PFL; Fernando Santana — PCB, Francisco Benjamim — PFL, Genébaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — PFL; João Alves — PFL; João Carlos Baccelar — PMDB; Jonival Lucas — PDC; Jorge Hage — PSDB; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Juathy Júnior — PSDB; Leur Lomanto — PFL; Lídice da Mata — PC do B; Luiz Eduardo — PFL; Manoel Castro — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Milton Barbosa — PFL; Miraldo Gomes — PDC; Murilo Leite — PMDB; Nestor Duarte — PMDB; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Sérgio Brito — PDC; Uldurico Pinto — PSB; Virgildásio de Senna — PSDB; Waldeck Ornêlas — PFL.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Jones Santos Neves — PL; Lezio Sathler — PSDB; Luridinha Savignon — PT; Nelson Aguiar — PDT; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolin — PFL; Rita Camata — PMDB; Rose de Freitas — PSDB; Stélio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — PL, Álvaro Valle — PL, Amaral Netto — PDS; Anna Maria Rattes — PSDB; Aroldo de Oliveira — PFL, Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Alberto Caó — PDT; César Maia — PDT; Daso Coimbra — PRN; Doutel de Andrade — PDT; Edésio Frias — PDT; Edmilson Valentim — PC do B; Ernani Boldrim — PMDB; Fábio Rau-

nheitti — PTB; Feres Nader — PTB; Flávio Palmier da Veiga — PMDB; Francisco Dornelles — PFL; Gustavo de Faria — Jayme Campos — PRN; Jorge Gama — PMDB; José Carlos Coutinho — PL; José Luiz de Sá — PL; José Maurício — PDT; Luiz Salomão — PDT; Lysâneas Maciel — PDT; Márcio Braga — PDT; Messias Soares — PMDB; Nelson Sabrá — PRN; Osmar Leitão — PFL, Oswaldo Almeida — PL; Paulo Ramos — PDT; Roberto Jefferson — PTB; Ronaldo Cezar Coelho — PSDB; Rubem Medina — PRN; Sandra Cavalcanti — PFL; Sérgio Carvalho — PDT; Simão Sessim — PFL; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT

Minas Gerais

Aécio Neves — PSDB; Álvaro Antônio — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PSDB; Carlos Mosconi — PSDB; Célio de Castro — PSDB, Chico Humberto — PDT, Christóvam Chiaradia — PFL; Dálton Canabrava — PMDB; Elias Murad — PSDB; Hélio Costa — PRN; Humberto Souto — PFL; Ibrahim Abi-Ackel — PDS; Israel Pinheiro — PMDB; João Paulo — PT; José da Conceição — PMDB; José Geraldo — PL; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Santana de Vasconcellos — PFL; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Lael Varella — PFL; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Alberto Rodrigues — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PRN; Mauro Campos — PSDB; Mello Freire — PMDB; Mello Reis — PDS; Milton Lima — PMDB; Milton Reis — PTB; Octávio Elísio — PSDB; Oscar Corrêa — PFL; Paulo Almada — PMDB; Raimundo Rezende — PMDB; Roberto Brant — PMDB; Roberto Vital — PRN, Ronaldo Carvalho — PMDB; Ronaro Corrêa — PFL; Rosa Prata — PMDB; Saulo Coelho — PFL; Sérgio Naya — PMDB; Sérgio Werneck — PL; Sílvio Abreu — PDT; Virgílio Guimarães — PT; Ziza Valadares — PSDB.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — PRP; Afif Domingos — PL; Agripino de Oliveira Lima — PFL; Ailton Sandoval — PMDB; Antonio Carlos Mendes Thame — PSDB; Antônio Salim Curiati — PDS, Aristides Cunha — PSC, Arnaldo Faria de Sá — PRN; Arnold Fioravante — PDS, Bete Mendes — PMDB; Cardoso Alves — PMDB; Caio Pompeu de Toledo — PSDB; Cunha Bueno — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Delfim Netto — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Fábio Feldmann — PSDB; Farabulini Júnior — PTB; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Francisco Amaral — PMDB; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Gerson Marcondes — PMDB; Gumercindo Milhomem — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; Jayme Paltarin — PTB; João Cunha — PST; João Herrmann Neto — PSB; João Rezek — PMDB; José Carlos Grecco — PSDB; José Egreja — PTB; José Genóino — PT; José

Maria Eymael — PDC; José Serra — PSDB; Koyu Iha — PSDB; Leonel Júlio — PPB; Luiz Eduardo Greenhalgh — PT; Luiz Gushiken — PT; Luiz Inácio Lula da Silva — PT; Maluly Neto — PFL; Manoel Moreira — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Nelson Seixas — PDT; Ricardo Izar — PL; Robson Marinho — PSDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Sólon Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PC do B; Antonio de Jesus — PMDB; Délio Braz — PMDB; Fernando Cunha — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jales Fontoura — PFL; João Natal — PMDB; José Freire — PMDB; José Gomes — PRN; Luiz Soyer — PMDB; Maguito Vilela — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Roberto Balestra — PDC; Tarzan de Castro — PDT.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Carneiro — PMDB; Geraldo Campos — PSDB; Jofran Frejat — PFL; Maria de Lourdes Abadia — PSDB; Sigmaringa Seixas — PSDB; Valmir Campelo — PTB

Mato Grosso

Antero de Barros —; Joaquim Sucena — PTB; Jonas Pinheiro — PFL; Júlio Campos — PFL; Osvaldo Sobrinho — PTB; Percival Muniz — PMDB; Rodrigues Palma — PTB; Ubiratan Spinelli — PLP

Mato Grosso do Sul

Ivo Cersósimo — PMDB; José Elias — PTB; Levy Dias — PFL; Plínio Martins — PSDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Saulo Queiroz — PSDB; Valter Pereira — PMDB.

Paraná

Airton Cordeiro — PFL; Alarico Abib — PMDB; Antônio Ueno — PFL, Basílio Villani — PRN; Darcy Deitos — PSDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Ervin Bonkoski — PTB; Gilberto Carvalho; Hélio Duque — PMDB; Jacy Scanagatta — PFL; José Carlos Martinez — PRN; José Tavares — PMDB; Jovanni Masini — PMDB; Matheus Iensen — PMDB; Maurício Fruet — PMDB; Max Rosenmann — PL; Nelson Friedrich — PSDB; Nilso Sguarez — PMDB; Osvaldo Macedo — PMDB; Paulo Pimentel — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PRN; Santinho Furtado — PMDB; Sérgio Spada — PMDB; Tadeu França — PDT.

Santa Catarina

Alexandre Puzyna — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Artenir Werner — PDS; Cláudio Avila — PFL; Eduardo Moreira — PMDB; Francisco Küster — PSDB; Henrique Córdova — PDS; Ivo Vanderlinde

— PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Orlando Pacheco — PFL; Paulo Macarini — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Victor Fontana — PFL; Vilson Souza — PSDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Antônio Britto — PMDB; Antônio Marangon — PT; Arnaldo Prieto — PFL; Carlos Cardinal — PDT; Darcy Pozza — PDS; Erico Pegoraro — PFL; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PSDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PTB; Jorge Uequed — PSDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Luis Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Mincarone — PTB; Paulo Paim — PT; Rospide Netto — PMDB; Ruy Nedel — PSDB; Telmo Kirst — PDS; Vicente Bogo — PSDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Annibal Barcellos — PFL; Eraldo Trindade — PFL; Geovani Borges — PRN; Raquel Capiberibe — PSB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; Chagas Duarte — PFL; Marluce Pinto — PTB; Ottomar Pinto — PDC.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — As listas de presença acusam o comparecimento de 71 Srs. Senadores e 437 Srs. Deputados.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Vinagre.

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Congressistas, o problema do abastecimento de gêneros de primeira necessidade, que começou a agravar-se no Brasil a partir da década de cinquenta, se não foi inteiramente resolvido, obteve um atento equacionamento, a partir da instituição da Companhia Brasileira de Alimentos, Cobal, que chegou a constituir-se de mais de vinte e oito mil pequenos e médios varejistas, em quinhentos e sessenta e cinco unidades administrativas operacionais, distribuídas por todo o País, com seis mil novecentos e quatorze funcionários dotados de ampla experiência no setor, depois de vinte e oito anos de trabalho na empresa.

Essa estrutura merece o melhor aproveitamento no novo órgão que resulta com a fusão de outros de atividade assemelhada, como embrião de um verdadeiro sistema de abastecimento alimentar nacional, da maior importância, sob os aspectos econômico e social.

Inegável a necessidade de um instrumento que sirva de canal para a transferência dos

ganhos de produtividade da indústria ou da fonte de produção até o consumidor.

Deve-se, no entanto, evitar uma estrutura intervencionista, não faltando, porém, ao novo órgão instrumentos para a regularização, disciplinamento e fiscalização do setor, configurando funções típicas do papel do Estado.

Inegavelmente, continuamos em crise de abastecimento, decorrente da perversa distribuição da renda nacional, que deve ser corrigida, em médio prazo, pela atual reforma administrativa e financeira, a começar pela redução da liquidez da moeda, cujo excesso vinha alimentando uma inflação galopante.

O nosso quadro de miséria se revela no fato de mais de setenta e cinco por cento das famílias ganharem até cinco salários mínimos, insuficientes para atender às necessidades básicas de uma família de quatro pessoas, com alimentação, transporte, higiene e moradia.

Dá por que se impõe não abandonar os objetivos perseguidos pela Cobal, na sua recente transformação, pela sua repercussão nos campos econômico e social.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fernandes.

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDT — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, mais uma vez teço considerações acerca do plano lançado pelo Presidente Fernando Collor. Gostaria de alertar para o fato de que não temos possibilidade de sarar, de curar a doença da inflação, do desequilíbrio estrutural do País sem um plano vigoroso. Ele é necessário, mas, em si, nada, mais significa do que um diagnóstico da doença. Dentro desse diagnóstico, é preciso começar a fazer a terapia, o tratamento para que, aos poucos, a economia brasileira volte a crescer, para que novamente se adquira, no País, a possibilidade de concorrer no mercado internacional.

Há alguns setores que precisam ser desenvolvidos, e outros, desestimulados. Se o País começa a pensar em manter um comércio bilateral com os "tigres" do Oriente, temos que readaptar os nossos meios de transporte. Precisamos, talvez, substituir aqueles que consomem maior quantidade de energia por tonelada por quilômetro por outros de menor consumo e que, inclusive, são competitivos a longa distância. Neste caso, seria, preciso converter, no País, o resultado da indústria automobilística, casado com todas aquelas indústrias de construção rodoviária, para beneficiar um pouco mais as indústrias de construção naval e ferroviária.

Esse é o tipo de tratamento que chamo de terapêutico, na nossa economia, para a correção de alguns desequilíbrios nela gerados, de algumas coisas que se foram desenvolvendo anormalmente, que cresceram mais do que a economia necessitava, em termos setoriais, e ficaram inclusive fazendo estímulos ou

tratos setores importantes para que a economia brasileira se modernize.

Nesse sentido de modernizar a economia brasileira é que esse plano pode representar uma reconversão, ocasionando um processo de atualização tecnológica, em determinados setores, e de criação de competitividade, em outros nos quais não estamos conseguindo competir. Mas, para ser assim, o importante não é o diagnóstico que aí está, nem o plano, em si, mas sim a sua administração, a partir de agora. Por isso, precisamos fazer algumas alterações, até de somenos importância, sem mudar as variáveis preponderantes da equação, que é o plano.

Precisamos, talvez, alterar alguma coisa em relação aos aposentados, aqueles que pouparam dinheiro para propósitos tais como atendimento de saúde, de urgência à saúde e diversos outros de caráter de assistência social, aí incluindo necessidades como habitação, saúde, e assim por diante. Mas não resolveremos o problema só com essa particularização de casos, individuais e em concretos. Isso deve ser objeto de estudo por parte do Governo, que tem uma comissão especial para tanto.

O grande, o macrop problema é que o Governo precisa, agora, saber administrar a reinjeção desses recursos no fluxo econômico dos meios de pagamento, que vão gerar a liquidez da economia. Quando permitir o retorno desses recursos ao sistema econômico, o Governo precisa fazê-lo de forma a propiciar que essa reinjeção se faça na estrutura produtiva nacional.

Esse é o grande desafio à equipe do Presidente Fernando Collor de Mello. Quanto ao resto, discutir se o plano é bonito, se deveria ter sido de fulano ou sicrano, é tudo bizantino. O que haverá, a partir de agora, é um exercício de competência, e todos tentaremos emprestar nossa ajuda para que o País, em primeiro lugar, resolva finalmente o seu problema social, causado por uma inflação galopante, que já estava marchando para a hiperinflação; e, em segundo, Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Congressistas, para que este País volte a ter na eficiência e na produtividade as armas necessárias a qualquer economia que queira participar do Primeiro Mundo, figurando entre as economias avançadas da comunidade internacional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Küster.

O SR. FRANCISCO KÜSTER (PSDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Congressistas, nossa presença na tribuna, nesta oportunidade, é para fazer um alerta à Mesa. Dirijo-me respeitosamente a V. Ex^a e à assessoria para que façam chegar ao conhecimento do Presidente do Senado, e por consequência Presidente do Congresso Nacional, Senador Nelson Carneiro, movimentação que ocorre nos corretores, com a boataria de que amanhã o PRN, o partido "collorido", vai levantar questão

de ordem para impedir que Congressistas que ainda não apresentaram suas emendas à medidas provisórias que compõem o pacote econômico não mais possam fazê-lo, a partir de amanhã.

Ouvimos do Senador Nelson Carneiro que esse prazo se estenderia até segunda-feira próxima. Estamos vivendo uma outra realidade. Temos de trabalhar e de trilhar o caminho preventivo, antes que se venha a consumir uma ação orquestrada. Infelizmente, temos de suspeitar que, se essa boataria está ganhando corpo é porque está tendo apoio de algumas Lideranças, daqueles "colloridos" da primeira hora, daqueles que "colloriram" oportunisticamente e de outros mais, que precisam oferecer alguma razão, alguma fundamentação à questão de ordem que, por certo, será levantada amanhã.

Gostaria até que, em seguida, algum porta-voz do Governo viesse dizer que não tem o menor fundamento essa suspeita que estamos levantando nesta hora, até para nos tranquilizar.

O pacote é enorme, é muito grande e exige de nós Parlamentares, um estudo mais aprofundado. Que se faça um estudo com muita responsabilidade para se oferecer a contribuição do Congresso Nacional, já que esta Casa não se pode deixar atropelar, em hipótese alguma. O Congresso tem que se prevenir, sim, contra a ousadia, que chega às raízes do desejo de atropelar os outros Poderes. Temos que nos modernizar para o novo tempo que estamos vivendo, temos que os prevenir contra a ação, que já se faz pública, visando ao atropelamento do próprio Congresso Nacional.

Gostaria, ainda, de ser possível, de ouvir em seguida a palavra do eminente Presidente dos trabalhos, que, por certo, haverá de nos tranquilizar, dizendo que a mensagem do Presidente Nelson Carneiro, quando da leitura das medidas provisórias, tem peso de lei, que o Congresso vai receber emendas até segunda-feira da próxima semana, que nenhum golpe será capaz de mudar essa vontade, nenhuma articulação que venha a se dar extraplenário, intramuros, seja capaz de cercar a participação do Parlamentar, com apresentação de emendas, e até de substitutivo global, se for do seu interesse.

Deixo registrado mais esta preocupação como uma medida preventiva, até para se evitar o constrangimento de, amanhã, sermos barrados na oportunidade em que venhamos a apresentar nossas emendas.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Deputado Francisco Kuster, a Presidência esclarece a V. Exª, para tranquilizá-lo, que o Presidente Nelson Carneiro, consultadas as Lideranças, dilatou o prazo para apresentação de emendas, que vai até segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concede a palavra à última oradora inscrita, Deputado Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, chamo a atenção de

todos para uma exposição da Abicomp que se realiza neste momento no Salão Negro.

Eu e muitos outros Parlamentares assistimos à grande luta pela Lei de Informática. Há também em andamento o Planin — Plano Nacional de Informática. E essa exposição nos dá uma imagem clara de como foi importante a Lei de Informática, que possibilitou um investimento muito grande na área e um crescimento na qualidade dos nossos produtos, com a formação e capacitação de profissionais de nível médio e superior.

É decisivo para o País dar a esta questão a importância que ela merece. Por isso, convidando todos os Parlamentares para visitarem a exposição da Abicomp e verificarem que o Brasil pode produzir tudo na área de informática, até com preços competitivos no mercado internacional e com tecnologia tão moderna quanto a estrangeira.

Por outro lado, Sr. Presidente, gostaria de deixar registrado o que penso sobre a Medida Provisória nº 156, que tramita nesta Casa. Num amplo debate sobre a questão da reforma administrativa, o papel do serviço e do servidor público no mundo, verificou-se que alguns países, como Japão, Alemanha, França e Venezuela, aumentaram ou diminuíram o número de seus órgãos públicos, e isto em nada ajudou na melhoria dos serviços por eles prestados. O que, na verdade, melhorou a prestação desses serviços, o desempenho do papel do Estado, foi a participação efetiva dos funcionários nas discussões, nas decisões e na própria avaliação do serviço público.

Portanto, não podemos concordar com a Medida Provisória nº 159, porque, na verdade, ela impõe ao servidor público regras de comportamento ultrapassadas, infantis, superadas. Dizer que todos têm que ser tratados com urbanidade etc. etc., é muito teórico. Portanto, ao Congresso Nacional cabe cumprir a Constituição a apreciar, até dia 4 de abril, o regime jurídico único e estabelecer normas para a realização de concursos públicos, ascensão funcional, direitos e deveres do servidor público e as consequências da sua atuação. Não podemos reduzir a disciplina do servidor público à mera neutralização, subjugação, infantilização das suas relações de trabalho. Os setores de recursos humanos de empresas modernas nos indicam que é preciso aprimorar as relações públicas, a co-responsabilidade, o servidor público deve sentir-se um servidor da saúde pública, um servidor da justiça pública, um servidor da educação pública. Eles precisam estar imbuídos dessa co-responsabilidade. Não adianta impingir-lhes normas infantis de comportamento. É preciso mostrar-lhes o que significam ao prestarem o serviço público.

Em palestra proferida na Casa, no ano passado, o D. Bernardo Kliksberg, da Organização das Nações Unidas, oferece, com base na experiência mundial, propostas claras em relação à disciplina e organização do serviço público.

Toda a matéria referente ao serviço público foi compilada no ano passado e se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e Re-

dação, pronta para ser apreciada. A Comissão de Serviço Público já a analisou, mas não oficialmente.

Sr. Presidente, não é estabelecendo regrinhas de comportamento que se conseguirá maturidade, competência na prestação do serviço público. O servidor público é um cidadão e isto ele deve ser cobrado ao prestar o serviço público.

O SR. CUNHA BUENO — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. CUNHA BUENO (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, se a matéria não for apreciada hoje, até que dia o veto será mantido?

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Até o dia 1º de março.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá, que falará como Líder de seu partido.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há pouco ocupou a tribuna o nobre Deputado Francisco Kuster, preocupado com o problema das emendas. O aspecto regimental já foi respondido por V. Exª, mas, quanto ao aspecto político, o nobre Deputado colocou dúvida sobre se o Governo tem ou não intenção de impedir as emendas ao novo plano econômico.

Quero dizer ao ilustre Deputado Francisco Kuster que o Governo não quer impedir a apresentação de emendas; em hipótese nenhuma quer o Governo atropelar o Congresso Nacional, pois conhece o texto regimental que rege as medidas provisórias. O Ministro da Justiça, Deputado Bernardo Cabral, conhece muito bem todo o Regimento, sabe que emendas poderão ser apresentadas. Hoje a Casa tem conhecimento da nomeação de todos os Relatores que irão analisar as emendas apresentadas.

Quando o Presidente Fernando Collor de Mello, diz que se o plano for alterado poderá ser prejudicado, fala no conjunto de emendas que poderão prejudicá-lo como um todo. Logicamente as emendas de um Deputado "A" e de um Deputado "B" poderão até ajustar o plano, poderão até ser necessárias à sua execução. Mas um conjunto muito grande de emendas poderá deformar o plano.

Esta é a preocupação do Presidente Fernando Collor, que jamais imaginou a aprovação do plano sem a manifestação do Congresso, que é soberano. O Poder Executivo sabe que a interdependência dos Poderes tem que ser harmônica e por isso sabe respeitar e conhece o valor que tem não só o Legislativo, mas também o Judiciário.

De uma vez por todas devemos parar com essas afirmações de que há intenção de atropelar o Congresso. Não há nenhuma intenção de atropelar o Congresso e, por esta razão, já não pela primeira vez no dia de hoje, venho

dizer que há total interesse na colaboração e na participação do Congresso Nacional.

O Sr. Paulo Paim — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Ex.ª a palavra

O SR. PAULO PAIM (PT — RS. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, encaminho à Mesa um documento, elaborado por diversos economistas do DIAP, que mostra que o Plano Collor vai trazer para a classe trabalhadora o maior arrocho salarial da história deste País, muito pior que o do Plano Cruzado, muito pior que o do Plano Bresser e o do Plano Verão.

Mostra ainda este documento que o arrocho salarial que vem para o salário mínimo não garante sequer os 5% no trimestre, quando a antiga política salarial garantia, mensalmente, um aumento real de 3%. Mostra também que é totalmente inconstitucional, porque fere direito adquirido, a inflação do mês de março, que simplesmente desapareceu.

O Ministro Mailson usava a expressão “o gato comeu”. Agora podemos dizer que o Presidente da República colocou no bolso a inflação de março.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — V. Ex.ª será atendido.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR

“A PRIVATIZAÇÃO DE COLLOR

Por meio da Medida Provisória nº 155, de 15 de março de 1990, o Presidente da República, com uma só penada, autorizou a privatização de literalmente todas as empresas públicas e sociedades de economia mista existentes no País, bem como as participações destas em outras empresas do setor privado. A exceção apenas dos setores de telecomunicações (art. 21 da Constituição Federal — CF), petróleo, gás e minerais nucleares (art. 177 CF), o programa de desestatização poderá privatizar tudo o resto, sem necessidade de nova autorização legislativa.

Ora, se para criar uma empresa estatal, de acordo com a Constituição, há a necessidade de uma lei específica, para cada caso, parece óbvio que para privatizar também haverá a exigência, para cada caso, de uma lei. Se este raciocínio é correto, impõe-se, desde já, levantar uma preliminar de inconstitucionalidade da MP nº 155.

Mesmo questionado sua constitucionalidade, vamos adentrar os detalhes do plano, par que se tenha uma idéia da amplitude do programa de privatização e das reais intenções de quem o formulou.

O Programa Nacional de Desestatização, instituído pela nº MP 155, será executado por uma Comissão Diretora, composta de oito membros, sendo 4 do Governo e 4 “notáveis” do setor privado, com poderes absolutos para, por exemplo, fixar o preço mínimo das ações ou bens em processo de alienação, aprovar a destinação dos recursos provenientes da privatização, determinar a forma de

pagamento da alienação, autorizar ou não a compra de controle acionário por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, facultar ou não aos empregados comprar ações em condições especiais etc.

O plano de desestatização, conforme alertado em nosso Informativo de fevereiro, consiste numa autorização genérica ao Poder Executivo para, por meio de decreto, transferir ao setor privado as empresas em que o Governo possua participação societária ou controle acionário. Essa transferência se dará mediante alienação de participação societária, inclusive de controle acionário; abertura de capital; aumento de capital com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de substituição; transformação, incorporação, locação, comodato ou cessão de bens e instalações; ou dissolução de empresas ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a consequente alienação de seus ativos.

Pelo plano, admite-se a venda do controle acionário para um único comprador, em lote único e indivisível. Esta regra, caso se concretize, certamente manterá o sistema atual de feudos: familiares, em que uma só pessoa ou família detém todo o parque produtivo de determinado setor, num verdadeiro monopólio privado.

Há um aspecto nesse plano, que nos parece o de maior gravidade e por isso merece ser analisado com o devido cuidado. Trata-se da conversão de títulos da dívida externa brasileira em ações das estatais em processo de alienação. Caso prevaleça esta regra, qualquer pessoa, física ou jurídica, brasileira ou estrangeira, poderá adquirir, no mercado interno ou externo, título da dívida externa brasileira, no mercado secundário, com deságio de até 60%, e trocá-los, com seu valor de face, por ações das melhores e mais rentáveis empresas públicas ou sociedade de economia mista em processo de privatização. “É um negócio da china”!

Um dado curioso em tudo isto, é que o mentor/autor dessas Medidas Provisórias utilizou-se, em larga escala, de malabarismo jurídico para escamotear suas verdadeiras intenções. Ao se referir à possibilidade de aquisição de ações e até a compra do controle acionário por estrangeiro, fez uso da expressão “pessoas físicas ou jurídicas não nacionais” e valeu-se de idêntico procedimento quando se referiu à possibilidade de conversão, mencionando que “os detentores dos títulos representativo da dívida externa brasileira, junto ao Banco Central, poderão utilizá-los no pagamento de aquisição de ações ou bens”.

Não bastasse tudo isto, o programa de desestatização prevê ainda o saneamento financeiro das empresas a serem privatizadas, ou seja, injeção de recursos públicos, além de ajustes operacionais, contábeis e jurídicos, para tornar mais atrativa a sua alienação aos grupos privados nacionais ou estrangeiros.

O programa será gerido, por um Fundo Gestor, obrigatoriamente uma instituição oficial, que terá uma remuneração de 0,2% do valor líquido das empresas alienadas, como

remuneração dos custos operacionais. Ao Fundo Gestor compete centralizar todas as ações das empresas controladas, direta ou indiretamente pela União e instituídas por lei ou ato do Poder Executivo, as criadas pelo setor privado e que, por qualquer motivo, passaram ao controle, direto ou indireto, da União e finalmente as pertencentes às empresas em que a União possui participações minoritárias.

A aplicação dos recursos oriundos da privatização das empresas estatais e de suas participações em outras empresas do setor privado será utilizada na quitação das dívidas dessas empresas para com o setor público e, a critério da Comissão Diretora, o restante pode ser aplicado na aquisição de títulos intransferíveis, a longo prazo, da dívida pública, bem como para o pagamento de dividendos aos acionistas, além de outras destinações.

Como se vê, o programa de privatização representa um verdadeiro cheque em branco ao Poder Executivo, ao qual competirá, sem qualquer interferência do Congresso, transferir (nas condições que bem entender), as empresas estatais, que constituem o patrimônio nacional, para as mãos dos grupos privados ou estrangeiros.

Mas as coisas não param por aí, não. O Governo, não satisfeito em apenas privatizar, editou a MP 151, também de 15 de março, em que extingue ou dissolve as seguintes entidades: Autarquias: Sudeco, Sudesul, DNOS, IAA e IBC; Fundações: Educar e Museu do Café; Empresas Públicas: EBTU e Embrater e Sociedade de Economia Mista: CAEEB, BNCC, Interbrás, Petromisa, Siderbrás, Embrafilme, Cobrap e Infaz, além de proceder a uma série de fusões que implicam dispensa de pessoal.

A decisão quanto aos funcionários não é menos dramática: serão dispensados ou colocados em disponibilidade, segundo sejam estáveis ou não. Assim, os empregados estáveis das autarquias e fundações serão colocados em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, e os não-estáveis serão dispensados tal como os servidores das empresas públicas e sociedade de economia mista, com imediata quitação dos direitos trabalhistas.

Além das duas medidas provisórias, o Governo Federal baixou o Decreto nº 99.179, que institui o Programa Federal de Desregulamentação, cuja finalidade é formar uma Comissão Especial, vinculada a Presidência da República, para propor a descentralização administrativa, transferindo atribuições aos Estados e Municípios, e executar a extinção de órgãos ou entidades que, a juízo dessa Comissão, se tornem supérfluos ou conflitem com as diretrizes de fortalecimento da iniciativa privada, resultando em mais demissões.

O pacote de privatização, como se vê, tem aspectos preocupantes, exigindo uma reação firme para evitar que haja doação do patrimônio público e demissão injusta dos empregados das empresas do Estado.

Finalmente, sugere-se uma atuação intensa junto ao Congresso Nacional, bem como a adoção de procedimentos judiciais, tendo como fundamento os artigos e incisos da Constituição que alencamos a seguir, com os quais conflitam as medidas adotadas

Dispositivos Constitucionais a Serem Invocados na Contestação do Plano de Privatização

"Art. 37, inciso XIX — somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública.

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I —

V — sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Art. 103 Podem propor ação de inconstitucionalidade:

I —

VII — o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII — partido político com representação no Congresso Nacional;

IX — Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Art. 5º inciso LXXIII — qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Art. 62. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Parágrafo único. As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de 30 dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes."

As Novas Regras Salariais

Há menos de dez meses da decisão histórica do Congresso Nacional que derrubou dois vetos presidenciais e instituiu uma política salarial e um salário mínimo constitucionais no País, com reajuste mensal e automático, o novo Governo edita uma Medida Provisória, de nº 154, de 15 de março de 1990, que revoga as leis aprovadas soberanamente pelo Poder Legislativo e impõe sérias perdas aos trabalhadores.

A nova política salarial, instituída através da Medida Provisória nº 154, aplica-se também aos servidores públicos federais, esta-

duais e municipais, civis e militares de todos os poderes, aos empregados das autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades da administração direta ou indireta, bem como aos aposentados e pensionistas, revogando a legislação que assegurava a esses servidores e aposentados reajustes mensais e automáticos.

Vejamos, em detalhes, as modificações ocorridas tanto no salário mínimo quanto na política salarial e o que elas significam:

Salário Mínimo

Como era (Lei nº 7.789/89):

a) correção automática mensal, pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), do mês anterior;

b) aumento real, além do IPC pleno, de 6,09% em cada bimestre.

Como ficou (MP 154/90):

a) correção mensal (espécie de antecipação) de acordo com um índice arbitrado (pré fixado) pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento;

b) reajuste trimestral automático, a partir de abril de 1990, sempre que a variação acumulada dos preços de uma cesta básica, definida pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, for superior à variação acumulada das correções (antecipações) mensais;

c) o percentual do reajuste trimestral automático será igual à diferença entre os aumentos acumulados de preços e os reajustes (antecipações) mensais, acrescido de 5%, a título de incremento real; e

d) ficam excluídos do cálculo da variação dos preços, para efeito do reajuste automático trimestral, os reajustes de preços autorizados em caráter extraordinário, até o dia 30 de abril de 1990.

Nota-se que o incremento (ou aumento) real de 5% a cada três meses, fica condicionado (ou no mínimo possibilita esta interpretação) a que a variação acumulada da cesta básica no semestre seja superior à variação acumulada das antecipações ou correção mensal. Ou seja, se os aumentos de preços do trimestre forem iguais ou inferiores aos reajustes mensais de salários no mesmo trimestre, não haverá reajuste automático nem aumento real nenhum. Com a exclusão/expurgo dos reajustes dos preços autorizados em caráter extraordinário, até 30 de abril, tudo indica que não haverá o primeiro reajuste trimestral

Registre-se que a MP 154, relativamente à fixação do valor do salário mínimo, fere a Constituição (art. 7º, inciso IV) na medida em que transfere para o Executivo uma atribuição que, a nosso juízo, deve ser definida por lei e não por portaria.

Destaque-se o fato de a MP 154 incluir no cálculo do salário mínimo apenas os produtos de uma cesta básica, enquanto que a Constituição determina a inclusão de nove necessidades básicas do trabalhador: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer,

vestuário, higiene, transporte e previdência social.

Percebe-se que a correção ou antecipação mínima mensal poderá ficar muito aquém da inflação real, já que se trata de prefixação, sem qualquer parâmetro mais seguro de que não haverá perda salarial

Vê-se que houve de fato redução salarial, na medida em que houve a substituição de um aumento real mensal de 3%, pago bimestralmente à base de 6,09%, por um aumento (que é duvidoso) de 5% por trimestre, contrariando o inciso VI do art. 7º da Constituição Federal.

Suprimiu-se o IPC de março, estimado em 80% o que constitui confisco salarial, redução de salário e negação de direito adquirido, conflitando com os incisos VI e X do art. 7º e XXXVI do art. 5º da Constituição.

Finalmente, vale registrar a contradição do Presidente da República, que foi eleito prometendo aumentar o poder de compra do salário mínimo e em seu primeiro ato de governo cuida de reduzir o aumento real do mínimo e ignorar a inflação de março, estimada em 80%.

Política Salarial

Como era (Lei nº 7.788/89):

a) garantia de correção automática mensal, com base no IPC pleno do mês anterior, para todos os trabalhadores que ganhassem até 3 salários mínimos (algo em torno de 70% do total de assalariados),

b) garantia da preservação das conquistas dos acordos e convenções anteriores, independente de sua renovação;

c) direito à correção da inflação plena verificada entre uma data-base e outra, para os empregados com salários superiores a 3 mínimos;

d) direito a aumento real, decorrente da decisão judicial ou negociação coletiva, tendo por base a produtividade, a compatibilização com o mercado de trabalho, a lucratividade da empresa ou setor, dentre outros fatores e

e) sem efeito suspensivo, ou seja, as decisões proferidas em dissídios coletivos nos tribunais regionais tinham eficácia imediata, independente de recurso ao TST

Como ficou (MP nº 154/90):

a) correção mensal, com base em índice estimado ou prefixado, divulgado em portaria do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento no primeiro dia útil da segunda quinzena de cada mês;

b) se o índice estimado ou arbitrado for inferior à inflação efetivamente ocorrida, o empregado poderá negociar com o empregador esta complementação;

c) é livre a negociação de aumento salarial, além do reajuste mensal prefixado, desde que o aumento não seja repassado para os preços;

d) retorno do efeito suspensivo, ou seja, as decisões em causas coletivas só serão cumpridas quando proferidas em última instância;

e) fim da possibilidade de aumento real (por produtividade, lucratividade e compatibilidade com o mercado de trabalho);

f) nega o direito automático à inflação ocorrida entre uma data-base e outra, e

g) acaba com o direito de manutenção das conquistas asseguradas em acordos ou convenções anteriores, independentemente de sua renovação.

Como se vê, uma simples leitura deste rápido esquema já é suficiente para se perceber o quanto é cruel esta nova medida de arrocho salarial. Além de retirar uma série de garantias jurídicas, que não têm nada a ver com inflação, ainda substitui o IPC de março estimado em 80%, por um percentual (talvez 40% ou menos) a ser pré-fixado para abril, confiscando mais uma vez o direito a um reajuste pleno, exatamente como ocorreu com os planos Cruzado e Bresser.

O arrocho salarial é evidente, mas ele se acentua muito mais para aquelas categorias profissionais que ainda não conseguiram sequer recuperar os 26,06% do Plano Bresser e os 70,28% do Plano Verão.

Ora, se a medida governamental é para conter a inflação, qual é a razão de mexer na política salarial, já que ela não tem, nunca teve nem terá efeitos inflacionários? Se o objetivo fosse efetivamente combater a inflação, a MP nº 154 não estaria excluindo do índice a ser pré-fixado para os preços os aumentos autorizados (ou a serem autorizados) extraordinariamente até 30 de abril próximo. Aliás, essa exclusão, esse expurgo, alcança em cheio os reajustes automáticos do salário mínimo, que ocorrerão trimestralmente sempre que a variação dos preços seja superior ao índice/percentual estimado mensalmente para os salários.

Qual é a contribuição efetiva que o retorno do efeito suspensivo trás ao combate da inflação, a não ser prejuízo aos trabalhadores? Por que, então, que o Governo revogou os artigos 1º a 7º da Lei nº 7.788/89, se apenas os de números 2º e 5º tratavam de política salarial e critérios de reajustes? É claro que houve má fé. Pegaram uma carona na modificação dos critérios de reajuste e suprimiram as principais conquistas jurídicas dos trabalhadores.

Perdas Jurídicas

Caso prevaleça o texto do Governo Federal sobre salário, ficam revogadas as seguintes garantias jurídicas, talvez as mais importantes conquistadas nos últimos tempos:

1. "As vantagens salariais asseguradas aos trabalhadores nas Convenções ou Acordos Coletivos só poderão ser reduzidas ou suprimidas por convenções ou acordos coletivos posteriores."

Isto significa que, mesmo que não houvesse acordo no ano seguinte, a Justiça estaria obrigada a manter as cláusulas pretéritas, ou seja, as cláusulas dos acordos ou convenções anteriores. Era proibida a supressão das garantias pactuadas coletivamente entre o sindicato de trabalhadores e o empregador ou seu sindi-

cato de classe. Trata-se, na verdade, da preservação de um direito adquirido.

2. "Os aumentos reais e a melhoria das condições de trabalho serão fixados em Convenções e Acordos Coletivos ou em decisões normativas, observada, dentre outros fatores, a compatibilização com o mercado de trabalho, a produtividade e a lucratividade do setor ou empresa."

Isto significa que cabe à lei garantir o poder de compra dos salários, com reajustes automáticos nos mesmos níveis da inflação, ficando reservado à negociação coletiva e às decisões judiciais a tarefa de assegurar aumento real e a melhoria das condições de trabalho, devendo, para tanto, observar, dentre outros fatores, as condições de lucratividade e produtividade da empresa ou setor e ainda o mercado de trabalho.

3. "Em qualquer circunstância, não se dará efeito suspensivo aos recursos interpostos em processo de dissídio coletivo."

Isto significa que as decisões dos tribunais regionais são para valer, ou seja, uma vez proferida a sentença ou acórdão, o empregador fica obrigado a pagar os direitos trabalhistas imediatamente, independente de haver recursos à instância superior, ou seja, ao TST. Trata-se de uma conquista importante, porque evita que haja o protelamento do pagamento de verbas salariais que constituam direito líquido e certo do trabalhador.

Finalmente, cabe alertar que o pacote do Governo Collor é preocupante no que se refere à privatização, é recessivo na parte econômica, causa desemprego e impõe um forte arrocho salarial. Se o movimento sindical não adotar uma postura rápida e firme em defesa dos interesses dos trabalhadores, perderemos nossas estatais, estarão dispensados seus empregados e ficaremos sem uma política salarial que mantenha os reajustes automáticos e mensais, além de perdermos os mecanismos jurídicos de proteção do salário e das condições de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. Primeiro Secretário.

São lidas as seguintes:

Of. PSDB/I/nº 296/90

Brasília, 20 de março de 1990

Senhor Presidente:

Indico a Vossa Excelência, na forma regimental, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 148, a Excelentíssima Senhora Deputada Anna Maria Rattes, em substituição ao Excelentíssimo Senhor Deputado Hermes Zaneti.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência manifestações de elevada estima e distinto apreço. — Deputado **Robson Marinho**, 1º Vice-Líder no Exercício da Liderança.

Of. PSDB/I/nº 297/90

Brasília, 20 de março de 1990

Senhor Presidente:

Indico a Vossa Excelência, na forma regimental, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 150, o Excelentíssimo Senhor Deputado Hermes Zaneti, em substituição ao Excelentíssimo Senhor Deputado Nelson Friedrich.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência manifestações de elevada estima e distinto apreço. — Deputado **Robson Marinho**, 1º Vice-Líder no Exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Serão feitas as substituições solicitadas. (Pausa) Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1989 (Nº 3.477/89, na origem), que dispõe sobre a indenização da diferença entre a atualização monetária dos empréstimos concedidos com recursos da caderneta de poupança rural e o valor da correção monetária dos depósitos de poupança, e dá outras providências.

Parte vetada: art. 3º do projeto.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão conjunta realizada no dia 20 do corrente, às dezoito horas e trinta minutos, ficando a votação adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece que, de acordo com o disposto no § 4º do art. 66 da Constituição, a votação far-se-á em escrutínio secreto.

Nos termos do art. 43, § 2º, do regimento comum, a votação será iniciada pela Câmara. Lembro ao plenário que a votação refere-se ao veto presidencial e não à parte vetada.

Os senhores parlamentares que votarem "sim" estarão aprovando o veto, rejeitando, portanto, a parte vetada.

Votação do veto aposto ao art. 3º do projeto.

Em votação na Câmara.

(Procede-se à votação)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece que o Senador Nelson Carneiro prometeu um **weekend** para todos os Srs. Deputados que não comparecerem. Um final de semana feliz, com sessão na sexta-feira às 18h 30min.

O Sr. José Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apelo a V. Exª no sentido de que determine à Secretaria do Congresso Nacional, que en-

tre em contato com o Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, onde se realiza reunião da bancada do nosso partido. Lá estão, seguramente, mais de 50 Deputados, que, se souberem da votação do veto, correrão para cá, inclusive para completar o quorum

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Esta Presidência está pasma. Marcar uma reunião para às 18h 30min, sabendo que o Congresso está convocado, é algo fora do comum.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência solicita à Liderança do PMDB que traga ao plenário os Deputados de sua bancada que se encontra em reunião. (Pausa)

(Prossegue a votação)

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, estou convencido de que a reunião da bancada do PMDB deve ser mais importante do que a do Congresso Nacional, razão pela qual a bancada reluta em estar aqui. Mas estou mais convencido ainda de que, depois do apelo feito pelo Deputado José Tavares, todos comparecerão imediatamente para propiciar o quorum necessário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência não se convence e aguarda um pouco mais. (Pausa.)

(Prossegue a votação)

O Sr. José Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero apenas discordar do Deputado Paulo Ramos. A nossa bancada não considera sua reunião mais importante que a do Congresso. É que nesta Casa nós nos obrigamos a fazer muitas coisas ao mesmo tempo, fato que o Deputado Paulo Ramos conhece, inclusive porque — para nossa alegria — pertenceu ao nosso partido. Ontem, houve reunião de determinado partido; anteontem, de outro; hoje, do nosso. É prática natural exigir de Deputados e Senadores que estejam em vários lugares ao mesmo tempo. Isto não significa dizer que o nosso Partido dê mais valor à reunião da sua bancada, apesar da relevância do assunto que ali se está tratando. A sessão do Congresso Nacional obviamente tem preferência sobre qualquer tipo de reunião. Não concordo com as colocações feitas pelo Deputado Paulo Ramos. Fiz inclusive um apelo a V. Exª para que mandasse a secretaria entrar em contacto com o auditório Nereu Ramos a fim de que nossos colegas, Deputados e Senadores, compareçam ao plenário para formalizar o quorum, ou para pelo menos votar.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência já tomou as devidas providências.

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Exª a palavra

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o que estamos votando é o primeiro item da pauta, o veto presidencial ao Projeto de Lei nº 50, da Câmara dos Deputados. Esperamos obter o quorum necessário, porque temos outras matérias importantes que deverão ser apreciadas no dia de hoje

Solicito aos Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, nos corredores ou nas Comissões que se dirijam ao plenário para votarmos, pois faltam apenas cerca de 30 Deputados para atingirmos o quorum. Assim, poderemos, inclusive, votar as matérias subsequentes. É importante que todos os Deputados, como lembrava o nobre Deputado José Tavares, estejam no plenário neste momento, para se proceder à votação

O item seguinte da pauta é outro veto, e os vetos, como os Srs. Congressistas sabem, de acordo com o texto constitucional, obstam o andamento da pauta. Daí, é importante que todos os Srs. Parlamentares acorram rapidamente ao plenário. Conto com a condescendência do Sr. Presidente, que já está protelando o horário, no sentido de que possamos adiantar o andamento dos nossos trabalhos.

Chamo a atenção dos nossos companheiros, porque, não havendo quorum na sessão de hoje, certamente tendo sessão amanhã, sexta-feira e, segundo prerrogativas do próprio Presidente do Congresso Nacional, nobre Senador Nelson Carneiro, podemos ter também sessão sábado e domingo. O nobre Deputado Valmir Campelo, de Brasília, e seus demais pares não estão preocupados com isto, mas os Srs. Parlamentares que querem retornar às suas bases podem ficar prejudicados. Precisamos urgentemente atingir o quorum. Quando iniciei minha manifestação havia 215, Srs. Parlamentares, já estamos em 220. Precisamos que os Srs. Parlamentares venham ao plenário, a fim de obtermos rapidamente o quorum para, então, podermos apreciar os demais vetos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PDC — TO. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quero esclarecer a este Plenário que a época é de trabalho parlamentar intenso, de negociação, de reunião com bancada, de encontros a nível de Presidência da República, de ministérios e estamos procurando, através do nosso partido, dar nossa contribuição para este momento. Temos outros Parlamentares que estão se dirigindo ao

Plenário, para que possamos concluir esse processo de votação, com o quorum que todos precisamos atingir.

São estes os esclarecimentos que desejava prestar.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O Senador Nelson Carneiro assumirá a Presidência para prestar informações importantes à bancada do PMDB.

O Sr. Iram Saraiva, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vamos votar.

A Presidência faz um apelo às bancadas dos partidos que estão reunidos para que venham ao plenário a fim de se concluir a votação. Ao mesmo tempo, informa que, para facilitar a votação dos numerosos vetos, haverá sessão do Congresso Nacional às 14h30 min. de amanhã. Aviso aos Srs. Senadores que a sessão do Senado, da tarde, foi antecipada para às 10hs. de amanhã. Assim, às 10hs. haverá sessão do Senado e às 14h30min. do Congresso Nacional. Para adiantar um pouco a votação desses vetos, entraremos pela noite, amanhã e na sexta-feira, até quando for possível. Temos que cumprir o dever de votar exatamente para possibilitar aqueles Srs. Deputados e Senadores que queiram discutir, já pela segunda vez, as medidas provisórias recentemente enviadas, fazê-lo com tempo e sem atropelo.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em razão de o plenário da Câmara dos Deputados ser utilizado, amanhã, para uma sessão do Congresso, conforme comunicação de V. Exª neste momento, gostaria de saber em que horário será realizada a sessão da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Há uma sessão de homenagem marcada para às 11hs.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Peço aos Srs. Deputados que venham cumprir o dever de votar. Todos os Senhores estavam informados desta reunião.

Peço que continuem no plenário, sob pena de termos de trabalhar sexta-feira e sábado.

(Prossegue a votação)

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sugiro a V. Exª que peça a permanência dos Deputados em plenário, pois temos outras votações. Alguns estão votando e saindo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Srs. Deputados, façam a gentileza de continuar no plenário. Há numerosas outras votações. (Pausa.)

(Prossegue a votação)

VOTAM OS SRS: DEPUTADOS:**Acre**

Alécio Dias
José Melo.

Amazonas

Antar Albuquerque
Beth Azize
Ézio Ferreira
José Fernandes
Sadie Hauache.

Rondônia

Arnaldo Martins
José Guedes.

Pará

Ademir Andrade
Aloysio Chaves
Amílcar Moreira
Arnaldo Moraes
Asdrubal Bentes
Benedicto Monteiro
Domingos Juvenil
Fausto Fernandes
Fernando Velasco
Gabriel Guerreiro
Gerson Peres
Jorge Arbage
Mário Martins.

Tocantins

Ary Valadão
Edmundo Galdino
Eduardo Siqueira Campos
Freire Júnior
Leomar Quintanilha
Paulo Mourão.

Maranhão

Antonio Gaspar
Costa Ferreira
Edivaldo Holanda
Eurico Ribeiro
Haroldo Sabóia
Jayme Santana
Joaquim Haickel
José Carlos Sabóia
José Teixeira
Wagner Lago.

Piauí

Átila Lira
Felipe Mendes
Jesualdo Cavalcanti
Jesus Tajra
José Luiz Maia
Mussa Demes
Paes Landim.

Ceará

Aécio de Borba
Bezerra de Melo
Carlos Virgílio
Gidel Dantas
José Lins
Luiz Marques
Moema São Thiago

Moysés Pimentel
Orlando Bezerra
Paes de Andrade
Ubiratan Aguiar.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara
Flávio Rocha
Henrique Eduardo Alves
Ismael Wanderley
Vingt Rosado.

Paraíba

Agassiz Almeida
Edme Tavares
Francisco Rolim.

Pernambuco

Artur de Lima Cavalcanti
Gonzaga Patriota
Inocêncio Oliveira
José Mendonça Bezerra
José Tinoco
Salatiel Carvalho.

Alagoas

José Thomaz Nonô
Roberto Torres.

Sergipe

Acival Gomes
João Machado Rollemberg.

Bahia

Abigail Feitosa
Ângelo Magalhães
Benito Gama
Carlos Sant'Anna
Celso Dourado
Domingos Leonelli
Eraldo Tinoco
Francisco Pinto
Jairo Azi
Jairo Carneiro
Joaci Góes
João Alves
Jonival Lucas
Jorge Hage
Jutahy Júnior
Leur Lomanto
Lídice da Mata
Luiz Eduardo
Luiz Vianna Neto
Manoel Castro
Milton Barbosa
Miraldo Gomes
Prisco Viana
Sérgio Brito
Uldurico Pinto
Virgildásio de Senna
Waldeck Ornélas.

Espírito Santo

Lezio Sathler
Lurdinha Savignon
Nelson Aguiar
Pedro Ceolim
Rose de Freitas.

Rio de Janeiro

Álvaro Valle
Anna Maria Rattes
Artur da Távola
Bocayuva Cunha
Carlos Alberto Caó
César Maia
Daso Coimbra
Doutel de Andrade
Flavio Palmier da Veiga
Jayme Campos
José Carlos Coutinho
José Maurício
Lysânias Maciel
Nelson Sabrá
Osmar Leitão
Paulo Ramos
Roberto Jefferson
Ronaldo Cezar Coelho
Rubem Medina
Sérgio Carvalho
Simão Sessim
Vladimir Palmeira.

Minas Gerais

Álvaro Antônio
Alysson Paulinelli
Bonifácio de Andrada
Carlos Mosconi
Célio de Castro
Elias Murad
Humberto Souto
Ibrahim Abi-Ackel
Israel Pinheiro
João Paulo
José da Conceição
José Santana de Vasconcellos
José Ulisses de Oliveira
Lael Varella
Leopoldo Bessone
Mário Assad
Mário de Oliveira
Mello Reis
Milton Reis
Octávio Elísio
Oscar Corrêa
Paulo Almada
Raimundo Rezende
Roberto Brant
Roberto Vital
Rosa Prata
Saulo Coelho
Sérgio Naya.

São Paulo

Agripino de Oliveira Lima
Antônio Salim Curiati
Aristides Cunha
Arnaldo Faria de Sá
Arnold Fioravante
Cardoso Alves
Cunha Bueno
Del Bosco Amaral
Delfim Netto
Farabulini Júnior
Florestan Fernandes
Francisco Amaral
Gastone Righi
Geraldo Alckmin Filho

Gumerindo Milhomem
Irma Passoni
João Rezek
José Egreja
José Genoíno
José Maria Eymael
Leonel Júlio
Luiz Eduardo Greenhalgh
Luiz Gushiken
Maluly Neto
Mendes Botelho
Nelson Seixas
Roberto Valle Rollemberg
Robson Marinho
Samir Achôa.

Goiás

Jalles Fontoura
José Gomes
Pedro Canedo
Tarzan de Castro.

Distrito Federal

Augusto Carvalho
Gerald Campos
Maria de Lourdes Abadia
Sigmaringa Seixas
Valmir Campelo.

Mato Grosso

Antero de Barros
Jonas Pinheiro
Júlio Campos
Osvaldo Sobrinho
Rodrigues Palma
Ubiratan Spinelli.

Mato Grosso do Sul

Ivo Cersósimo
José Elias
Levy Dias
Rosário Congro Neto
Valter Pereira.

Paraná

Airton Cordeiro
Darcy Deitos
Gilberto Carvalho
Hélio Duque
José Tavares
Maurício Fruet
Nelson Friedrich
Nilso Sguarezi
Osvaldo Macedo
Paulo Pimentel
Tadeu França.

Santa Catarina

Antônio Carlos Konder Reis
Cláudio Avila
Francisco Kuster
Henrique Córdova
Orlando Pacheco
Renato Vianna
Ruberval Pilotto
Victor Fontana
Wilson Souza
Walmor de Luça.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck
Adylson Motta
Amaury Müller
Carlos Cardinal
Darcy Pozza
Erico Pegoraro
Hermes Zanetti
Irajá Rodrigues
Ivo Mainardi
João de Deus Antunes
Jorge Ueque
Mendes Ribeiro
Osvaldo Bender
Paulo Mincarone
Paulo Paim
Rospide Netto
Ruy Nedel
Victor Faccioni

Amapá

Annibal Barcellos
Eraldo Trindade
Raquel Capiberibe

Roraima

Alcides Lima
Chagas Duarte
Marluce Pinto
Ottomar Pinto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Encerrada a votação.

Sim — 63
Não — 182
Abstenção — 6
Votantes — 251

O veto foi mantido Não irá ao Senado
Será feita a devida comunicação ao Sr. Presidente da República.

É o seguinte o veto aprovado:

DISPOSITIVO VETADO

Art 3º As instituições financeiras a que se refere o art. 1º desta lei assegurarão aos mini e pequenos produtores rurais e às cooperativas cujo quadro social ativo seja constituído em mais de 70% (setenta por cento) por mini e pequenos produtores rurais

I — limite de crédito de 100% (cem por cento);

II — pleno atendimento de suas demandas de crédito, observadas as normas do crédito rural.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Item 2:

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao projeto de lei de conversão nº 36, de 1989, que dispõe sobre a correção monetária das deduções do imposto de renda e dos saldos credores dos fundos de investimentos criados pelo decreto-lei nº 1 376, de 12 de dezembro de 1974, e dá outras providências, tendo Relatório, sob nº 3, de 1990-CN, da Comissão Mista
— Parte vetada, art 5º do projeto

Em discussão o veto. (Pausa.)
Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Peço aos Srs. Congressistas que ocupem seus lugares para facilitar a votação. Se todos estiverem sentados a votação será rápida e poderemos concluir hoje vários vetos, cancelando as votações marcadas para sexta-feira e sábado

O Sr. Arnaldo Faria de Sá — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Tem a palavra V Exº

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PRN — SP Sem revisão do orador) — Em virtude de outra medida provisória já ter atendido ao veto, votaremos pela sua manutenção.
A Bancada do PRN vota "sim".

O Sr. Artur Lima Cavalcanti — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Tem V Exº a palavra.

O SR. ARTUR LIMA CAVALCANTI (PDT — PE Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a bancada do PDT orienta votar "sim" ao veto.

O Sr. Alcides Lima — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Tem V Exº a palavra

O SR. ALCIDES LIMA (PFL — RR Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a bancada do PFL vota "sim"

O Sr. José Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Tem V Exº a palavra

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a bancada do PMDB recomenda o voto "não", portanto, mantendo o texto do projeto de lei de conversão que o Congresso Nacional aprovou

O Sr. Gerson Peres — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Tem V Exº a palavra.

O SR. GERSON PERES (PDS — PA Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDS recomenda à bancada votar "não".

O Sr. Roberto Jefferson — Sr. Presidente, peço a palavra para proferir o voto

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Tem V Exº a palavra

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB — RJ Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a Liderança do PTB entende que o veto à matéria deve ser mantido. Esta é a posição da Liderança do nosso partido

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Tem V. Exª a palavra

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não obstante a responsabilidade que todos têm de acelerar a votação da pauta, não é mais possível que a cada votação permaneçamos esperando vinte minutos, meia hora, uma hora para a complementação do **quorum**. Sugiro a V. Exª que, pelo menos de hoje até amanhã, reitere às lideranças partidárias a necessidade do comparecimento à sessão do Congresso Nacional às 14h30min para que, aí sim, com **quorum** razoável, possamos apreciar todos os vetos do Presidente da República, senão ficaremos aqui uma hora, duas horas esperando sempre os retardatários para a complementação do **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Agradeço as palavras de V. Exª e as transmito aos Srs. Parlamentares

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Em votação.

(Procede-se à votação)

VOTAM OS SRS DEPUTADOS.

Acre

José Melo
Narciso Mendes
Rubem Branquinho

Amazonas

Ézio Ferreira

Pará

Ademir Andrade
Asdrubal Bentes
Carlos Vinagre
Dionísio Hage
Fernando Velasco
Gerson Peres
Jorge Arbage
Mário Martins
Paulo Roberto

Tocantins

Edmundo Galdino
Eduardo Siqueira Campos
Freire Júnior
Leomar Quintanilha
Moisés Avelino
Paulo Mourão

Maranhão

Costa Ferreira
Edivaldo Holanda
Eurico Ribeiro
Haroldo Sabóia
Jayme Santana
Joaquim Haickel
José Carlos Sabóia

Piauí

Átila Lira
Felipe Mendes
Jesualdo Cavalcanti

Jesus Tajra
José Luiz Maia
Mussa Demes
Paes Landim

Ceará

Aécio de Borba
Bezerra de Melo
Carlos Virgílio
Etevaldo Nogueira
Firmo de Castro
Gidel Dantas
José Lins
Luiz Marques
Moema São Thiago
Moysés Pimentel
Orlando Bezerra
Ubiratam Aguiar

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara
Flávio Rocha
Iberê Ferreira
Ismael Wanderley
Marcos Formiga
Vingt Rosado

Paraíba

Agassiz Almeida
Aluizio Campos
Edme Tavares
Francisco Rolim
José Maranhão

Pernambuco

Artur de Lima Cavalcanti
Egídio Ferreira Lima
Gilson Machado
Gonzaga Patriota
Harlan Gadelha
Inocêncio Oliveira
José Mendonça Bezerra
Marcos Queiroz
Salatiel Carvalho
Wilson Campos

Alagoas

Geraldo Bulhões
José Costa
Roberto Torres
Vinicius Cansanção

Sergipe

Acival Gomes
João Machado Rollemberg

Bahia

Abigail Feitosa
Ângelo Magalhães
Benito Gama
Carlos Sant'Anna
Celso Dourado
Domingos Leonelli
Francisco Pinto
Genebaldo Correia
Jairo Azi
Joaci Góes
João Alves
Jonival Lucas

Jorge Hage
Jutahy Júnior
Leur Lomanto
Luiz Eduardo
Manoel Castro
Mário Lima
Milton Barbosa
Miraldo Gomes
Prisco Viana
Sérgio Brito
Uldurico Pinto
Virgildásio de Senna
Waldeck Ornélas

Espírito Santo

Jones Santos Neves
Lezio Sathler
Lurdinha Savignon
Nelson Aguiar
Pedro Ceolin
Rose de Freitas

Rio de Janeiro

Álvaro Valle
Anna Maria Rattes
Arolde de Oliveira
Artur da Távola
Carlos Alberto Caó
Flavio Palmier da Veiga
Jayme Campos
José Luiz de Sá
Lysâneas Maciel
Márcio Braga
Nelson Sabrá
Osmar Leitão
Oswaldo Almeida
Paulo Ramos
Ronaldo Cezar Coelho
Rubem Medina
Simão Sessim
Vladimir Palmeira

Minas Gerais

Álvaro Antônio
Alysson Paulinelli
Bonifácio de Andrada
Carlos Mosconi
Célio de Castro
Elias Murad
Humberto Souto
Ibrahim Abi-Ackel
João Paulo
José da Conceição
José Santana de Vasconcellos
José Ulisses de Oliveira
Lael Varela
Leopoldo Bessone
Marcos Lima
Mário Assad
Mário de Oliveira
Mello Reis
Melo Freire
Milton Reis
Octávio Elísio
Oscar Corrêa
Paulo Almada
Roberto Brant
Roberto Vital
Rosa Prata
Saulo Coelho

Sérgio Naya
Sílvio Abreu

São Paulo

Agripino de Oliveira Lima
Antônio Salim Curiati
Aristides Cunha
Arnaldo Faria de Sá
Arnold Fioravante
Bete Mendes
Cardoso Alves
Delfim Netto
Doreto Campanari
Farabulini Júnior
Fernando Gasparian
Florestan Fernandes
Gastone Righi
Geraldo Alckmin Filho
Gumercindo Milhomem
Irma Passoni
João Rezek
José Egreja
José Genóino
José Maria Eymael
Leonel Júlio
Luz Eduardo Greenhalgh
Luiz Gushiken
Maluly Neto
Nelson Seixas
Roberto Valle Rollemberg
Robson Marinho
Sólon Borges dos Reis

Goiás

Iturival Nascimento
Jalles Fontoura
José Freire
José Gomes
Maguito Vilela
Naphtali Alves de Souza
Pedro Canedo
Roberto Balestra
Tarzan de Castro

Distrito Federal

Augusto Carvalho
Francisco Carneiro
Geraldo Campos
Sigmaringa Seixas
Valmir Campelo

Mato Grosso

Antero de Barros
Joaquim Sucena
Jonas Pinheiro
Júlio Campos
Oswaldo Sobrinho
Rodrigues Palma
Ubiratan Spinelli

Mato Grosso do Sul

Ivo Cersósimo
José Elias
Levy Dias
Rosário Congro Neto
Valter Pereira

Paraná

Airton Cordeiro

Darcy Deitos
Gilberto Carvalho
Hélio Duque
José Tavares
Maurício Fruet
Nelton Friedrich
Nilso Sguarezi
Paulo Pimentel
Tadeu França

Santa Catarina

Alexandre Puzyna
Antônio Carlos Konder Reis
Cláudio Avila
Henrique Córdova
Luiz Henrique
Orlando Pacheco
Renato Vianna
Ruberval Pilotto
Victor Fontana
Vilson Souza

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck
Adylson Motta
Amaury Müller
Carlos Cardinal
Darcy Pozza
Enco Pegoraro
Hermes Zaneti
Irajá Rodrigues
Ivo Mainardi
João de Deus Antunes
Jorge Ueques
Lélio Souza
Mendes Ribeiro
Oswaldo Bender
Paulo Paim
Rospide Netto
Ruy Nedel
Vicente Bogo
Victor Faccioni

Amapá

Annibal Barcellos
Raquel Capiberibe

Roraima

Alcides Lima
Chagas Duarte
Marluce Pinto
Ottomar Pinto

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Peço aos Srs. Deputados que ainda não votaram que o façam.

É possível que alguns dos Srs. Deputados que estavam nas bancadas não tivessem os seus nomes contados. De modo que era bom verificar

Eu compreendo como é penoso para os Srs. Deputados que votaram aguardar o chamamento. Muito mais penosa é a tarefa da Presidência que tem que dar andamento aos trabalhos.

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. GASTONE RIGHI (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sempre louvei a atitude desta Presidência, a mais recomendável, de procurar ganhar tempo para que se tenha número e consigamos votar matérias, mas faço uma ponderação: se é perfeitamente válida e elogiável essa atitude para a primeira e as votações seguintes, o mesmo procedimento acaba sendo injusto para os Deputados assíduos e presentes, que têm de penosamente aguardar a votação seguinte. Se não houve número na primeira, na segunda votação é mais difícil e na terceira seguramente não haverá e apenas nós estaremos em plenário no cumprimento de nossos deveres.

Torna-se injusto esse procedimento em segunda instância.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— A Mesa recebe as críticas de V. Exª e as endereça aos Srs. Deputados que não comparecem para votar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— A Presidência faz um apelo à bancada do PMDB, que continua reunida, para que suspenda seu trabalho e venha cumprir o dever de votar em plenário. Solicito ao nobre Deputado GENEBALDO CORREIA, em nome da Presidência e dos que estão presentes, que vá à reunião fazer o apelo.

Já há **quorum**.

Será colhido o resultado. Peço aos Srs. Congressistas que não se afastem do plenário. O resultado é o seguinte: "Sim" — 135; "não" — 110; abstenções — 4; total 249.

O veto foi mantido, deixa de ir ao Senado. Será feita a devida comunicação ao Sr. Presidente da República.

É o seguinte o veto aprovado:

DISPOSITIVO VETADO

Art. 5º O art. 11 do Decreto-Lei nº 1 376, de 12 de dezembro de 1974, fica acrescido de um parágrafo, com a seguinte redação:

"§ 8º Na hipótese de as opções dos investidores não atingirem o limite fixado no item III do art. 12, do Decreto-Lei nº 2.397, de 21-12-87, os valores restantes serão transferidos ao FINOR e ao FINAM, como subscrição da União nos termos do art. 3º, item II, deste decreto-lei, na proporção de 66% (sessenta e seis por cento) e 34% (trinta e quatro por cento), respectivamente."

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
— Passamos ao item 3:

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1986 (nº 4 559/84, na origem), que dispõe sobre o reconhecimento dos profissionais em educação física e cria seus respectivos conselhos federal e regionais, tendo

Relatório, sob nº 2, de 1990-CN, da Comissão Mista.

Em discussão o veto total aposto ao projeto

Encerrada a discussão, passa-se a sua votação.

O Sr. Robson Marinho — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex^a a palavra

O SR. ROBSON MARINHO (PSDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança da bancada do PSDB vota “não”. Pela rejeição do veto.

O Sr. Jose Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex^a a palavra

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, trata-se de veto a um projeto de lei de origem da Câmara dos Deputados, analisado posteriormente por membros da Comissão Mista do Congresso Nacional, que concluíram pela manutenção do veto.

Desta Comissão fazia parte, entre outros, o eminente Deputado Márcio Braga, indiscutivelmente uma das grandes autoridades do País nesta área. Por estas e outras razões estamos recomendando a nossa bancada que vote pela manutenção do veto.

O Sr. Artur Lima Cavalcanti — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTUR LIMA CAVALCANTI (PDT — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a bancada do PDT orienta os seus companheiros para votarem “Não” ao veto

O Sr. José Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o que desejamos votar pela manutenção do veto, pelas razões expostas no parecer da Comissão Mista, deverem votar “Sim”?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Sim

O SR. JOSÉ TAVARES — Então, o PMDB vota “Sim”

(Procede-se a votação)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Solicito aos Srs. Deputados que ainda não votaram que o façam. A Mesa renova a comunicação de que o Senado Federal se reunirá em sessão ordinária amanhã, às 10 horas, e a Câmara dos Deputados, às 11 horas. Às 14h e 30min haverá sessão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a votação. Não há quorum. A apreciação da matéria fica adiada.

Igualmente, ficam adiadas a apreciação das demais matérias da Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias cuja apreciação fica adiada:

— 4 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56 DE 1989

(Nº 3.362/89, na origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 1989 (nº 3.362/89, na origem), que “concede compensação pecuniária, a título de benefício, ao militar temporário das Forças Armadas, por ocasião de seu licenciamento”, tendo

RELATÓRIO, sob nº 4, de 1990-CN, da Comissão Mista.

Parte vetada: art. 4º do projeto. (Mensagem nº 2/90-CN)

Prazo: 22-3-90

— 5 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 1989 — COMPLEMENTAR (Projeto de Lei Complementar nº 118/89 na origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1989 — Complementar (Projeto de Lei Complementar nº 118/89, na origem), que “estabelece normas sobre a participação dos Estados e do Distrito Federal no produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, relativamente às exportações”.

Partes vetadas: § 1º do art. 3º, — art. 7º do projeto. (Mensagem nº 3/90-CN)

Prazo: 22-3-90

— 6 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 1989

(Nº 1.481/89, na origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1989 (nº 1.485/89, na origem), que “altera a legislação do Imposto de Renda e dá outras providências”.

Parte vetada: — § 2º, acrescido pelo art. 1º do projeto ao art. 11 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988.

(Mensagem nº 04/90-CN)

Prazo: 22-3-90.

— 7 —

PROJETO DE LEI Nº 74, DE 1989 — CN

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 74, de 1989-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 28.735.088,00, para os fins que especifica”

Parte vetada: restauração da Rodovia Paranaçu — Foz do Iguaçu BR/277-PR — (Km 4 0 5 — Km 4 3 6) — C ó d i g o 27202.16885395 167 constante do Anexo II.

(Mensagem nº 05/90-CN.)

Prazo: 22-3-90.

— 8 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 45, DE 1989

(Nº 3.931/89, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1989 (nº 3.931/89 na Câmara dos Deputados), que “institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências”.

Partes vetadas: — § 1º do art. 2º;

— itens I, II do § 1º do art. 2º;

— § 2º do art. 2º;

— § 1º do art. 6º;

— § 2º do art. 6º;

— itens I, II e III do § 2º do art. 6º;

— § 3º do art. 6º, e

— itens I, II e III do § 3º do art. 6º.

(Mensagem nº 06/90-CN)

Prazo: 22-3-90.

— 9 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 32, DE 1989

(Medida Provisória nº 100, de 1989)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 1989, que “prorroga o prazo previsto no art. 1º da Lei nº 7.770, de 11 de maio de 1989”.

Parte vetada: parágrafo único do art. 1º (Mensagem nº 248/89-CN)

Prazo: 22-3-90

— 10 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 92, DE 1989

(Nº 991/88, na origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1989 (nº 991/89, na origem), que “regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências”.

Partes vetadas: arts. 12, 13 e 14; inciso III do art. 16; incisos I, XII, XIII, XV e XVI, do art. 19; art. 26; e parágrafo único do art. 28. (Mensagem nº 8/90-CN)

Prazo: 22-3-90

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 26 minutos.)

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Destinada a investigar a atual crise financeira na Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, assim como possíveis irregularidades administrativas.

**6ª Reunião, realizada em
14 de dezembro de 1989**

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às dez horas e quarenta e cinco minutos, na Sala nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jarbas Passarinho, Antônio Luiz Maya e Deputados Benedicto Monteiro, Mário Lima, Luiz Alberto Rodrigues, Mauro Campos e Bocayuva Cunha, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "investigar a atual crise financeira na Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, assim como possíveis irregularidades administrativas".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Fogaça, Francisco Rollemberg, Mauro Benevides, Ruy Bacelar, Gerson Camata, Nabor Júnior, João Lobo, Lourival Baptista, Alexandre Costa, Sílvio Name, Marcos Mendonça, Louremberg Nunes Rocha, Maurício Corrêa e Deputados Osvaldo Macedo, João Agripino, Eduardo Moreira, José Tinoco, Luiz Marques, Dionísio Dal-Prá, Francisco Kuster, Arnold Fioravante, Flávio Rocha e Paulo Paim.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Deputado Benedicto Monteiro, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimental, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

O Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se à avaliação e metodologia dos trabalhos, informando, ainda, que, em virtude da ausência do Relator da Comissão, Senhor Senador José Fogaça, o Senhor Senador Jarbas Passarinho funcionará como Relator "ad hoc".

Os Senhores Parlamentares analisam os depoimentos já realizados em reuniões anteriores, usando da palavra para debater o assunto os Senhores Deputados Mário Lima, Mauro Campos, Bocayuva Cunha, Luiz Alberto Rodrigues e Senador Jarbas Passarinho.

Por sugestão do Senhor Deputado Bocayuva Cunha, a Comissão aprova o direito a voz dos Senhores representantes da Associação dos Engenheiros da Petrobrás — AEPET, Ricardo Maranhão, Diretor de Comunicação e Duarte Silva Monteiro, Assessor da mesma entidade.

O Senhor Senador Jarbas Passarinho declara ser imprescindível a convocação do Presidente do Conselho Nacional de Petróleo — CNP, General Roberto França Domingues. O Senhor Deputado Benedicto Monteiro apoia a indicação do próximo depoente, enfatizando a necessidade do mesmo trazer à Comissão uma linguagem matemática, como mapas demonstrativos.

O Senhor Presidente convoca nova sessão para o dia vinte de fevereiro, às onze horas, quando será feita nova avaliação dos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard

Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates. — Deputado **Benedicto Monteiro**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

**ANEXO À ATA DA 6ª REUNIÃO
DA COMISSÃO PARLAMENTAR
MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAL CRISE
FINANCEIRA NA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. — PETROBRÁS, ASSIM COMO POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1989, ÀS 10 HORAS E 45 MINUTOS, AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR DEPUTADO BENEDICTO MONTEIRO, VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA.**

Presidente: Deputado **José Tinoco**.

Vice-Presidente: Deputado **Benedicto Monteiro**.

Relator "ad hoc": Senador **Jarbas Passarinho**.

(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Há número regimental, declaro aberta a reunião.

Tem a palavra o Deputado Luiz Alberto Rodrigues que pediu a palavra.

O SR. LUIS ALBERTO RODRIGUES — Eu queria saber primeiro se o Senador-Relator tem alguma sugestão quanto à metodologia do trabalho, a maneira que nós faríamos essa avaliação, se nós teríamos uma exposição do Relator ou se nós começaremos a colocar algumas opiniões só para podermos dar uma certa ordenação aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Já na madrugada de hoje (inaudível) uma sessão do Congresso e ainda houve sessão no Senado, eu tentei datilografar o que me pareceu que seriam algumas conclusões a que nós teríamos chegado por consenso, até agora.

Bem, foi isso que eu imaginei começar a apresentar, Sr. Presidente, na reunião, a partir — uma vez que eu esperava que aquele relatório parcial fosse apenas a minha presença na primeira conferência, que eu fiz o relatório parcial para entregar ao Relator depois — mas continuando, agora não cabe um relatório parcial para cada reunião, vamos fazer um relatório depois consolidado.

Então, eu me refiro aqui, por exemplo, ao Secretário da SEAP. Quer dizer a principal razão de ouvirmos o depoente residia na queixa da Petrobrás da perda de receita como decorrência da fixação de preço dos derivados de petróleo, abaixo do próprio cus-

to de produção como forma artificial de o Governo tentar reduzir ou conter a aspiral inflacionária.

Foram as perguntas que nós fizemos para ele e que ontem foram feitas para o Ministro. Um dos srs. Deputados chegou a perguntar, o Deputado Benedicto, se ele acreditava em uma política de contenção de inflação com o rebaixamento dos preços, através do controle. O depoente negou peremptoriamente que receba ou tenha recebido pressão de superiores para fazer achatamento de preços com aquela finalidade.

Sustentou que, em relação ao grupo 1, a SEAP cumpre um mandamento legal, tomando por base o preço em dólares do barril do petróleo na ocasião do reajuste. Foi a primeira afirmativa de que a Petrobrás não tenha a partir — só que ele não disse só o Ministro, disse depois — a partir de novembro. Não poderia ter queixa nenhuma por que estariam pagando exatamente pelo valor.

Mas ontem mesmo, com a assessoria que a Petrobrás resolveu me dar espontaneamente, eu cheguei a perguntar ao Ministro se esse cumprimento estava tão rígido, porque, quando se tratava de fazer a conversão cambial, na verdade, estava sendo feito com 5 cruzados em fração do câmbio oficial, quando na verdade ele estaria no câmbio oficial a 8. Então, aí também a Petrobrás estaria sendo prejudicada. Ele negou, o Ministro negou, insistiu e está cumprindo religiosamente e ainda disse lá, pelo dólar do dia, pela conversão do dólar do dia.

É um assunto que nós temos que esclarecer.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — O Senador me permite?

Eu tenho a impressão que o que S. Ex.^a quis dizer é que em um determinado dia em que eles fazem o dólar é aquele, depois na média é que fica mais baixo.

Tenho a impressão de que o que ele, Maíson, afirma, isso aqui tem que ser verdade, é que em um determinado dia que ele faz o reajuste o dólar é aquele, mas no dia seguinte já não é mais. Então, eu acho que por aí que eles estão saindo, é um pouco de subterfúgio.

O SR. MÁRIO LIMA — A afirmação de preço, do Secretário de abastecimento e Preço Edgar Abreu, foi exatamente essa ele atribui a defasagem exatamente ao processo de desvalorização cambial, ao longo do prazo de validade dos preços. Disse que no dia o dólar é partidário, mas como há uma desvalorização diária...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas eu lhe pergunto como poderia ser diferente.

O SR. MÁRIO LIMA — Exatamente, não tem como ser diferente, porque ele falou que o prazo é de um mês, o prazo de fixação é um prazo que não dá para ser encurtado, e a desvalorização cambial é diária.

Então, se ele faz hoje a paridade e mantém o preço nominal, enquanto o cruzado está sendo desvalorizado diariamente, é evidente que isso entra numa curva de desencontro de preços, em cruzados, em relação ao dólar.

O SR. — A AEPET preparou aqui um papel que o que eu disse não é correto.

O SR. — Por que essa outra? Mesmo que fosse uma diferença de 1 cruzado ou meio centavo, está errado.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Agora, outro ponto que a SEAP institui e o Ministro ontem, eu acho que escapa um pouco a nós aqui, que é a questão judicial. Perguntar se tem ou não cabimento a fixação de preço pelo Ministério da Fazenda.

Os senhores viram que eu ontem li o documento que me foi dado pela assessoria da Petrobrás, em que se prova claramente que é um decreto do 1º dia da Nova República, 15 de março de 1985, que diz que mesmo — até diz assim — que mesmo que esteja estabelecido em lei, passa a ser controlado pelo Ministério da Fazenda. O argumento deles é que isso não fez nada de novidade, que um decreto-lei anterior transferia de uma área para a Seplan esse valor.

Ora, então aqui os juristas da Petrobrás insistem em que isso viola a lei, e ele insiste pelos juristas deles que não há violação de lei. Um caso desses até me parece um pouco desprezível, por que nesse momento nós temos que compreender que aquelas razões que eles deram e que eu até chamei de razões de Estado, levariam a tentar fazer um controle da economia para evitar a desordem total. Então foi quando ele disse “imagina se o DNER faz a fixação dos seus valores, a Petrobrás faz a fixação dos valores, a Vale do Rio Doce faz a sua etc., cada um com o seu, no seu campo define os seus valores, não há controle no processo inflacionário. É um assunto a discutir.

O SR. DEPUTADO BOCAYUVA CUNHA — O senhor me permite? Eu queria levantar uma questão de ordem para o Presidente e para o Senhor.

Acho que nós devemos importar tudo de bom que a experiência internacional mostra que deu certo nos outros países.

É muito comum, pelo o que eu estou informado, nas comissões parlamentares de inquérito, no Senado e na Câmara dos Representantes, nos Estados Unidos, a presença de auxiliares e de pessoas que conhecem o assunto e que são convocadas até pelas Comissões para ajudarem os parlamentares, pois os parlamentares não são obrigados a ser técnicos em tudo.

Eu estou fazendo essa pequena introdução para sugerir que seja permitida nessa nossa reunião a participação do representante da AEPET ou dos representantes da AEPET com voz, quando eles acharem que for necessário dar alguns esclarecimentos.

É a questão de ordem que eu levanto.

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Eu vou, respondendo a questão de ordem, informar aqui que a Comissão tem dois assessores, que ainda não estão vindo aqui, porque estão ocupados com o orçamento, estavam ocupados até ontem com o orçamento. Então, tem dois assessores, a comissão tem dois assessores técnicos que vão nos ajudar, mas isso não impede que se a Comissão decidir permitir...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Sr. Presidente, eu apenas sugeriria que, para guardarmos a nossa posição de imparcialidade, que ontem fomos acusados aqui, o Presidente e eu, de termos agido como advogado da Petrobrás contra o Ministro da Fazenda, inclusive a jornalista da *Folha de S. Paulo* nos disse clarissimamente isso. Claro que nós repudiamos, mas disse. Que também qualquer outra reunião dessa natureza, interna da Comissão, nós chamássemos também os assessores do outro lado.

Eu também li os *hearings* dos americanos, eles também fazem isso.

Porque se não imaginem se nós fazemos, como ontem eu disse que nós tínhamos força para fazer, a acareação do Ministro com o Presidente da Petrobrás. É um negócio extremamente desagradável. E depois iam dizer “eu acho que” e o outro, “eu acho que”, ou então, “não acho, não acho”. Com os assessores nós podemos até colocar vis a vis, podemos colocar.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Ouvir os debates dos dois lados.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — É por isso que eu disse colocar vis a vis.

Eu gostaria de salientar que fiz o relatório da CPI, da chamada Devastação da Amazônia, e fizemos isso. Nós colocamos técnicos, ouvimos, dávamos a palavra a um, dávamos a palavra ao contestador, dávamos a réplica, dávamos tréplica para chegarmos a uma conclusão. Isso aconteceu na área científica, foi na área do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que a direção tinha dado um valor para o Presidente da República, que cometeu um equívoco muito grande, que pegou o dado de desmatamento e disse “desde Pedro Álvares Cabral”, e esqueceu a Bragantina, esqueceu os desmatamentos feitos na Belém—Brasília e que nunca foram objeto de plotação pelos satélites. De maneira que, não era desde Pedro Álvares Cabral, e eu não cometeria a imprudência e a ignomínia de dizer que o Presidente não sabe que Pedro Álvares Cabral chegou aqui em 1500, não seria o caso.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Então, Presidente, eu gostaria de pedir a sua permissão, porque o engenheiro Maranhão me disse que ele gostaria de fazer uma pequena observação.

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Vamos deixar que o Senador Passarinho conclua o seu relatório e eliminar e depois, então, nós daremos a palavra.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Queria fazer uma coisa muito sucinta, e pedir até aos ilustres colegas que se lembrassem de outras coisas para que fossem ditas agora, porque eu só tive como documento básico, como bom suporte para o trabalho, a palestra do Presidente da Petrobrás, porque trouxe escrita, porque temos uma dificuldade grande de pedir a nota taquigráfica, custa demais. E se quero fazer uma coisa no dia seguinte não há como.

Aí passei ao problema da nafta em relação ao Dr. Edgar. Ele disse uma coisa que o nosso Engenheiro já acabou conversando aqui, informalmente, comigo e disse que ele não tem razão. Mas, mesmo que ele tivesse razão, o que é que temos? No documento do Dr. Carlos Sant'Anna, a nafta está sendo cotada em Roterdan entre 170 e 190 dólares por tonelada e se o Dr. Abreu tivesse razão, ele disse que esses dados, o que aliás foi repetido pelo Ministro, não são os de Roterdan, são apenas um teto abaixo do qual se tem negociado normalmente, segundo o Abreu, com 20% de desconto, de diminuição. Aí, o que fizemos? Pegamos 170 e não 190 — trabalhamos até contra a Petrobrás — tira 20% de 170, daria 34, abaixo de 170 para 34, daria 136. O valor que a Petrobrás cobra na entrega, 90 dólares por tonelada, prazo, segundo o próprio Presidente da Petrobrás, que era de 12 dias, reduzido; segundo os dados do Dr. Carlos Sant'Anna, nos prazos pela perda dos valores diários, os 90 viravam 70. Então, os 136 menos 70, dão 66 de diferença contra a Petrobrás. O que, portanto, a impressão que tenho até agora como Relator, e colocaria, a menos que meus colegas divirjam disso, que a Petrobrás banca o subsídio da nafta no Brasil. Então, sai dos cofres da Petrobrás. Se são 66, se são 70, o fato é que é um valor bastante acentuado que está saindo da Petrobrás. Se ela é obrigada a vender abaixo do preço, ela está tendo perda de receita, e essa perda de receita, automaticamente, vai se refletir, em último caso, na caixa.

O Engenheiro, quando falar para nós aí, poderá explicar melhor, porque ele me deu uns dados aqui, mostrando até que o problema do prazo de 12 dias tem que levar em consideração o *missing* dos produtos em geral. Podíamos ouvi-lo depois.

O SR. DEPUTADO MÁRIO LIMA — Senador, acho que depois de ouvirmos o Presidente da empresa; o homem da SEAP e o Ministro, não cabe mais dúvida a ninguém de que há o subsídio. O que se pode discutir é o quanto do subsídio. Quanto a Petrobrás deixaria de faturar por tonelada? Isso aí cabe talvez ainda discussão, mas o fato de haver subsídio está amplamente demonstrado.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — E dentro do seu aparte, da sua linha de ação, ainda apurar, não sei de onde.

O Secretário da SEAP disse que isso tinha um valor pequeno e que corresponderia a apenas 5%. Então, ele mesmo admite a perda de 5%.

Outro ponto seria saber quem se beneficia desses valores. Porque, o que foi que aconteceu na palestra feita pelo Dr. Edgard? Ele se referiu num determinado momento, quando inquirido pelos colegas, que havia duas coisas importantes para o controle de preços. Primeiro ele se declarava contrário ao controle de preços em nível teórico, mas achava o controle de preços um mal necessário. Lembra-se? Essa expressão é autêntica, foi dele.

Então, ele falou que a SEAP se baseava em preços incorridos, que foi uma pergunta depois do Deputado Mário Lima: como é que ele chamava, o que é que ele classificava como preços incorridos? E falava nos preços diretores. Aí que a pulga ficou atrás da minha orelha.

No momento em que ele falou em preços diretores ele disse — e ontem o Deputado Bocayuva sabia de cor — era eletricidade, derivados de petróleo, aço e trigo.

O que eram os preços diretores, segundo pudemos entender? Eram aqueles que causavam, pelas suas elevações, o efeito cascata e que tinham um grande efeito psicológico na inflação, e que é verdade. Porque na hora em que se diz, a gasolina vai crescer, mais não sei o quê, é aquele exemplo que ele deu do hortigranjeiro. É verdade. O senhor está com um burro comendo capim, etc, mas acha que o transporte vai ser afetado pelo aumento da gasolina.

É a mesma história de sempre. Quem vende feijão, compra Santana ou Mercedes-Benz. Tem sempre uma correlação.

Logo, quando falou em preços diretores, houve aquela pergunta que tenho a impressão de que foi um pouco mal interpretada, não sei se pelo meu amigo Mário Lima, quando S. Ex^a disse que o Abreu punha em dúvida o monopólio, na medida em que ele perguntava se cabia à sociedade aceitar, bancar os investimentos da Petrobrás pelos preços reais.

A minha interpretação não foi a de que ele estivesse atacando o monopólio. É que na hora em que há dificuldade de investimento, e a Petrobrás não tendo mais facilidade de obter liquidez no mercado externo para obter dólares, se cabia à sociedade bancar sozinha os investimentos. Nesse caso, então, ele se traiu, no meu entender, porque no refêlego desse pensamento estava implícita uma idéia. A Petrobrás para bancar isso, deve fazer preços reais. Se ela não faz preços reais é porque está com os preços achatados. A negação completa de que não recebeu nenhuma instrução para afetar preços como forma de conter a inflação, começa a ser desmentida pela própria categoria de preços diretores, através dos quais ele perguntava se deveria ser de tal modo que a Petrobrás, sozinha, pedisse à sociedade os seus investimentos, ou, se, ao contrário, ela deveria ter uma perda de preços, aqui, e buscar, lá fora, recursos estrangeiros para fazer investimentos. Foi dessa forma que interpretei. Não sei se os colegas concordam.

DEPUTADO MÁRIO LIMA — Eu concordo.

Depois, S. Ex^a falou algo que me parece temos que reconhecer. Os preços dos derivados básicos — no caso, o Dr. da Associação pode nos auxiliar muito nessa diferença de derivados básicos fundamentais — foi o que, inclusive, na ocasião, na Constituinte, conversando com o Presidente de então da Petrobrás, ele me pediu que colocasse na Constituinte essas expressões “preços básicos” ou “derivados básicos”.

Na ocasião de haver congelamento — e o Ministro insistiu, anteontem —, os derivados básicos passaram a ter contenção natural, porque todo congelamento foi feito sobre os preços em geral, o que me leva, particularmente, sem querer me desviar para discussões teóricas, a não acreditar em nenhum sistema de congelamento. A política de rendas quando congela salários, ela o faz, mas não congela os preços.

O SR.

— Porque é impossível

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Impossível! Vai para o mercado negro. Para fugirmos do nome comprometedor, usamos o eufemismo de chamar ágio. Congela o salário, porque não paga mais. Está certo, mas o preço não foi congelado. O que ele considerou aqui foi que, teoricamente, estava havendo uma política de renda perfeita, que o preço estivesse fixado e não aumentado pelo ágio, e os salários, por seu turno, estivessem contidos.

A partir daí, veio-me uma dúvida. Ele disse — e foi repetido pelo Ministro da Fazenda — isso começou a provocar exatamente a perda de receita da Petrobrás, na medida em que o preço congelado não correspondia à evolução do preço no estrangeiro. Isso foi colocado claramente por ele. No caso, pergunto-me: houve momentos em que o preço no estrangeiro caiu. O próprio Presidente Carlos Sant'Anna declarou que uma das sortes havidas com a Petrobrás foi que, em determinado momento, o preço caiu de vinte para dez dólares por barril.

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Declarou, inclusive, que era uma das premissas que tinham... (?)

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — As circunstâncias eram salvando a Petrobrás, ocasionalmente, por duas vezes, e que, agora, não tinha acontecido isso ainda.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Agora, começava a crescer de novo o preço. Esse é outro ponto.

Quanto ao Grupo II, estranhei muito, porque aquela declaração do Presidente da Petrobrás é peremptória, ou seja, se o Grupo II tivesse remunerado, como o está sendo, e a Petrobrás tivesse que pagar os salários que deve pagar aos seus técnicos, eles ganhavam o salário mínimo.

Ora, isso será resolvido só com o acréscimo de 70%? Ou haverá uma causa mais profun-

da? O grupo II ele se refere a custos em função das despesas com o pessoal, é a mão-de-obra, qualificada normalmente numa empresa como as refinarias.

Depois ele disse também que o grupo IV — foi caracterização muito forte dele — a Petrobrás se beneficiou enormemente porque, estou com os dados dele, chegou a aumentar 7 mil por cento dizendo que a Petrobrás se apropriou da diferença do preço internacional, com baixo custo do barril. Agora, o grupo IV é exatamente depreciação, amortização e remuneração de capitais investidos. Seria o contrário, seria a Petrobrás recebendo uma vantagem enorme e se apropriando dela. Isso não foi discutido posteriormente, porque nós temos que voltar a ouvir alguém da Petrobrás, realmente sobre isso.

Quanto à nafta e o GLP, o GLP era o mais afetado, afirmou o secretário que até 15 de março estará corrigido, quer dizer, eles querem entregar ao Governo, ao Sr. Lula ou ao Sr. Collor, em boas condições. Então, até 15 de março estaria resolvido.

Relativamente a prazos ele achou que há razão na queixa, mas que a Petrobrás também se beneficia, porque a distribuidora também recebe e paga a prazo. Ora, como parece, se eu não estou equivocado que a parte da BR Distribuidora, no total da distribuição não passa de 35%, então a vantagem dada, à maioria, anularia a vantagem dada à minoria, e a Petrobrás continuaria, no balanço, perdendo.

Perguntado sobre a defasagem dos custos ele respondeu com uma pergunta: quer a sociedade bancar o custo dos investimentos da Petrobrás? Aí afirmou algo que me pareceu muito importante, para nós nos determos nessa análise. Ele disse, lembro bem, que o Deputado Mário Lima contestou isso, quando ele disse que os problemas da Petrobrás eram externos — lembram quando ele falava — os problemas são de natureza externa o problema é fundamentalmente a inflação e não os problemas resultantes dos preços marcados.

Esse é o resumo que eu pude fazer daquela longa exposição do SEAP, não sei se há alguma coisa a acrescentar.

O SR. MÁRIO LIMA — Gostaria de discutir dois registros, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) Por favor, o deputado já teria pedido a palavra.

O SR. MÁRIO LIMA — Pois não.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Queria comentar algumas passagens. Primeiro, o Senador fez uma relação à questão jurídica, eu acho realmente que não é pertinente, até por que me parece que o Ministro Mailson da Nóbrega ontem apresentou um argumento razoável que haveria um embasamento constitucional, para aquela decisão tomada pelo Presidente da República, de acordo com o art. 81, § 5º.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Artigo 81 da Constituição de 67, mantida na de 69

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Exato. Apresentou, inclusive, o parecer. Eu acho que realmente escapa à competência da Comissão, isso é uma pendência jurídica, se tivesse que ser resolvida, deveria ser entre os dois. No judiciário, evidentemente.

Há duas questões fundamentais que eu gostaria de comentar, e que foram muito bem levantadas — o Senador Jarbas Passarinho, mais uma vez, acerta no alvo em cheio — a questão da nafta e a questão do prazo.

Sobre a questão da nafta é sabermos quem se beneficia do preço da nafta, de um preço comprimido, de um preço rebaixado. O Sr. Secretário disse que eram as empresas de segunda geração apenas. Esclareceu? Por exemplo, que na ponta no mercado são mais de 400 empresas, me parece, se me recordo bem, que fabrica o copo de plástico, o PVC vamos dizer, enfim, o produto final que é colocado no mercado, que há competição, nesta área, e por ser um grande número de empresas elas têm que disputar mercado. E ao disputar mercado elas devem, elas têm que trabalhar com eficiência, com competitividade, podendo oferecer produtos melhores e mais baratos. Foi o que eu entendi. Da saída da empresa Petrobrás para a Petroquisa e a Copene, por aí é aonde vai ficar acumulado, vamos dizer, o subsídio que é dado pela Petrobrás, que é bancado pela Petrobrás. Parece-me que ele está localizado por aí, tanto que o próprio balanço da Petroquisa demonstra isso. A Petroquisa tem, foi dito aqui, 35% do lucro da Petrobrás. Acho que localizamos quem está se beneficiando, acredito que, de qualquer maneira, a recomposição do preço deve ser feita. É uma colocação que gostaria de fazer. A Petroquisa também se beneficia, assim como as outras também.

De resto, é essa a mesma justificativa para a questão do prazo às distribuidoras de petróleo. Sob o argumento de que a BR distribuidora se beneficia, dá-se um subsídio muito maior. Com uma coisa grave, gravíssima, isso está sendo financiado por emissão do Tesouro. Isso é fábrica de inflação. Se se permite que haja um prazo de 12 dias numa inflação de 50% e vai 49 vírgula qualquer coisa. Isso está sendo apurado pelo IBGE.

É evidente que esse lucro financeiro é pago pelo Tesouro Nacional, com emissão de moeda, é altamente inflacionário. Agora, vem o ponto mais importante. Segundo o Sr. Ministro, é competência especial, privativa do Conselho Nacional de Petróleo — CNP, o ajuste desses prazos. Então, queria sugerir ao Sr. Relator que fosse feita a referência clara no relatório, nas conclusões de que o CNP tem que dar uma explicação por isso, porque ele ainda não diminuiu esse prazo ou por que esse prazo não é um prazo compatível com o processo inflacionário. Um dia, dois dias?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Isso ontem ele deixou bem claro que não era matéria dele.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Não era matéria do Ministério da Fazenda, era do CNP. Essa era a sugestão que queria fazer, que no relatório seja deixado claro, que é a questão do prazo que, inclusive, tem uma influência profunda na inflação porque representa o lucro financeiro, o lucro extra para todas as empresas, inclusive para a BR Distribuidora, é de competência do CNP. Para se saber quais as providências que o CNP adotou e por que não adotou, vamos dizer, providências mais severas, de acordo com a própria conjuntura.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, acho que estamos andando muito bem. Inclusive, alguma coisa que eu ia dizer, me dispense porque concordo, em parte, com o que foi dito V. Ex.^a já disse, para que repetir? Tenho apenas uma pequena discordância.

Quanto a esse problema do prazo que é o CNP está tudo claro. Só tenho uma pequena discordância quanto ao caminho da nafta. Permitam-me um breve relato. A nafta, por exemplo, sai das refinarias da Petrobrás, vai para a central de matéria-prima. Ela não vai direto para as empresas que produzem diversos tipos. Ela sai, por exemplo, da refinaria de Mataripe, por oleoduto, direto para a central de matéria-prima, em Camaçari. Essa central é quem processa e dá a matéria-prima básica para as diversas unidades que vão preparar diversas resinas. Vejam o depoimento do Presidente da Petrobrás, Carlos Sant'Anna, onde ele disse que até aí não há benefício nenhum. Essa vantagem do preço baixo é repassada para a empresa. Quem lucra mesmo é a indústria de ponta, é quem faz a matéria-prima final que é um grande cartório neste País e é um escândalo.

Vou citar um exemplo prático. Brasília, por exemplo, tem fábrica de saco de lixo que está parada porque não tem matéria-prima. E há quem tenha a cota e não a fábrica, e vende ao outro a cota. Por meios, os mais diversos, o interessado conseguiu a cota de matéria-prima, mas não tem a fábrica. O outro tem a fábrica. Aqui em Brasília hoje se passa o seguinte. Há um indivíduo que tem uma fábrica com 100 empregados e que só funciona 3 dias por semana porque não tem matéria-prima. E há o outro que tem a cota mas não tem a fábrica. Esse sujeito, num simples emitir de nota fiscal, ganha o que quer. Aí é que está o cartório.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Eu queria fazer um pequeno comentário.

O SR. MÁRIO LIMA — Deixa eu concluir...

Então, acho o seguinte o argumento do secretário é o argumento daquele do bêbado que derrubou a garrafa e a parte dele era a do fundo.

Ora, se a Petrobrás ganha por 1/3 e perde por 2/3, então, vamos inverter, vamos ganhar por 2/3 e perder por 1/3.

Então, vamos primeiro acabar com esses prazos.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Permita-me a impertinência.

Sr. Presidente, Sr. Relator, quando eu fiz a minha análise a respeito da nafta eu me louvei no depoimento do presidente da Petrobrás que disse que as empresas que se beneficiam do preço comprimido da nafta são, as empresas de segunda geração, ele disse isso claramente, foi o próprio Presidnete da Petrobrás.

Agora, eu me atrevi a fazer uma dedução, se está tudo comprimido, se está tudo muito ruim, como a Petroquisa vai dar um lucro que representa 35% de todo o lucro da Petrobrás, na verdade, a Petrobrás está falida, mas a Petroquisa está muito bem, está colocando ações no mercado, ações que estão sendo absorvidas pelo mercado com altíssima velocidade. São 200 milhões de dólares de ação. Agora, 35% de lucro têm que vir de algum lugar, ou da competência da empresa eu evidentemente me atrevi a fazer o raciocínio que ela esta se beneficiando também desse preço rebaixado da nafta uma vez que esse é o produto principal com o qual ela trabalha. Essa é uma dedução em virtude de outra declaração do Sr. Diretor Belloti que disse que 35% do lucro apurado até hoje da Petrobrás vem da Petroquisa, evidentemente das suas coligadas que também trabalham com essa matéria prima.

O SR. MÁRIO LIMA — A segunda geração da indústria petroquímica, a Copene elabora insumo básico, aquele insumo básico serve para todas as unidades, ela não é segunda geração.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Está dando muito lucro também.

O SR. MÁRIO LIMA — Mas, ela não se beneficia dessa estrutura, porque ela faz insumo básico; ela não transforma, ela faz insumo básico, vou dar um exemplo, ela faz fibra, ela faz uma fibra que serve todo o Mundo.

Mas, deixe eu entrar no segundo tema rapidamente que é querosene de aviação.

Qualquer pessoa que entenda um pouco do assunto sabe que o preço do querosene de aviação no Brasil é um dos mais baixos do mundo, daí as grandes empresas virem com seus tanques raspando para abastecer no Brasil. Toda empresa internacional faz questão de abastecer no Brasil, porque é um dos mais baratos do Mundo.

A indústria de transporte aéreo no Brasil é predominantemente privada, recebe este querosene, um dos mais baratos do Mundo e com inflação desse porte tem 25 dias para pagar. Irão dizer — mas, vai prejudicar a VASP que é estatal. Deixa prejudicar, se ela não agüentar que desapareça.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Isso não é matéria da competência do CNP?

O SR. MÁRIO LIMA — É. O que causa estranheza, Senador, e aí é que gostaria de destacar, o CNP é regido por portarias, não há uma lei, são portarias feitas ao sabor das pressões dos grupos interessados.

Essas normas regiam a distribuição de 80 mil barris de petróleo por dia, são as mesmas normas que regem a distribuição de 1 milhão e 200 mil barris.

Oitenta mil barris de petróleo a um dólar e meio. Essas mesmas normas, hoje, regem a distribuição de 1 milhão e 200 mil barris a quase 20 dólares. Veja a fortuna! São portarias que podem ser modificadas ao sabor da pressão dos grupos interessados e de outros atrativos que conhecemos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Permite uma interrupção?

O SR. MÁRIO LIMA — Com prazer.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Tenho a impressão que se nós ouvíssemos o DAC ele gostaria que há um acordo internacional na IATA em que todas as companhias que têm autorização de frequentar os países estrangeiros, se abastecem nesses países estrangeiros a preço de custo.

O SR. MÁRIO LIMA — Exato, quanto a isso eu não estou me insurgindo, eu estou mostrando um fato.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A vantagem seria se o preço do Brasil fosse mais barato do que o do Paraguai, por exemplo, do que o dos Estados Unidos, dos vãos da Varig. O que me estranhou mais do que tudo isso, com todo esse rebaixamento do preço do QAV as companhias de aviação brasileiras se consideram sempre em déficit e recebem subsídios da União.

O SR. MÁRIO LIMA — Vou concluir, nobre Senador, acho que esse problema dos prazos é uma coisa tão evidente. Isso foi feito quando o País não tinha inflação e a realidade, hoje, é outra. Nós estamos a um ano com inflação a esses números e o CNP não consegue resolver essa problemática. Acho que essa Comissão deveria ter um pronunciamento incisivo sobre isso, porque isso não depende de lei, não depende de nada. Isso é uma mera norma comercial. Quem é que hoje vende a prazo, vou concluir...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Gostaria de voltar a nossa memória, o famoso...

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Sr. Presidente, eu posso aduzir uma pequena consideração muito breve sobre isso?

Eu estou inteiramente de acordo com o Mário de que tem de ser revisto esse prazo, agora, gostaria de chamar a atenção para a possibilidade, de nós estudarmos uma diferença de prazo para as empresas nacionais, para a Petrobrás Distribuidora e Ipiranga, também, para as multinacionais. Não que eu tenha prevenção contra as multinacionais mas porque eu estou absolutamente informado de que há uma diferença substancial na distribuição dos postos revendedores no Brasil entre a Petrobrás e a Ipiranga e as companhias estrangeiras que têm uma rotatividade de estoque muito maior do que as nacionais, por causa das razões que nós sabe-

mos. A Petrobrás Distribuidora vai lá para a Amazônia, a Ipiranga também que está no interior, só botando isso nas prateleiras

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Talvez dessa nossa troca de idéias aqui, eu sugeriria ao Presidente e a Comissão que seria agora imprescindível convocar o CNP. Nós que tínhamos passado por ele, era dispensado...

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Já que nós vamos convocar o CNP, gostaria de aproveitar essa oportunidade para dizer o seguinte: eu não me conformo que aqui no Brasil a luta pela privatização, todo mundo é privatista e etc., agora, ninguém fala na desregulamentação que deve preceder à privatização. Não vejo por que, a essa altura dos acontecimentos, o Francisco para abrir um posto ao lado do João tem que pedir licença em Brasília ao CNP. Isso se justificava em outra época, agora não vejo nenhuma razão para isso. Isso é para criar cartório.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O Senador Jorge Bornhausen, Deputado Bocayva, apresentou um projeto, não sei se V. Ex^a conhece, mas que está tendo emendas, está recebendo emendas, porque o grande problema que as companhias distribuidoras nacionais e estrangeiras, a própria Petrobrás e a Ipiranga levantam é que se nós deixarmos isso exclusivamente a critério dos municípios vai haver um *dumping*, vai haver uma possibilidade de fazer postos no Brasil inteiro numa competição que passaria a ser nociva. É a tese que eles defendem.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Não acredito nisso não.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A Petrobrás é a última instância, o prefeito faria com a Câmara de Vereadores e iria à Petrobrás para uma simples análise de adequabilidade do mercado.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Aí já sair do Conselho Nacional do Petróleo e ir para a Petrobrás. O particular é que vai botar o seu dinheiro.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Essa matéria é nossa, não adianta discutir porque há um projeto em curso e podemos resolver sobre ele.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Uma portaria qualquer do CNP...

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Vou fazer um comentário só porque eu acho que é fundamental até de princípio. Eu tenho alguma reserva em relação a sugestão do ilustre Deputado Bocayva Cunha, dessa Comissão de Inquérito procurar no seu relatório criar condições diferenciadas de tratamento para a BR Distribuidora e para as empresas multinacionais. Eu, particularmente, tenho reservas e gostaria de deixar isso explícito.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Mas não poderíamos prolongar a nossa decisão depois de ouvir o CNP?

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Vamos fazer o seguinte: nós vamos, isso aí nós já tínhamos decidido que não iríamos convocar o CNP. Diante desta discussão fica claro que já necessidade de se convocar o CNP, inclusive para decidir sobre esse assunto que estamos discutindo agora.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Pelo Menos informar.

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Exatamente. Então, eu gostaria que nós tomássemos a decisão, sugiro à Comissão, de convocar o Presidente do CNP, com uma advertência: que ele traga para esta Comissão uma linguagem matemática; que não venha, nem como o seu Secretário nem como Ministro, aqui, com discurso, porque não adianta, tem que trazer uma linguagem matemática. Por exemplo, essa questão levantada aqui a respeito dos postos, porque eu acho que existe uma desregulamentação muito grande nessa questão. Essa questão deve trazer o mapa do Brasil, com os postos locados, para se saber exatamente essa situação. O Secretário de Abastecimento e Preços tem mil e um mapas, mas não trouxe nenhum.

O SR. MÁRIO LIMA — Peço a palavra para uma breve intervenção. Sou o Relator do Projeto de Distribuição de Petróleo e Derivados, estou com esse problema na mão há cinco meses e não consegui ainda fechar. O volume de dinheiro que envolve isto é maior do que toda a indústria automobilística. É impressionante; são cerca de US\$ 20 bilhões. Não há regulamentação, há portarias, agora, também não se pode colocar um problema desse tamanho no âmbito municipal, porque senão teremos a briguinha Municipal e este País vai para o caos.

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Deputado, acho que temos que suspender a discussão desse assunto para ouvir o CNP, porque senão vamos perder tempo.

O SR. MÁRIO LIMA — Esse assunto foi ventilado, e achei que eu tinha a obrigação de fazer esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Vamos votar essa convocação. A Secretária fica encarregada de convocar — decisão da Comissão — para o segundo dia de reunião, após o recesso.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Presidente, já que vamos convocar, eu gostaria de fazer a seguinte observação: é muito importante que não fiquemos aqui com o retrato — como o Senador e o Presidente nos disseram — de advogados da Petrobrás. Por isso mesmo...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — V. Ex^a ouviu a acusação que nós recebemos?

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Ouvi. Acho que devemos levar as nossas preocupações, também, a um pouco daquilo que se acusa, os inimigos da Petrobrás, porque eu me considero defensor da Petrobrás, mas

não quero ficar aqui parcial, quero ficar numa posição de imparcialidade, até para ter mais autoridade. É tal a confiança que tenho nas rotinas administrativas da Petrobrás, na justiça dos seus procedimentos, que eu acho que não há mal nenhum em que levemos avante um pouco, também, essa investigação do outro lado. Porque, o que se diz nos corretores: é um absurdo, a Petrobrás tem não sei quanto, paga não sei quantos salários, etc. Ficam inventando uma série de coisas, algumas até podem ser exageradas, outras não, mas na última reunião, ou na primeira reunião que participei, o nosso companheiro levantou o problema da **Folha de S. Paulo**, que seria uma reunião do Sant'Anna com o Chefe do Serviço de Planejamento, que fez uma exposição do quadro da empresa e apresentou um plano de salvação. Então, citou os pontos negros na administração. Deveríamos mexer um pouco nisso, também, não ficar somente no negócio do preço, quer dizer, ficar na receita e vai ficar também na despesa. Será que está havendo gasto excessivo na Petrobrás?

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Ontem, quando o Senador Roberto Campos pediu inscrição, eu tinha uma idéia que ia submeter à Comissão, de convocá-lo, porque eu acho que ele é a maior autoridade para acusar a Petrobrás, inclusive no sentido genérico.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Não, fica só no palavrório, na mordacidade irônica...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A apelação que eu fiz, em contraposição um pouco a natural resistência do meu amigo e Deputado Mário Lima, no período que eu chamo apelidado de ditadura e, aí, desculpe-me um pouco, não é provocação, eu era estudante ginásiano, líder em meu diretório, apanhei da polícia, já naquela altura, porque a única ditadura real que vivi foi a do Dr. Getúlio Vargas; não havia eleição nem para **miss**, quanto mais para Vereador e Deputado, e havia o DIP — o Deputado Bocayuva há de me permitir lembrar isso — não era censura ao jornal, não, foi quando vi a melhor definição de fascismo — fascismo não é só censurar, é obrigar a elogiar. Então, o DIP provocava um **releasing**; todos os jornais como **O Estado de S. Paulo**, **Folha de S. Paulo**, **Diário de Notícias**, que na ocasião era muito ligado no Rio de Janeiro, eram obrigados a fazer o elogio à ditadura. Além de outras coisas que não caberia discutir porque seriam polêmicas

Então, na verdade, o Senador Roberto Campos é acusado de ter tentado, com a influência crescente que tinha junto ao Presidente Castello Branco, que se fascinou por ele, eliminar o monopólio, que é a Lei nº 2.004, e o Presidente resistiu por uma bravura pessoal do Senador Krüger, que era o melhor assessor político do presidente Castello e que manteve o monopólio. Nós fomos muito mais longe para evitar esse tipo de variações, colocamos na Constituição. Mas, esse

problema quanto a monopólio, acho até que era desnecessário estar discutindo porque ele, hoje, é um texto constitucional e é tranquilo. Agora, o que queremos é um monopólio eficiente, aí, é outra coisa.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, preciso fazer uma consideração a respeito da proposta do Deputado Bocayuva Cunha. Peço a palavra para dizer isso, primeiro, porque no começo me senti um pouco incomodado na Comissão. O Deputado Bocayuva fez a colocação porque é defensor da Petrobrás e eu não queria passar aqui como se não fosse. Eu me coloquei nesta Comissão Parlamentar de Inquérito na condição de Deputado Federal do Brasil — estou colocando a coisa um pouco acima de ser ou não um defensor da Petrobrás — tanto que em todas as intervenções eu procurei sempre ter uma postura crítica: tirar do Sr. Presidente da Petrobrás ou do Sr. Ministro, do Sr. Secretário de Abastecimento e Preços, examinar as contradições em profundidade. Temo, por exemplo, que se caminharmos agora para um tipo de sugestão de se fazer um tratamento diferenciado às empresas distribuidoras multinacionais e nacionais, V. Exª estará sendo acusado de estarmos fazendo uma comissão para criar privilégios para a Petrobrás. Acho que temos de examinar, sim, a questão de custos. Solicitei ao Sr. Presidente da Petrobrás, que fosse mandado, então, um custo comparativo com as outras empresas do mundo, mesmo que isso não tenha nenhum valor na questão do monopólio. Agora, acho que devemos aprofundar isso. Acho a sugestão do Deputado Bocayuva Cunha, que, inclusive se irritou com a minha participação, com a questão de hotel de luxo, se eu soubesse não tinha nem falado, longe de querer irritar um combativo deputado das causas nacionalistas como o Deputado Bocayuva Cunha. Mas eu percebi que ele se irritou assim, em profundidade. Foi essa a orientação que pautou o meu comportamento: tentar explorar as contradições e aprofundar ao máximo a busca da verdade. Parece que chegamos nisso, não é, Senador Jarbas Passarinho?

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Uma questão prática: quem nós temos de convocar para fazer esse serviço?

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Não devemos convocar ninguém, devíamos pedir um esclarecimento. Talvez perguntar ao pessoal do serviço de planejamento, o José Paulo Silveira, que é citado aí no jornal.

O SR. RELATOR — (Jarbas Passarinho) — Agora, eu gostaria de chamar a atenção dos meus nobres colegas para o que me pareceu curioso, Sr. Presidente. Nos trabalhos da Constituinte, quando o Deputado Carlos Sant'Anna propôs aquela nacionalização de todas as...

Desculpe-me, é Fernando Santana. Sempre confundo.

Às vezes eu me poupo do cansaço com algumas coisas que me parecem jocosas. Lembra-me Minas Gerais, em 1945, com a queda de Getúlio, a UDN de Minas Gerais resolveu — não sei se o deputado que é de Minas confirmaria — fazer um trabalho para apresentar pela UDN, onde constava um grande número de pessoas altamente qualificadas para a Câmara. Então, apareceram três Melo Franco: Virgílio Melo Franco, Afonso Arinos de Melo Franco e o terceiro que não me lembro. E um determinado militante da UDN protestou e disse que queria um lugar para também ser candidato. São três Melo Franco, nunca é demais um Melo Franco de menos. Então, pode ser que nós tenhamos o caso.

O que tinha pedido ao Presidente era para prosseguirmos e não nos perdemos, que a conversa fique informal, agradável, mas começamos a entrar pelos vicinais.

Estávamos falando sobre a nafta. Quero ler as palavras do Presidente da Petrobrás: "Com relação ao preço de venda da nafta-petroquímica cabe esclarecer que o mesmo integra o preço médio da realização da Petrobrás. Assim se esse preço médio viesse sendo fixado nos níveis devidos a companhia não teria nenhum prejuízo pelos subsídios concedidos, pois a diferença estaria sendo suportada pelos consumidores dos derivados. Como, todavia, o preço médio de realização tem sido estabelecido em níveis insuficientes, pode-se considerar que, na prática, os subsídios da nafta tenham sido bancados pela Petrobrás.

Os preços praticados pela Petrobrás têm chegado em certos períodos — e ontem o Deputado Mário Lima falou —, a cerca de 50% dos preços vigentes no mercado internacional. No mês de novembro o preço médio interno era de 92 toneladas se considerarmos o prazo de 23 dias concedidos para o pagamento, e uma taxa de inflação de 40% ao mês. O preço efetivamente recebido pela Petrobrás correspondia a 70 dólares por tonelada, equivalente a 45% do preço internacional de 160 por tonelada.

Finalmente, vale ressaltar que as centrais petroquímicas que utilizam nafta como matéria-prima não são as principais beneficiárias — então há algum benefício — do baixo preço da nafta, já que o seu principal produto, o eteno, também tem sido tabelado em níveis inferiores aos vigentes no mercado internacional. Assim, os benefícios do baixo preço da nafta são repassados para as indústrias petroquímicas de segunda geração em diante, muitas das quais não têm o preço dos seus produtos tabelados, como salientou o Deputado Bocayuva.

Acho que nesse ponto temos uma conclusão. Não há mais polêmica a respeito disso exceto quando levantam a tese de que esses preços rebaixados corresponderiam ao preço real de mercado, o que me parece que não foi sustentado aqui por nenhuma evidência.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Aí, Sr. Presidente, é que acho que talvez

pudesse acatar a sugestão do Deputado Bocayuva de ouvir o engenheiro da Petrobrás.

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Acho que podemos agora ouvir o engenheiro da Petrobrás.

Tem a palavra o Deputado Mauro Campos.

O SR. MAURO CAMPOS — Gostaria de aduzir alguma coisa ao que o Senador Jarbas Passarinho coloca, especialmente nesta questão da nafta.

Continuo, ainda, um tanto quanto perdido em termos dos dados. Essa questão de prazos, também, em vários momentos, Presidente, publicações da Associação de Engenheiros, revistas especializadas, tem um conflito aqui que realmente precisaríamos de uma certeza a respeito do que estamos falando.

Essa revista aqui, que é extremamente conhecida química industrial, nesse número especificamente, tem várias matérias muito interessantes. Há uma entrevista longa do Dr. Villa (Roberto Vila) que esteve aqui com o Presidente Sant'Anna, Diretor da Petrobrás, tem entrevista do Dr. Carlos Sant'Anna, do Dr. Belotti, e tem uma extremamente rica que é a questão da Petroquisa pelo Sr. Vice-Presidente, que é o executivo, Dr. Jucá. Ela é muito esclarecedora porque enfoca uma série de questões que estamos buscando.

Ele diz o seguinte: A atual preocupação da Petrobrás Química, Petroquisa, nos últimos dois anos além de dar prosseguimento ao plano nacional de petroquímica tem sido "prover a empresa *mater* de recursos para atravessar a crise", conforme definiu o Vice-Presidente da empresa José Jucá Bezerra Neto, que vem se juntar às declarações do Presidente, do Dr. Belotti", de modo que estamos sentindo que a Petroquisa tem servido de alavancagem de recursos para a Petrobrás nesse momento de crise.

Ao lado disso, temos quadros que também são extremamente interessantes, mostram a evolução de vendas externas da Petroquisa, evolução de produção, evolução de vendas internas, a partir de 85 e que são dados realmente alarmantes porque mostram realmente a crise que o País atravessa, porque praticamente a produção está estacionária e em alguns produtos ela está declinante, inclusive, o que demonstra o esforço que a Petroquisa está fazendo para suprir caixa da Petrobrás.

Dentro da questão do subsídio à nafta, há uma foto do Dr. Jucá, diz o seguinte:

"Petroquisa não se beneficia com subsídio e diz mais como tem sido criticado por ser beneficiário do subsídio à nafta; as empresas petroquímicas, através da Petroquisa, têm feito questão de declarar que esse subsídio é entregue integralmente ao consumidor, já que nossos petroquímicos são os menores preços de petroquímicos no mundo, afirma Jucá, o que já entra um pouco em conflito com aquilo que estamos imaginando e eu, na primeira oportunidade, na primeira reunião nossa da CPI, tive oportunidade de sugerir, não sei se ficou anotado, que deveríamos, inclusive, convocar o setor petroquímico

quando se falava que estávamos repassando, que a Petrobrás perdia, portanto, alguém ganhava e perguntava quem ganhava, se poderíamos identificar. Acho que esse quadro aqui é bastante esclarecedor, afirma isso, a Petroquisa não se beneficia desse subsídio, não o quer e o Governo já está corrigindo isso, apesar de lentamente.

Então, me parece que apesar de o setor, de o sistema estar profundamente interpenetrado, inclusive, de empresas multinacionais, e aqui digo não tenho absolutamente nada quanto as empresas multinacionais, o Vice-Presidente da Petroquisa está dizendo que na verdade quem está enfrentando o problema são os consumidores.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Permite-me um pequeno raciocínio?

Acho que dentro do que o Senador Jarbas Passarinho fez, que foi muito bom ter lido a exposição do Sr. Presidente da Petrobrás, Carlos Sant'Anna e entre o que está sendo dito aí, temos alguma coisa para concluir. Primeiro, o Presidente da Petrobrás disse que essas empresas não são as principais, quer dizer, que elas se beneficiam. Segundo, se a Petroquisa trabalha com os menores preços do mercado, inclusive internacional, como essa empresa pode ainda estar alavancando, ou ela tem um grau de eficiência muito grande, notável, estupendo, tecnologia, operação, capacidade de colocação no mercado ou alguma coisa aí não está correta porque essa empresa é empresa que está entrando no balanço da Petrobrás com 35% dos lucros líquidos da Petrobrás. Isso precisa ser examinado. Há contradição aí nisso. Quer dizer, preços são baixos, os menores preços do produto petroquímico. A empresa apresenta 300 e tantos milhões de dólares de lucro e diz que não está sendo beneficiada, mas o Presidente da Petrobrás diz que ela não é a principal, não são as principais beneficiadas. Acho que é muito importante isso aí para podermos fazer, inclusive, uma comparação.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A conclusão da colocação do Deputado Mauro Campos, é exatamente que se ninguém se beneficia e só quem vai se beneficiar é o comprador, o consumidor, então, em última análise, a Petrobrás está bancando o subsídio para o consumidor.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Senador, me permita um minuto para ficar bem claro esse negócio da Petroquisa. Eu estava até confirmando aqui com, porque a AEPET está aqui representado por dois setores, o jurídico e o outro. Então, o jurídico, também, deveríamos ouvir.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Dou a sugestão de ouvirmos o jurídico também.

O SR. BOCAYUVA CUNHA — Mas o que é a Petroquisa? A Petroquisa é uma empresa que participa com um terço do capital de todas as empresas do setor petroquímico e 50% disso vai para a Petrobrás, é da Petrobrás, 50% disso é de lucros privados. Então, esse lucro é da participação que ela tem nes-

sas empresas que são altamente lucrativas e possivelmente serão altamente lucrativas por causa da Nafta subsidiada. Quer dizer, o que a Petrobrás ganha de um lado que é acionista da Petroquisa, por outro lado ela perde porque dá o subsídio. Enfim, é uma idéia que fica.

O SR. MAURO CAMPOS — Ao lado disso, Sr. Presidente, só para concluir. Uma outra questão que realmente não fica muito clara para mim — e ontem coloquei isso para o Sr. Ministro e S. Ex.^a também não respondeu, essa pergunta já coloquei, também, para a Petrobrás e também nunca tive uma resposta correta. É o seguinte: sempre estamos falando em termos de preço e não de custos, são coisas extremamente distintas. Ontem voltei a enfatizar isso. Não estou muito preocupado com a questão da eficiência, porque num determinado momento vamos afastar a questão da eficiência.

Gostaria, efetivamente, de ter um demonstrativo de qual é o custo de produção, independentemente, se são 12 dólares, são 18, pode ser o que for. Mas isso precisamos saber. Aí, depois, então, é que vamos fazer as comparações desse dado. Só falamos que vamos atualizar o preço nacional ao do produto internacional, mas qual é o custo e não o preço, o custo de produção da Petrobrás, do barril de petróleo.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Numa das ocasiões que ouvimos o depoente, já me lembro qual foi o assessor que o Dr. Carlos Sant'Anna chamou para sobestar, foi o Diretor de Operações de Perfuração, que falou que o custo de produção era de 16 dólares, o custo real de produção. Este é um dos pontos que o Senador Roberto Campos mais ataca, ele acha que é 7 dólares o barril, exatamente.

Então, isso para nós é um ponto também da maior importância, depois conferir os dados da Petrobrás com as acusações que são feitas, e vejamos da importância dessa acusação. Porque se a Petrobrás produzisse a 5 dólares ou 6 dólares, por exemplo, ou a 10 mesmo, e se beneficiasse da diferença de 8 para 18 dólares do médio importado, ela teria uma margem de operação favorável para os seus investimentos, ela poderia bancar. Aí, sim, se poderia dizer, ele pode bancar pela própria sociedade. E aí a acusação é o contrário, porque a Petrobrás se beneficia disso tudo e mal administrando a empresa, chega à crise. Essa a colocação fundamental dos acusadores, e nós temos que analisar.

O SR. MAURO CAMPOS — E encerrando, Sr. Presidente, como última sugestão, perdoe-me estar monopolizando aqui um pouco, é que nós hoje estamos encerrando os trabalhos e só voltaremos agora em fevereiro. Mas a Petrobrás continua no seu problema que é um problema angustiante como todos nós estamos preocupados. E ontem tinha surgido num terminado instante dos debates a questão de nós, até perguntei ao Sr. Ministro, o que o Congresso poderia fazer em favor da Petrobrás. Lançaria como suges-

tão, sugiro, inclusive, a possibilidade, fazendo a similitude com o caso do setor agropecuário, da agricultura, que foi ressarcido através de uma iniciativa do Congresso de um projeto de lei, talvez essa Comissão, se nós não pudéssemos apesar do recesso trabalhar-mos alguma coisa desse tipo para que em fevereiro já se tivesse alguma coisa pronta, no sentido de a Petrobrás recuperar esse atraso em que ela se encontra. De modo que é uma sugestão que apresentaria.

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Então, vamos fazer o seguinte, o Senador está sendo convocado pelo Presidente do Senado pela terceira vez, ele já adiou a reunião lá três vezes pedindo a presença do Senador. Se S. Ex.^a se ausentar essa reunião perde um pouco, porque ele é o Relator.

Então, vou sugerir o seguinte, o que ficou mais ou menos patente aqui é que nós precisamos de dados concretos, objetivos, a respeito desse assunto que nós já temos o entendimento geral, mas precisamos nos calçar em cima de dados concretos. É isso? Isso ficou certo.

Então, acho que ficou mais ou menos certo de que agora, além do Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, nós temos que ouvir a Petroquisa, ou não?

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — A última prorrogação que o Senador-Presidente me deu foi até meio dia e gostaria de ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Há três minutos para cada um. Ou melhor, cinco minutos para cada um.

O SR. RICARDO MARANHÃO — Rapidamente, então, agradecendo aí a deferência. Com relação ao preço da haftá, só para alertar que o prazo de faturamento concedido pela Petrobrás às centrais petroquímicas é de 23 dias e não de 12 dias, este é o prazo médio dos derivados, conforme um documento que distribuí.

Nesta questão é preciso considerar, também, a afirmativa do Secretário de Abastecimento e Preços, Dr. Abreu, de que nafta comprada por contrato teria uma diferença em relação ao preço spot de Rotterdam da ordem de 20%. A informação do nosso departamento comercial é de que esta afirmativa não corresponde à realidade.

Na realidade, estas diferenças quando ocorrem são no máximo da ordem de 5%. Para se apurar o valor do subsídio entre o preço que está sendo praticado no mercado interno e o preço internacional teríamos que considerar estes dois parâmetros: 23 dias de prazo de faturamento e essa variação para compras por contrato, no máximo de 5 e não de 20, como afirmou o Secretário de Abastecimento e Preços.

Com relação ao benefício à indústria petroquímica, gostaria de aduzir o seguinte. Hoje 40% da produção da indústria petroquímica nacional são exportados, se beneficiando de três maneiras.

Primeiro, porque da mesma forma que a nafta, os preços dos produtos petroquímicos no mercado internacional em alguns casos chegam a ser três vezes superiores aos preços internos.

Estas empresas estão comprando nafta e outras matérias-primas petroquímicas a preços de mercado interno, exportando a produção, 40% da produção a preços que chegam a ser três vezes superiores.

O primeiro benefício, comprando em cruzados e exportando em dólares. Primeiro, comprando barato a matéria-prima, segundo, vendendo caro o produto final e terceiro beneficiando-se de desvalorizações cambiais diárias.

E no caso da Bahia, com isenção de Imposto de Importação, com todas as isenções da área da Sudene, do CDI, etc.

Gostaria de dizer que se, efetivamente, todos os segmentos de ponta da indústria petroquímica, por exemplo, foram mencionados aqui os próprios plásticos. Se em todos os segmentos houvesse realmente 200, 300, 100 produtores num sistema de concorrência acirrada, evidentemente que o benefício se transferiria para o consumidor.

Não conheço a indústria petroquímica em detalhes, mas são centenas de produtos. Por exemplo, o estireno e o butadieno, que são dois produtos petroquímicos, que, polinetrizados, produzem a SBR, que é o estireno butadieno **rubber**, borracha sintética. Esta borracha sintética vai desaguar, em grande parte, 80, 90% do consumo nas indústrias de pneumáticos, que são três ou quatro, todas elas multinacionais.

Não podemos concluir que em todos os segmentos de ponta existe concorrência e benefício para o consumidor. Pode haver casos em que segmentos de ponta, não em regime de concorrência, não controlados pelo CIP, que estão auferindo lucros astronômicos.

Gostaria de mencionar que o Ministro da Fazenda ontem afirmou peremptoriamente, por mais de uma vez, que fez um acordo com a Petrobrás e que está cumprindo à risca este acordo. Acho que há um equívoco do Sr. Ministro, uma vez que na última estrutura de preços decretada no dia 7 de dezembro, embora o preço CIF do petróleo importado seja de 18,44 dólares, e corresponda ao preço de estrutura, existe uma diferença na taxa de câmbio. A taxa de câmbio no dia 7 já era de 8,11 cruzados novos por dólar e a estrutura de preços só contempla 6,50.

Isso significa que já no dia 7 a Petrobrás continuava com uma defasagem de 20%, o que é muito fácil de calcular, porque se multiplicarmos os 18,44 dólares por barril pela taxa de câmbio da estrutura vamos achar cerca de 120 cruzados por barril, que é o que a Petrobrás recebe. E se multiplicarmos os 8,11, que é a taxa de câmbio efetiva no dia 7 pelos 18,44 que é o CIF, efetivamente pago pela Petrobrás, vamos achar 149. Se dividirmos 120 por 149 vamos verificar que a Petrobrás recebia no dia 7 de dezembro, na última leitura, 120 cruzados novos por barril e pagava no dia 7 149, hoje ela paga mais, uma

vez que existem desvalorizações cambiais diárias.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Qual é a periodicidade dos reajustes?

O SR. RICARDO MARANHÃO — Esta periodicidade, hoje, está variando porque, inclusive...

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Qual é, em média?

O SR. RICARDO MARANHÃO — Em média, 30 dias.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Pergunto-lhe, a única solução para isso seria um seguro contra a inflação?

O SR. RICARDO MARANHÃO — O seguro contra a inflação, Senador, está na legislação que determina que a taxa de câmbio prevista para o período de vigência da estrutura. Deveria ser a taxa do dia 7 com 50% de inflação projetada até os 30 dias de vigência. De forma que a Petrobrás ganhasse dinheiro nos primeiros 15 dias, perdesse nos 15 dias subsequentes e fechasse o mês empatada. Isso a legislação diz. Seria um dólar médio do mês.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Seria um dólar médio do mês senão acabariamos, o engenheiro conhece isso melhor do que eu, no teorema de Thales. Temos que fazer as áreas iguais, elas são iguais quando os ângulos são iguais e as áreas são iguais. O que fazíamos com as áreas opostas? Era a política salarial da pós-revolução, fazíamos uma projeção sobre a inflação esperada, como felizmente naquela altura era declinante chamava-se a isso resíduo inflacionário. Se dessa metade do valor do resíduo admitido, no primeiro dia de doze meses no ano, corresponderia ao dobro no valor do último dia dos doze meses, pelo teorema de Thales. Uma das coisas que podíamos pensar era proteger a Petrobrás através desse seguro contra a inflação, que teria que se basear em dados muito tênues, qual é a previsão do valor da inflação do período em que vai decorrer entre o reajuste e o próximo reajuste. Concorda?

O SR. RICARDO MARANHÃO — Concordo, isso está previsto na legislação. Esses 18,44 dólares por barril é um número que representa a média que a Petrobrás pagou pelo petróleo que ela importa no período de janeiro a novembro deste ano. Mas que em dezembro ela está pagando uma média de 19,05 dólar por barril. Quando digo que no dia 7 a estrutura já nasceu com 20% de defasagem, na realidade essa defasagem é maior porque fiz minhas contas com 18,44, e estamos pagando 19,05.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Não era possível que, como a exemplo da política salarial do tempo do Presidente Costa e Silva, que me coube dirigir, não era possível que no próximo reajuste se repusesse o valor perdido no período do reajuste anterior? Fiz-me claro ou não? Tenho o valor médio, que

foi superior àquele com o que o reajuste foi concedido, caracterizar-se-ia esse valor médio e no próximo reajuste se dava a compensação.

O SR. LUIS ALBERTO RODRIGUES — Todos percebemos que V. Ex^a falou, só que isso quer dizer, mais ou menos, o começo do “tarifaço”, com uma repercussão macroeconômica de caráter devastador.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Podemos entregar aos “preços diretores.”

O SR. — Aritmeticamente e simetricamente é isso.

O SR. RICARDO MARANHÃO — O efeito real do tarifaço a que alude o Deputado, não me permitiria ter tanta certeza com relação a ele porque o Presidente Menem, na Argentina, aumentou o preço da gasolina em 600% e a inflação caiu de 200% para 5% ao mês. Se pudéssemos controlar a inflação achatando os preços e as tarifas públicas, a inflação já estaria debelada, uma vez que não se faz outra coisa neste País...

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Eu não vou mais permitir o diálogo senão é juízo de valor, não fiz juízo de valor.

O SR. DUARTE DA SILVA MONTEIRO — Peço a atenção e bondade do Senador Jarbas Passarinho, a quem tenho muito respeito e a quem devo toda cordialidade e atenção durante os últimos três dias, e pela ordem assinalo que ao falar ao Congresso Nacional o faço com o devido respeito. Ao julgar o Deputado Mário Lima, ao contrário do Ministro Maílson da Nóbrega, não o considero um promissor Parlamentar, mas um Parlamentar. Quanto à assessoria, o Ministro Maílson da Nóbrega aqui esteve com dez assessores e não esclarecera a Comissão por falta de coragem ou razão.

Quanto à argumentação do Relator, sobre o “tarifaço”, foi dito aqui pelo Ministro Maílson da Nóbrega que qualquer medida do Congresso não seria inflacionária. O Secretário da Seap confessou a existência de acordo com o Ministro da Fazenda e a Autolatina e o Ministro não. Alguém não falou a verdade! Teço esse comentário apenas para avaliar os depoimentos aqui prestados pelo Poder Executivo.

Quanto à luta no Judiciário, aventada pelo seu Relator, entre empresa controlada pelo Governo e o Executivo, é um ato de exoneração de sua Diretoria, a União controla a Petrobrás e a União é composta de Executivo, Legislativo e Judiciário; qualquer dos Poderes pode decidir com suas devidas competências a respeito.

Quanto à legislação citada, gostaria de lembrar ao Senador Jarbas Passarinho e aos ilustres membros desta Comissão, que um decreto de 77 do Presidente Ernesto Geisel subtraiu do CNP e atribuiu a Seplan o controle de preços.

Decreto do Presidente José Sarney de 85 transferiu ao Ministério da Fazenda este controle de preços. Constitucionais ou não esses

decretos, não importa a constitucionalidade se o Ministro da Fazenda diz que tem um parecer do Procurador da Fazenda dizendo que ele é constitucional, sei que o Serviço Jurídico da Petrobrás tem um parecer dizendo que esses decretos são inconstitucionais. Mas ainda que fossem constitucionais, o controle de preço deveria ser feito respeitando na sua fixação os decretos n^{os} 61 e 1.599, art. 2^o, que já estão nas mãos de todos os Srs Parlamentares.

Quanto à situação da Petrobrás, de urgência — e citou aqui o Deputado Mauro Campos muito bem — é de efetiva emergência. Vou passar um documento às mãos desta Comissão, ainda que com a ausência do Senador Jarbas Passarinho, que diz bem das tentativas da Petrobrás junto ao Executivo de pôr fim à situação.

Ainda amanhã, o Diretor Belotti estará aqui para tentar uma composição amigável com o Ministro da Fazenda. Se isto for possível, ótimo. Se não for possível, espera a Acpet que este Congresso Nacional exerça sua competência e como as soluções sugeridas ao Congresso Nacional são: à edição de um decreto legislativo com fundamento no art. 49, inciso X, da Carta de 88; quanto à competência exclusiva do Congresso, cabe a medida consoante à melhor doutrina que analisava a Carta de 46, quando o Congresso detinha poderes menores (vide **Curso de Direito Constitucional**; Paulino Jackson, edição de 57); consoante este autor e outros, esta medida é proposta na forma regimental de qualquer projeto, salvo as discussões de votação em turno único, reunidas as duas Casas, dispensada até mesmo a sanção presidencial.

Idêntico raciocínio é aplicável a uma resolução do Congresso. Tal medida é mais apropriada para atos administrativos internos do Congresso, porém a competência extensa contida nos incisos e artigos citados na nova Carta poderia elevar a sua consideração.

A proposição de projeto de lei, mesmo em regime de urgência e considerado o recesso, demandaria tempo excessivo que a Petrobrás poderia não suportar, quer para investimentos, quer para razoavelmente manter o abastecimento nacional de petróleo e seus derivados.

Era só o que tinha a falar.

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Antes de encerrar a reunião, queria agradecer a contribuição tanto do Maranhão quanto do assessor jurídico da Petrobrás e dizer que essa sugestão que o doutor está propondo, quer dizer, nós, como Constituintes e eu especialmente como advogado, tenho que saber disso. Seria absurdo que tivéssemos escrito uma Constituição sem saber o que nela consta, quer dizer, sabemos. Agora, para tomarmos qualquer posição, temos que esgotar todos os assuntos, temos que ter certeza daquilo que vamos fazer, não é?

O SR. DUARTE DA SILVA MONTEIRO — Reitero ao ilustre Presidente, ilustre Deputado Benedicto Monteiro, que o temor do Deputado Mauro Campos é inteiramente

procedente. Agora não conto mais com a audiência do Ministro Jarbas Passarinho, mas vou ler uma exposição de motivos sugerida pelo Presidente Sant'Anna ao Presidente da Petrobrás, as medidas que foram tomadas em maio último pela Petrobrás: revisão imediata dos gastos com investimentos e operações previstos no plano anual de atividades para 1989, de forma a adequá-las às perdas.

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — O Senador Jarbas Passarinho vai se retirar porque já se esgotou o seu tempo e vamos apenas ouvi-lo. Gostaria que o nosso companheiro entregasse o material.

O SR. DUARTE DA SILVA MONTEIRO — Foi todo redigido agora, a não ser o documento da Petrobrás...

O SR. PRESIDENTE (Benedicto Monteiro) — Pois é, e o seu parecer se pudesse datilografar e entregar para ela, ela nos entregaria imediatamente.

Quero convocar a reunião para o segundo dia, terminado o recesso, quer dizer, no reinício das atividades parlamentares. Sexta-feira, então tem que ser no primeiro dia.

Então, fica convocada para o dia 20 de fevereiro, terça-feira, reunião interna, às 11 horas.

Está encerrada a reunião.

7^a Reunião, realizada em 20 de fevereiro de 1990

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa, às onze horas e trinta e cinco minutos, na Sala n^o 2, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, presentes os Senhores Senadores José Fogaça, Jarbas Passarinho, Maurício Corrêa e Deputados Luiz Alberto Rodrigues, José Tinoco, Benedicto Monteiro e Mauro Campos, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “investigar a atual crise financeira na Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás — assim como possíveis irregularidades administrativas”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Francisco Rollemberg, Mauro Benevides, Ruy Bacelar, Nabor Júnior, Gerson Camata, João Lobo, Lourival Baptista, Alexandre Costa, Mário Covas, José Richa, Louremberg Nunes Rocha, Antônio Luiz Maya e Deputados Mário Lima, Osvaldo Macedo, João Agripino, Eduardo Moreira, Dionísio Dal-Prá, Luiz Marques, Francisco Kuster, Arnold Fioravante, Bocayuva Cunha, Flávio Rocha e Paulo Paim.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Deputado José Tinoco, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se à reavaliação dos trabalhos realizados, a fim de que possam, os mesmos, serem agilizados.

O Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Jarbas Passarinho, Relator "ad hoc" nas reuniões anteriores, que oferece Relatório Parcial com conclusões sobre o depoimento do Senhor Ministro da Fazenda, Doutor Mailson da Nóbrega, ocorrido em treze de dezembro de mil novecentos e oitenta e nove.

No período dos debates, usam da palavra os Senhores Deputados Mauro Campos, Benedito Monteiro e Luiz Alberto Rodrigues.

Finalmente, o Senhor Senador José Fogaça, Relator da Comissão, tece considerações sobre o funcionamento e a estrutura da Petrobrás, sugerindo sejam ouvidos perante a este Órgão, setores críticos à empresa, bem como defensores do Proálcool.

O Senhor Presidente convoca nova reunião para o dia seis de março, às dez horas, quando será ouvido o Presidente do Conselho Nacional do Petróleo — CNP.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accaui Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates. — Deputado José Tinoco, Presidente.

ANEXO À ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAL CRISE FINANCEIRA NA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. — PETROBRÁS, ASSIM COMO POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 1990, ÀS 11 HORAS E 35 MINUTOS, AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, DEPUTADO JOSÉ TINOCO.

Presidente: Deputado José Tinoco.

Vice-Presidente: Deputado Benedito Monteiro.

Relator: Senador José Fogaça.

(Íntegra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Srs. Senadores e Srs. Deputados, de acordo com o que ficou estabelecido na última reunião — inclusive, no momento, quem presidia era o Vice-Presidente, Deputado Benedito Monteiro, por ter-me ausentado em face de uma viagem marcada — nesta data faremos uma reavaliação dos trabalhos, para que na segunda fase pudéssemos dar maior pertinência e agilidade a esses trabalhos.

De forma que, antes de tudo, eu queria ouvir o Vice-Presidente Benedito Monteiro, para que S. Ex.^a expusesse ao Plenário os motivos e a sistemática que sugere sejam imprimidos a esta reunião.

O SR. BENEDITO MONTEIRO — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, esta reunião foi marcada, exatamente, em

função de termos iniciado as reuniões com um amplo aspecto de audiências de autoridades envolvidas, pessoas que poderiam informar a respeito da crise na Petrobrás.

Com a audiência do Ministro Mailson da Nóbrega e do Secretário do Tesouro, ficou patente que as medidas que acarretavam os maiores prejuízos à Petrobrás, e que estavam determinando a crise em que ainda hoje ela se encontra, eram medidas econômicas tomadas pelo Governo diretamente, porque o próprio Sr. Ministro assumiu a responsabilidade de todas as medidas, inclusive assumiu alguns compromissos de modificar essas medidas.

Então, diante disso, ficamos de fazer esta nova reunião para, baseados nos relatórios apresentados pelo Senador Jarbas Passarinho, que exercia a Relatoria ad hoc naquela oportunidade, nomeado por V. Ex.^a, reavaliar quais as pessoas que teríamos que ouvir, inclusive, ficou mais ou menos certo que a próxima audiência seria com o Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, que era a pessoa que, além do Ministro Mailson da Nóbrega, responsável pelas medidas adotadas que prejudicavam a Petrobrás, também tinha elementos para dar à Comissão, para que pudéssemos, então, fazer um julgamento final nesta Comissão.

Era isto o que eu tinha a dizer. Gostaria que o Senador Jarbas Passarinho, que foi o Relator de todas as audiências, complementasse.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Tem a palavra o nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — Sr. Presidente, neste Relatório III que, com a eficiência da Secretaria da CPI já foi a todos distribuído, gostaria de repassar essas conclusões. O Deputado Benedito Monteiro falou na convocação do Presidente do CNP. Tenho a impressão de que ela já foi decidida no dia 14 de dezembro. Tínhamos decidido convocar o Presidente do CNP.

Então, se o Presidente achar que é conveniente, farei a leitura das conclusões aqui. Já mandei cópia para o Senador José Fogaça.

1) A queixa fundamental da Petrobrás quanto ao Grupo I, já teria causado perda de receita da ordem de 1 bilhão de dólares e procede em parte. À medida em que é estabelecido um acordo com o Ministério da Fazenda, a defasagem dos preços vem sendo corrigida de acordo com a lei, desde novembro de 1989. Temos visto que houve casos de modificação de preço de gasolina e álcool, em uma semana, duas vezes. Faz parte exatamente deste processo.

2) Embora as autoridades do Ministério da Fazenda neguem a intenção deliberada de acatarem os preços dos derivados como parte de uma estratégia governamental de conter a ascensão inflacionária, não parece haver dúvida de que isto foi feito. E não apenas com a Petrobrás, mas em todo o setor que o Dr. Edgar Abreu denominara de preços diretores: aço, petróleo, energia elétrica e trigo.

3) O prejuízo relativo ao Grupo II decorre, também, de uma política salarial global, baseada no princípio de que os salários são fonte autônoma de inflação, quando na realidade só o seriam se excedessem à produtividade de cada setor.

4) A perda de capacidade de investimentos básicos da Petrobrás se deve à política adotada a partir de 85, envolvendo os fracassos sucessivos dos planos heterodoxos, o congelamento de preços em disparidade com os preços de produtos importados, que não poderiam ser congelados também.

A partir do momento em que o Brasil se viu na contingência de praticar a moratória por falta de divisas, o risco "Brasil" contaminou o crédito, até então sólido, da Petrobrás, mesmo no mercado financeiro internacional. Entre as consequências irreversíveis, está o distanciamento da meta de auto-suficiência na produção de petróleo para atender ao consumo crescente brasileiro. Está previsto, se não me engano, para o plano de 92 a 93, e já foi prorrogado para o século XXI.

5) A possibilidade de obter recursos a título de ressarcimento de prejuízos inegáveis é praticamente nula. Isso foi decorrente muito da presença do Ministro Mailson, seja porque os inadimplentes estatais não têm condições de saldar seus débitos, seja porque o Governo não enviara o projeto de lei de meios e busca evitar o déficit orçamentário com reflexo no déficit público.

6) O Proálcool sofre o efeito conjuntural no mercado de petróleo mundial. No momento o custo de produção do álcool correspondente a um barril de petróleo importado, é altamente desfavorável, pois enquanto o petróleo está em média cotado a 18 dólares o barril, o equivalente em álcool chega a 42 dólares, o que torna o projeto antieconômico no momento, exigindo uma revisão da política energética brasileira no campo das fontes alternativas de energia.

7) A Petrobrás está, realmente, bancando o subsídio da nafta, vendida a preços favorecidos que implicam transferência de recursos públicos graciosamente para o setor privado.

8) A perda de receita derivada da fixação de prazo para o recebimento da fatura dos derivados básicos, que se torna importante na medida em que já ingressamos praticamente na hiperinflação, pode e deve ser evitada pelo CNP na reformulação da política de prazos.

9) Para concluir os trabalhos — aqui é uma sugestão que apresentei —, parece-me ainda necessário ouvir:

1) quem possa explicar o porquê do subsídio de nafta, provavelmente o órgão principal da subsidiária do ramo, que é a Petroquisa;

2) o Presidente do CNP, convocação já decidida no dia 14 de dezembro de 89, para discutir a questão fundamental da política de preços a prazos e bem assim o do Proálcool, e

3) o Sr. Ministro das Minas e Energia, em cujo âmbito de atribuições tudo isso ocorre.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Agradeço ao Senador Jarbas Passarinho pelos esclarecimentos, como agradeço todo o empenho tomado pelo nobre Senador durante a sua fase de Relator, que prestou realmente um serviço inestimável a esta Comissão, não somente como Relator, mas como homem experiente, que gosta, que adora o tema, que tem curiosidade científica, que tem espírito público e que teve influência fundamental no bom andamento dos trabalhos.

Nobre Senador Jarbas Passarinho, quero testemunhar aqui, em nome de todos os Companheiros, a admiração crescente pela sua personalidade, pelo seu trabalho.

Quero comunicar ao Plenário que já emitimos um ofício ao Presidente do CNP para que S. Ex.^a esteja aqui no dia 7, porque será uma quarta-feira, um dia em que todos já teriam regressado ao Congresso, e daríamos andamento o mais cedo possível aos trabalhos da CPI.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — Sr. Presidente, estarei fora no dia 7, pois proferirei uma palestra na Escola Superior de Guerra Naval, assumi esse compromisso às 9 horas da manhã, de maneira que só poderei chegar ao Congresso no fim da tarde. Se fosse possível uma modificação de data...

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Ouço o Plenário se é possível transferirmos para o dia 8, a fim de que o Senador Jarbas Passarinho possa participar dessa reunião.

O SR. (Orador não identificado) — Quero dizer que no dia 8 estarei fazendo uma palestra na Escola de Guerra Naval. Também sou palestrante lá no mesmo seminário.

O SR. JARBAS PASSARINHO — (Relator) — E o dia 6?

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — O dia 6 é numa terça, mas acho que muitos não estarão aqui.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — Terça-feira é um dia mais próprio.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Então, vamos modificar para o dia 6.

O SR. JARBAS PASSARINHO (Relator) — Terça faz parte do calendário parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Então, fica aprovado o dia 6 como a data da convocação do Presidente da CNP.

Gostaria de saber dos Companheiros da Comissão se têm alguma sugestão de como poderíamos dar melhor andamento aos trabalhos, de como poderíamos melhor alcançar o objetivo proposto.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — Antes de encerrar essa questão, gostaria de lembrar ao Presidente que um grupo de Deputados foi à Plataforma de Pargo, na Bacia de Campos. Acho da maior importância para os Deputados que compõem a Comissão a visita à Plataforma de Pargo, porque é um estímulo para nós que lutamos pela Petro-

brás, para ajudar o desenvolvimento da Petrobrás. É uma obra da maior competência nacional. Quando você chega lá e encontra o Superintendente com a idade do seu filho, quer dizer, toda uma equipe de jovens movimentando aquela plataforma da mais alta complexidade tecnológica, tudo feito com a engenharia nacional, com **know-how** nacional, isso é realmente impressionante!

Acho que a Comissão deveria fazer com que outros dos seus membros fossem a essa Bacia; até combinamos que a Petrobrás deveria munir o Congresso com elementos para orientar o povo brasileiro sobre o que foi construído.

Quer dizer, ali você vê o resultado da formação, vejam bem, da formação técnica de mais de oito mil técnicos exclusivamente nessa área. Quer dizer, a formação da qual nenhuma universidade participou, que todo o sistema de ensino da universidade não participou, a não ser a formação básica dos profissionais.

Isso é muito importante porque a Petrobrás, como estávamos conversando há pouco, é envolvida com uma série de programas, que não são propriamente dela, são aderidos a ela, como subsidiária; fatos como a questão do álcool, do metanol. Quer dizer, tudo isso em cima dela, o que sufoca praticamente a informação principal, que é o grande trabalho que ela desenvolveu para a formação técnica deste País e para dar uma competência nacional na questão da exploração, refinação e distribuição do petróleo.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Muito bem, acho a sugestão do Deputado Benedito Monteiro da maior valia. Farei gestões junto à Assessoria de Relações Públicas da Petrobrás para que a Comissão tenha a oportunidade de conhecer essa obra de engenharia nacional, que são as plataformas submarinas.

O SR. MAURO CAMPOS — Sr. Presidente, eu gostaria também, em complemento às colocações feitas pelo Deputado Benedito Monteiro, de dizer que também estivemos junto com o Deputado nessa visita e realmente foi um momento extremamente gratificante para nós, que vínhamos trabalhando ao longo do período legislativo anterior dentro da Comissão ter oportunidade de vivenciar os problemas que aqui debatíamos juntos, não diria nem com a direção da Petrobrás, que já havíamos tido a oportunidade de travar um debate aqui na Comissão, mas principalmente com os engenheiros, os técnicos que operam as plataformas. Realmente foi uma experiência muito interessante.

Agora, ao mesmo tempo, saímos muito preocupados, porque assistimos também uma exposição na própria Plataforma que relatava a questão dramática que era o programa de metas da Petrobrás e a que ele está reduzido hoje.

Entendemos a questão do acidente ocorrido há pouco tempo com a Plataforma de Enchova e a falta de recurso que a Petrobrás

tem de pô-la novamente em operação, algo em torno de 400 milhões de dólares que, hoje, é um grande número para a Petrobrás, é uma coisa absolutamente não entendida por nós. Quatrocentos milhões de dólares nesse mundo do petróleo é, absolutamente, nada, é um número ridículo, no entanto, a Petrobrás sofre os percalços de poder, realmente, reativar esse poço que sofreu o acidente.

Assistimos, também, quer dizer, vimos não só o papel da Petrobrás como ponta-de-lança na questão energética, mas também a Petrobrás como ponta-de-lança e como criador de demanda para a indústria nacional, quer dizer, aquelas plataformas, equipamentos que lá haviam... — e nós até comentávamos, os Deputados que lá estiveram —... quer dizer, a placa, o carinho de todo o parque industrial brasileiro ali colocado, a crise que hoje sofre também toda a indústria nacional é decorrente de programas governamentais que o Governo da Nova República que chegou não pôde realmente colocar em prática desativou grande parte deles.

De modo que eu gostaria de fazer esse registro não só da importância do problema em si da Petrobrás, do problema energético, como também como agente criador de demanda, criador de tecnologia para o parque industrial nacional, apoiando a engenharia brasileira e criando, realmente, o emprego tão fundamental para o nosso País.

Agora, gostaria, Sr. Presidente, de fazer uma pergunta em relação à questão do nosso prazo. Qual o prazo que temos para apresentação do relatório, para que, então, pudéssemos reformular um programa de trabalho no sentido de que, nos prazos regimentais, pudéssemos ter o trabalho concluído e ver como poderíamos — e chega um novo Governo aí — apresentar as conclusões que chegaríamos, para que, junto ao Governo que chega, houvesse um entendimento das questões que daqui emergissem.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — O nosso prazo é até o dia 23 de maio, é o prazo de término da Comissão.
Tem a palavra o Sr. Luiz Rodrigues.

O SR. MAURO CAMPOS — Sr. Presidente, a sistemática, então, seria aquela que vínhamos traçando até agora: depoimentos semanais.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Eu penso nessa fase, agora, de convocarmos dois ou três depoimentos por semana, para que, ouvida a maioria dos que devem ser inquiridos, possamos, então, nos reunirmos para a segunda fase da Comissão, — uma fase mais concreta. Mas, gostaria de ouvir sugestões.

O SR. MAURO CAMPOS — Estou formulando apenas a pergunta exatamente para poder apresentar alguma proposta concreta em termos de agenda de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Eu agradeço.

O SR. LUIZ A. RODRIGUES — Sr. Presidente, quero inicialmente associar-me a V. Ex.^a na justa homenagem feita ao Senador Jarbas Passarinho pela experiência, pela lucidez e pelo trabalho que S. Ex.^a fez aqui, do qual todos nós estamos sempre aprendendo mais alguma coisa, e queria dar uma opinião que é mais em termos de condução dos trabalhos, o que me parece oportuno.

Já temos algumas conclusões excelentes a respeito dos depoimentos do Ministro Maílson da Nóbrega, do Secretário de Abastecimento e Preços Edgar Abreu, — e toda esta CPI originou-se a partir de uma análise de que a Petrobrás estava sendo cumprida, estava sendo levada a uma situação de inviabilidade por causas externas.

O depoimento do Ministro Maílson da Nóbrega, de certa maneira, orienta isso, quer dizer, razões macroeconômicas de ordem de Governo, de ordem de Estado, realmente tiveram uma influência muito grande em cima daquilo que está acontecendo agora com a Petrobrás.

Concluimos, também, por exemplo, que o CNP é responsável pela questão dos prazos e que numa inflação galopante anterior — já estamos aí às vésperas da hiperinflação — eram dados prazos de 20 dias ou tantos dias elásticos para que as empresas pudessem ter, inclusive, receita financeira bancada evidentemente pela Petrobrás, motivo que levou a essa convocação do Presidente do Conselho Nacional de Petróleo.

A minha preocupação e que pudéssemos, também, procurar não só as causas externas, mas pudéssemos procurar também do lado da empresa. Na minha avaliação pessoal, a Petrobrás é colocada como vítima. Assim, partimos de alguma coisa já de certa maneira orientada e iríamos, nesse processo, deixar de lado, desfazer-nos de uma avaliação interna da empresa.

A empresa é muito importante — o Deputado Mauro Campos disse tudo —, gerando encomendas, comprando, financiando e produzindo tecnologia nova. Basta dizer da importância da tecnologia de pesquisa, de prospecção e exploração do petróleo em águas profundas. Essa tecnologia, gerada aqui no Brasil, é tida como uma das melhores do mundo.

A meu ver, precisamos dar uma olhada para o lado da empresa: pedir ao Presidente da Petrobrás, em seu primeiro depoimento, remeta a esta Comissão informações a respeito de custos com pessoal, internos, de prospecção, toda uma distribuição, preço do barril, por exemplo, explorado e retirado pela Petrobrás, em comparação com os custos internacionais, uma vez que temos parâmetros de comparação.

É necessário não aceitarmos aqui passivamente. O Senador Jarbas Passarinho colocou que, certa feita, ele, superintendente, ao fazer um questionamento a uma pessoa importante da Petrobrás a respeito de quanto custava, a resposta foi: “Não interessa quanto cus-

ta, pois isto aqui é uma escola”. Hoje, já interessa saber quanto custa.

A Petrobrás tomou decisões equivocadas ao longo da sua história. Por exemplo, quando ela preferia agir como uma empresa comercial, comprando petróleo barato lá fora e vendendo aqui dentro com uma margem de lucro substancial. Quando veio o primeiro choque do petróleo, em 78/79, a Petrobrás fazia aí trezentos turos por ano, porque não era interessante aplicar em prospecção de petróleo. Era mais fácil comprar o petróleo barato e vender aqui dentro. A Petrobrás agia, então, como uma empresa meramente comercial, inclusive, na minha avaliação pessoal, deixando de lado um pouco daquilo que é a sua razão de ser, como uma empresa que tem um monopólio. Ela não achava petróleo porque não perfurava. Passou a perfurar, passou a achar petróleo. Quer dizer, o petróleo estava aí. Na minha opinião, isso é uma prova histórica de um equívoco da Petrobrás.

Recentemente, a Petrobrás, por questões comerciais, também foi acusada, por pessoas importantes da comunidade científica nacional, por escrito e assinado, de ser responsável pela crise do Proálcool. Recentemente, li na **Folha de S. Paulo** um artigo do físico Rogério César de Cerqueira Leite, que diz diretamente que a Petrobrás provocou a quebra de no mínimo dezenove grandes usinas de álcool, por atrasos de pagamento reiterados, inviabilizando o Proálcool. A Petrobrás diz aqui que o barril de álcool custa 42 dólares, o importado. É aquela velha questão de 1978, a questão comercial so.

E preciso ouvir a empresa a respeito disso: se, por atraso de pagamento, ela levou a quebra ou à inviabilidade econômica dezenove empresas de álcool, o que está refletindo hoje na ausência do álcool. Países desenvolvidos começam a copiar do Brasil a questão de ter a energia alternativa, que é o álcool, inclusive em função de ser altamente benéfico o consumo desse combustível, pela pouca pressão que exerce na questão da poluição ambiental. Parece ser importante usar o álcool, estamos sabendo disso hoje.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de saber se as informações pedidas à Petrobrás vieram. Pedi ao Presidente da Petrobrás informações a respeito dos custos internos, o orçamento, a divisão, a distribuição de custos, quanto para pessoal, quanto para pesquisa e para serviços de terceiros, manutenção, investimentos. Eu gostaria de saber se a Petrobrás remeteu isso, para que pudéssemos dar uma olhada para esse outro lado também, e não só aceitar que a crise da Petrobrás é provocada apenas por causas externas. Sugiro isto como uma orientação de trabalho, para podermos ter a visão dos dois lados, e não a visão de um lado só.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Sem dúvida, Deputado. V. Ex.^a de uma nova ótica ao problema, que precisa ser avaliada. Algumas avaliações de V. Ex.^a são contestadas pelo pessoal da Petrobrás. Mas é importante a verificação disso, para que se tenha uma

visão geral do problema. Sugiro, inclusive, que V. Ex.^a formule um questionário, a que esta Comissão possa ater-se para a investigação interna das causas e prejuízos da Petrobrás ou de setores ligados a ela.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — Tenho o meu pedido anterior.

Gostaria de saber se a Secretaria recebeu a carta, com informação da Petrobrás, da Diretoria, a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Ainda não.

O SR. MAURO CAMPOS — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. MAURO CAMPOS — Sr. Presidente, acho que esse é um assunto importante, porque já pedimos anteriormente, já solicitamos a urgência dessas informações e, quando estivemos lá, todas as informações que nos foram prestadas com interesse, com gráficos e até com teipes, pedimos a ele que fosse transmitida à Comissão, até que fosse transmitida ao Congresso, não só à Comissão, mas ao Congresso, e com uma linguagem matemática. Ainda frisei que não adiantava relator, conforme o Ministro veio falar aqui sem número, sem nada, com uma linguagem matemática para que qualquer pessoa pudesse entender. Realmente isso foi pedido, e até agora não chegou. Já reclamei com o assessor da Petrobrás o fato de não termos sido abastecidos em nenhuma informação daquela realmente pedida por esta Comissão. Acho do maior interesse que se faça essa investigação.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Sem dúvida, Deputado.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — Sr. Presidente, também gostaria de prestar um esclarecimento ao Deputado Luis Alberto, que infelizmente não pôde estar presente a essa visita que fizemos. Então, a questão de a Petrobrás não ter convidado, acho realmente lamentável, farei chegar essa falta ao Presidente da Petrobrás.

Quero dizer ao Deputado — e S. Ex.^a também sabe disso — que nosso pensamento é muito próximo, tivemos ocasião, na visita do Presidente da Petrobrás, de aqui também colocar essas mesmas questões dentro desse mesmo enfoque, apesar de sermos intransigentes defensores do monopólio, por via de consequência, da Petrobrás.

Nessa visita, na exposição feita pelos engenheiros, essa mesma preocupação tivemos a oportunidade de exteriorizar. De modo que estávamos evidentemente entusiasmados, como dissemos há pouco, mas com uma visão bastante crítica.

As questões que colocamos lá, foram realmente em termos de nós, Parlamentares que lá estávamos e o Congresso Nacional, queremos entender a estrutura do custo de produção. Realmente, concordo com o Deputado que, até hoje, do ponto de vista oficial, não chegou às nossas mãos.

Tive a felicidade de receber, talvez seja um privilegiado, por parte da Associação de Engenheiros da Petrobrás alguns dados já referentes a essa nossa visita lá. Alguns dados, tabelas e gráficos já recebi. Mas, evidentemente, que recebi gráfico do Deputado Mauro Campos. Acho que a Comissão é que tem o dever de reiterar, realmente, o pedido feito à Presidência da Petrobrás.

Eram essas, Sr. Presidente, as considerações que gostaria de aduzir.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — A Presidência aceita a sugestão de reiterar o pedido para que a Comissão tenha tempo para formular novas questões, se for o caso.

Peço à Secretária para anotar, para que sejam tomadas as providências de imediato.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. Presidente, Srs. Membros, quero começar a minha intervenção, que é a primeira nesta Comissão, fazendo registro do impecável trabalho aqui realizado pelo ilustre Relator *ad hoc*, Senador Jarbas Passarinho. Recebi, ontem à tarde, e me dediquei à leitura completa e exaustiva desse trabalho e pude verificar a excelência das suas anotações, e a forma absolutamente bem estruturada com que S. Ex.^a conseguiu organizar as conclusões desse quadro complexo, difícil que, hoje, se apresenta cheio de contradições em torno da questão da Petrobrás.

Realmente, o relatório parcial, até hoje, nos dá uma visão muito nítida, muito clara do que foi ouvido, de tudo o que foi registrado por esta Comissão.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Membros, se nos dá uma visão muito clara do que aconteceu até aqui, não nos parece que tenhamos, com isto, uma visão clara, suficiente e exaustiva dos problemas mais cruciais da Petrobrás enquanto monopólio, enquanto empresa estatal, enquanto empresa que lida essencialmente com essa questão fundamental para o País, que é a questão energética.

Dito isso, Sr. Presidente, parece-me que há alguns pontos que precisam ser melhor deslindados, aqui. Acho que o Deputado Luiz Alberto Rodrigues acaba de tocar numa das questões cruciais. Pelo relatório que recebi do Senador Jarbas Passarinho, tivemos de parte do Presidente da Petrobrás, a meu ver, uma série de informações bastante detalha-

das. Mas, naquilo que talvez interesse, que é conhecer a viabilidade funcional e estrutural da empresa neste momento, carecemos de dados, carecemos de elementos. Af, nisto, parece-me que os dados ou os elementos trazidos pelo Presidente da Petrobrás foram muito genéricos. Ou seja, apenas uma comparação com o custo do barril e o seu preço de venda interno, além de outros dados relativos à defasagem inflacionária. Enfim, os elementos que aqui foram trazidos todos eles são bastante claros, não tenho nenhuma dúvida disso: uma perda de receita decorrente da diferença de 5 dólares por barril importado, a dívida do setor elétrico estatal, a dívida do setor siderúrgico, o déficit gerado pelo Proálcool, a perda de receita em relação ao subsídio da nafta, a perda de receita em consequência da venda a prazo, receita essa comida, engolida pela inflação.

Tudo isto, evidentemente, justifica e talvez esclareça muito em relação ao grau de endividamento brutal, de mais de 1 bilhão de dólares, que vive hoje a Petrobrás. Mas talvez não nos dê os elementos, a nós que somos defensores do monopólio, que temos uma posição politicamente definida nessa direção, para um debate mais consistente, mais sólido no que tange à própria empresa em si mesma. Ou seja, estruturalmente, hoje, a empresa é uma empresa saudável? É uma empresa viável? Ela encontra na sua organicidade, no seu funcionamento, na sua organização de custos, na sua estrutura de custos, ela encontra hoje elementos de sobrevivência, enquanto empresa estatal? Parece-me que isso é fundamental incorporar aos dados da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Também me parece que, se temos em mente que a Petrobrás é uma empresa importante para o Brasil, para sua autonomia, para sua independência e até para sua soberania, precisamos de todos esses elementos, porque desconhecê-los significa vagar sobre o superficial e significa também alimentar ainda mais de argumentos aqueles que são inimigos do monopólio ou aqueles que desejam, hoje, levantar a própria questão da privatização da Petrobrás.

Sabemos que há hoje no Brasil uma idéia predominante nos meios de comunicação, na opinião pública, ganhando espaço cada vez mais, em função, talvez, das influências internacionais, porque os governos de esquerda e os governos de direita, no mundo inteiro, estão voltados para projetos de privatização — governos populistas como o governo Menem, na Argentina; governos socialistas como o governo González, na Espanha, ou governos conservadores como o governo Thatcher, na Inglaterra; todos eles batem em cima da tecla do enxugamento do Estado e da privatização das empresas estatais, ou seja, o que é preciso para demonstrar que a Petrobrás tem condições de eficiência e de competitividade enquanto empresa estatal? É preciso uma investigação e um conhecimento profundo e real das suas verdadeiras condições de operação. Suas condições operacio-

nais têm que ser conhecidas pela opinião pública, porque é uma empresa estatal, e por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Daí por que, Sr. Presidente, não me parece que apenas uma visita à plataforma de Campos e a visão daquela coisa magnífica que é o trabalho dos técnicos da Petrobrás, da sua qualidade e competência, visão grandiosa que ali se oferece para um brasileiro que tem um sentimento patriótico e orgulho da capacidade do seu povo, não me parece que seja suficiente. O que acho é que devemos dar instrumentos para esse sentimento, que esse sentimento se transforme numa ação comunitária. É preciso que tenhamos uma noção muito clara, muito precisa, muito verdadeira, do que é, realmente, estrutural, funcional e operacionalmente a Petrobrás em todos os seus aspectos, não só na questão da produção de petróleo, mas na questão do pró-álcool, na questão dos custos da sua mão-de-obra, ou seja, da sua estrutura funcional. E é preciso que tenhamos uma noção clara de quem está ganhando com o endividamento e com as perdas da Petrobrás. Quem está ganhando porque sabemos que quem está perdendo é a própria Petrobrás e o povo brasileiro; mas alguém está ganhando com isso.

Então, Sr. Presidente e Srs. Membros, eu queria, talvez um pouco na linha daquilo que o Deputado Luiz Alberto Rodrigues aqui colocou, entender e colocar isso à Comissão, de que era importante que pudéssemos:

- 1) ter esses dados;
- 2) ouvirmos, trazermos a esta Comissão outros dados, uma outra visão da Petrobrás que não apenas aquela que até agora nos foi dada.

Até aqui foi uma visão do Estado. Ouvimos o próprio Presidente da empresa, ouvimos o Ministro e ouvimos um representante do próprio Governo, Dr. Edgar de Abreu, que é o Secretário Executivo da SEAP, que também faz parte do Estado.

Gostaria que esta Comissão pudesse também ouvir setores que são contra a Petrobrás, ou que são críticos da Petrobrás.

Acho que não é possível fazer um relatório imparcial, um relatório autêntico, sério, se aqui não trouxermos quem esteja disposto a criticar a Petrobrás, a ser uma espécie de advogado de acusação nesta causa da qual, creio, todos aqui têm uma posição definida, e, possivelmente, ela já é anterior a esta CPI. Mas me parece que o conteúdo de seriedade, o conteúdo até de solidez de um relatório que venha a emergir desta Comissão, a solidez deste relatório, deverá estar baseada, acima de tudo, nesta audiência de ambas as partes.

Recentemente, num debate em Porto Alegre, fui acusado de me colocar na oposição a um governo que ainda não se instalou. Considero isto uma atitude estúpida e primária, porque o povo brasileiro paga promotores públicos e advogados de acusação antes de existir o criminoso, porque é fundamental para a Justiça que haja advogado de defesa e advogado de acusação, e isto está na Consti-

tução brasileira. Não há Justiça sem defesa e sem acusação. Não há o criminoso e nós já estamos pagando quem o acuse, porque é fundamental para o exercício pleno da Justiça, pois é essencial para o exercício pleno da democracia que haja governo e que haja oposição.

Seguramente, um governo sem oposição — e eu falo em oposição institucionalmente estabelecida enquanto tal — seguramente um governo que não tenha oposição não é um governo democrático. Esta dualidade é essencial à democracia, como a dualidade acusação e defesa é essencial à Justiça.

Daí por que, Sr. Presidente, eu queria sugerir para análise dos Membros da Comissão, acho que esse é um elemento que não pode deixar de ser ouvido, que não pode deixar de ser convocado por esta Comissão, não só por aquilo que disse em relação à questão do Proálcool, mas porque poderá trazer um amplo esclarecimento sobre questões que talvez a própria Petrobrás não esteja, hoje, capacitada a nos dar esclarecimento; que a própria Petrobrás não está capacitada, até porque ela não está envolvida politicamente nessas questões, até porque ela recebe isso como encargo, como um peso a mais sobre os seus ombros, já que ela não foi criada, ela não foi instituída com esse fim, com esse objetivo.

Agora, há aqueles que são defensores radicais do programa do Proálcool e críticos da Petrobrás, como o Sr. Rogério César Cerqueira Leite, e há aqueles que são, hoje, pessoas que estão dentro desse processo, envolvidas, dentro dele, contra ou a favor, mas envolvidas, e acho que nós temos que ouvi-los.

Um representante, por exemplo, da indústria automobilística nacional talvez seja um depoimento que nos encaminhe, que nos abra, que nos possibilite esclarecimentos.

Por outro lado, considero que é extremamente importante que nós possamos ouvir quem nos indique, quem nos dê uma luz, um esclarecimento sobre que tipo de lobby ou de pressão política, ou de situação concreta, real, da vida econômica cria essas condições para que a nafta, por exemplo, seja subsidiada em preços tão defasados, cuja defasagem é tão grande, é tão escandalosa, quer dizer, tão contrária ao interesse público e ao interesse nacional.

Tenho para mim, Sr. Presidente, que a crise das empresas estatais deve-se tão-somente ao fato de que eles, empresas estatais, foram, ao longo de um período recente, colocadas a serviço de subsidiar poderosos grupos econômicos no País. Isto, até agora, não me parece que tenha ficado claro, ou seja, nós temos apenas uma identificação genérica de

que um governo, num determinado momento, reduziu preços, controlou tarifas, comprimiu preços públicos e levou a Petrobrás ao estado em que se encontra. Eu gostaria de ter uma visão mais aguçada, mais precisa, mais aprofundada dessa questão.

Daí porque, Sr. Presidente, acho que é extremamente interessante a proposta, a sugestão do Senador Jarbas Passarinho, de convocar o representante da Petroquisa e, depois disso, nós poderíamos ter elementos também para convocar alguém do setor privado que pudesse trazer alguma idéia, algum dado que, talvez, ampliasse a nossa visão. E tenho para mim que o companheiro de Bancada do Senador Jarbas Passarinho, seu Líder no Senado, o Senador Roberto Campos, pode, aqui, ter um papel importante nesta Comissão, papel extremamente importante, naqueles termos em que eu havia colocado, ou seja, alguém que traga um outro lado da questão, uma outra visão do problema da Petrobrás, até para que nós possamos fazer a comparação e aqueles que são defensores radicais do monopólio se munirem de instrumentos mais sólidos e mais seguros para a sua defesa.

Era isso o que eu queria colocar, Presidente, sem ter, assim, praticamente uma indicação nominal, ou seja, eu não tenho propriamente os nomes, mais acho que esta seria uma orientação que nós iríamos dar a esta Comissão, no sentido de ampliá-la mais, de torná-la, talvez, menos contida, porque até agora, embora brilhante o trabalho, ele me parece que ainda ficou no limite das informações do Estado. E uma visão do âmbito do Estado, que venha de dentro do Estado, não me parece que seja suficiente. Nós temos que ouvir os sindicalistas, que vão falar em nome dos trabalhadores da Petrobrás; temos que ouvir os técnicos da Petrobrás, os engenheiros, enfim, todos os lados dessa questão, para que possamos produzir um relatório final que tenha um conteúdo de imparcialidade mas que, creio eu, poderá ser um instrumento poderoso de defesa do interesse público e do interesse nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Eu agradeço as palavras do Senador José Fogaça, mas gostaria de explicar que, na verdade, esta Comissão não tem sido contida por coisa alguma. Esta Comissão foi instalada nos fins de novembro, e nós tivemos, praticamente, 15 dias de funcionamento. Nesses 15 dias de funcionamento, numa fase de transição do Governo, nós ouvimos as autoridades possíveis, naqueles 15 dias, para dar início ao trabalho da Comissão. Fizemos contato com o sindicato dos empregados da Petrobrás, que estava num momento de eleição, e que, portanto, seria inviável nós trazermos, naquele período, a representação sindical, já que ela poderia mudar ou ela estaria empenhada em uma luta política e, portanto, em momento não conveniente para um depoimento e para uma discussão nesta Casa. Então, nós trouxemos o Presidente da Petrobrás, nós trouxemos o pessoal do Governo, que vai sair e que teria de dar o seu depoimento para que

ele ficasse registrado na Comissão. Mas a Comissão jamais ficaria contida, porque aqui todos querem a apuração mais ampla possível das causas e dar uma contribuição ao País. Agora, estamos retornando ao trabalho, após esses 15 dias de empenho, para dar início aos trabalhos da Comissão, e aí nós ouviremos todos aqueles que tenham alguma coisa a ver com o problema e aceitaremos todas as sugestões, porque o nosso dever é, na verdade, dar essa contribuição, que é o ideal para todos nós.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. Presidente, apenas uma observação. Eu não quis dizer que a Comissão fosse contida, nem o foi, porque fez as indagações, as inquirições que deveria fazer nesse período. Eu apenas fiz uma espécie de observação, que vale para mim também, de nós não sermos contidos. Uma observação genérica, que vale para todos nós, inclusive para mim. Ou seja: devemos ouvir tudo e todos; não devemos ter limites nessa questão. Isto é uma ponderação que faço, nem sequer me referindo ao trabalho anteriormente realizado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAURO CAMPOS — Sr. Presidente, eu gostaria, com toda a liberdade que o ilustre Senador me permite, pela nossa amizade, pelo respeito mútuo, mas também caminhando na linha que o Presidente apresentou, dizer ao Senador que, na verdade, a Comissão, desde a sua instalação, não teve em nenhum momento, não lhe foi colocado nenhum antolho no sentido de que viessemos cegamente absorvendo, até pelo efeito do nosso comprometimento político-ideológico, e tivéssemos afastada da nossa visão a análise imparcial-crítica da situação Petrobrás.

Diria até ao Senador que, infelizmente, como sabemos, por motivos supervenientes, pois S. Ex.^a teve que fazer uma viagem ao exterior, não pôde estar presente na primeira fase e certamente nessa fase agora estará dando a sua contribuição, mas eu diria que tivemos até mesmo o elemento crítico, tivemos aqui o ilustre Senador Roberto Campos, ao qual S. Ex.^a também se refere, dando as "alfinetadas" da sua inteligência e do seu envolvimento político-ideológico que foi muito claramente apresentado aqui. Divergimos profundamente do Senador Roberto Campos, mas o respeitamos pela inteligência e pela seriedade com que coloca as suas questões. De modo que, até esse elemento nós tivemos ao longo da Comissão, ao longo dos debates que aqui se travaram nos meses de novembro e dezembro.

Concordo também que deveríamos estimular que outras vezes viessem à Comissão colocar suas questões. Gostaria, se me permite o Senador, de dizer que em um determinado momento da sua exposição dizia, em favor do seu pensamento, que não bastaria apenas uma visita à plataforma para que nos encantássemos pelo trabalho da Petrobrás, evidentemente que não! Não foi com uma visita à plataforma que nós, Deputados que lá estivemos, descobrimos a Petrobrás, todos eram

homens realmente calejados de luta, de vida, no processo de formação da própria Petrobrás, homens realmente com uma visão crítica extremamente aguçada

Diria até ao Senador que divirjo um pouco em alguns aspectos quando S. Ex^a fala sobre a questão do lobby, quem está perdendo, quem está ganhando. Nesse caso há um pouco de preconceito terceiro-mundista de acharmos que existe uma grande conspiração em relação às questões nacionais — não sei se isso existe — tenho certeza de que a Petrobrás está perdendo, o Brasil está perdendo, e alguém está ganhando, por via de consequência, mas diria que...

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Eu não acho que seja no plano internacional quem está ganhando, acho que é no plano interno

O SR. MAURO CAMPOS — Pode ser, Senador. Mas, gostaria de dizer também em relação à questão da nafta. Tivemos a oportunidade de debater na primeira visita que a diretoria fez aqui, e inclusive coloquei essa questão ao Dr. Belotti que parece-me ser o Presidente da holding da Petroquisa e a própria Petrobrás tem interesse nessa questão do subsídio da nafta. Grande parte do lucro hoje decorrente vem do sistema Petroquisa, onde a Petrobrás está associada com todas as indústrias químicas e petroquímicas instaladas no País, associada, portanto, com o capital estrangeiro.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Então, fica um pouco de contra-senso, se me permite este aparte, o Presidente argumentar que essa é uma das causas do déficit, porque se ela tem interesse, não pode ser apresentado aqui como causa do déficit, e ele deveria ter omitido ou esclarecido isso.

O SR. MAURO CAMPOS — Concorde com o Senador, estou apenas ressaltando, pois existem realmente contradições ao longo do processo de exposição da Petrobrás, não estou ressaltando que a Comissão, os membros que aqui estiveram, pois é evidente que não tenho procuração dos membros, estou apenas falando em meu nome, porque aqui estive em todas as reuniões, temos realmente essa visão crítica que o Senador enfatiza e também abraço, acho que é importante. Apenas gostaria de dizer que, ao longo do processo de instalação da Comissão, dos debates, todos nós sempre tivemos presente que a questão Petrobrás deveria ser enfocada de uma maneira profunda e radical, não uma defesa radical do monopólio, radical no sentido de analisarmos, tomarmos pela raiz, sentido etimológico da palavra como a causa da problemática que a Petrobrás vem enfrentando.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — V. Ex^a me permite um aparte breve?

O SR. MAURO CAMPOS — Pois não.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Ouvimos aqui do Dr. Belotti até número. O desconto do resultado operacional favorável da Petrobrás deriva da Petroquisa, ma-

o problema não destrói o argumento do Presidente. O que aconteceria, evidentemente, é que esse resultado seria maior se os preços da nafta fossem pagos pelo valor real. Agora, a Petroquisa, que trabalha bem, produz resultados favoráveis que são integrados no balanço da Petrobrás. Então, não há uma contradição tão grande. A mim me parece que a colocação do Presidente fica de pé.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Então, não é do interesse da Petroquisa, nem da Petrobrás manter os preços defasados ou subsidiados como estão. O Deputado Mauro Campos colocou que isto serviria aos interesses da Petrobrás.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — O que pareceu é que havia — e por isso solicitei que viesse alguém da Petroquisa, não estou sugerindo que seja o Presidente Geisel, porque pode até parecer uma provocação, mas foi deixado claro aqui é que as empresas de segunda linha se beneficiavam dessa diferença, dessa defasagem de preço. Elas, as empresas de segunda linha, empresas particulares, mas há empresas que são, ainda, penduradas dentro dos aditivos industriais que existem na própria Petrobrás. Agora, colocação seria, se me permite o Deputado, uma vez que já pedi dois apartes que já estão ficando longos. Quando eu era Presidente do Senado Federal ficava preocupado quando alguém pedia a palavra e dizia: — serei breve, Sr. Presidente. Eu já sabia que demoraria uma hora. É só para aproveitar o “embalo”, como diz o escritor aqui ao lado, porque acho que fomos succionados por uma determinada direção. O Senador Fogaça talvez ainda não tenha percebido quando o Presidente José Tinoco deu a explicação. Mas, fizemos uma CPI para apurar a crise da Petrobrás e, lentamente, as causas externas sobrelevaram. E como as causas externas sobrelevaram a partir do momento em que haviam palavras conflitantes entre órgãos do próprio Governo, fomos tirar a dúvida a respeito disso. Foi quando, acho que nesses 15 dias, a CPI produziu bastante, porque ouviu quem deveria ouvir, e num momento difícil, porque era um momento de eleição. Desculpe, Deputado.

O SR. MAURO CAMPOS — Agradeço o aparte, Senador, eitas essas observações, certamente no sentido de colaborar, em relação ao pensamento expandido por V. Ex^a dizer que realmente, do nosso lado, modesto Deputado, temos a visão crítica de não tomar as coisas apenas pelas palavras de ordem em relação à questão do petróleo e da energia. Entendemos e comungamos o seu pensamento de que devemos realmente aprofundar um estudo relativo ao programa.

Eram essas as observações. Muito obrigado, Presidente

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — Querida também falar, porque acho que sou o único advogado pertencente a esta Comis-

são. O próprio nome da Comissão, inquérito: o trabalho, processo.

O SR. (orador não identificado) — O Senador Maurício Corrêa não assinou ainda?

Como V. Ex^a está dizendo que é o único advogado, ele foi Presidente da OAB.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — Sou Bacharel em Direito, mas não me intitulem um advogado. Está bem. Eu sou Bacharel e advogado.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Vamos acabar definindo o Direito positivo, não é?

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — Acho que processo e inquérito são contraditórios. Fundamentalmente contraditórios. Quando estivemos em Pargo, na plataforma, apesar do embevecimento, da emoção que tivemos, fizemos indagações nesse sentido do contraditório. Lamento que não tenham chegado aqui as informações que pedimos. Eu ainda fiz essa ressalva que não viesse para cá um relatório verbal, mas um relatório com uma linguagem matemática.

O Sr. Ministro da Fazenda, apesar de ser economista, veio aqui fazer um relatório meramente verbal, sem nenhum número, sem nenhum quadro, sem nenhuma estimativa. Por isso fizemos questão de frisar que as informações enviadas para a Comissão fossem em linguagem matemática, para que pudéssemos apreender com urgência e com facilidade essas questões internas da produção da Petrobrás, quer dizer, essas questões que estamos querendo saber: como é que se produz, o que é que se produz, a quantidade, etc.

Chegamos a inquirir o superintendente da plataforma a respeito do “enxugamento” que já fizeram na Petrobrás, e um dos Deputados chegou a contestar que aquilo tenha sido tecnicamente perfeito. Por exemplo: fizeram um “enxugamento” de tal forma que onde existem operações feitas com 4 técnicos eles reduziram a 1 através da Informática; dispensaram 3 técnicos em operações vitais para a produção. Fizeram isso! Chegou-se a questionar se isso era tecnicamente bom ou ruim, porque 4 técnicos foram reduzidos a 1 para fazer as operações da produção.

Isso demonstra o nosso interesse no contraditório. Mesmo quando ouvimos as pessoas da empresa, fazemos questão de perquirir esse lado.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Obrigado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sr. Presidente — se me permite o Senador Jarbas Passarinho, antes de S. Ex^a usar da palavra —, quero crer que eu aqui, muito mais do que fazer observações ao próprio Plenário, fiz observações que valem mais — do ponto de vista pessoal — como uma espécie de autocrítica, porque também não quero agir como aquele juiz que, pertencendo a uma determinada cidade, passa a perseguir o time local apenas para mostrar que não é parcial. Também não quero agir assim no caso da Petrobrás.

Temos no Rio Grande do Sul um líder político, um homem de tal grandeza, tal sentido de imparcialidade na sua conduta, que só ajuda os prefeitos adversários e persegue os prefeitos do seu partido político.

Essa colocação, que é folclore lá no Rio Grande do Sul, mas que, às vezes, pode caber para o comportamento político, o desejo de ser imparcial, o desejo de ser justo no comportamento talvez nos leve a exagerar um pouco naquilo que colocamos. O sentido da minha colocação não foi mais do que isso, ou seja, que venhamos a ter todos os elementos possíveis e imagináveis para o julgamento mais preciso e mais adequado dessa questão.

E se os nossos trabalhos não seguirem, antes de encerrar, Sr. Presidente, quero novamente ressaltar e registrar, com toda a ênfase, o trabalho magnífico que foi realizado até aqui, consubstanciado nesse relatório perfeito do Senador Jarbas Passarinho.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Muito obrigado. Com a palavra o Senador Jarbas Passarinho.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Muito obrigado ao Senador José Fogaça. Perfeito acho que não é, pois não existe perfeição nesse caso. Mas caracterizando o que dizíamos ainda há pouco, que fomos atraídos para a crise a partir do momento das queixas da Petrobrás, tenho em mãos aqui, por exemplo, um documento, para nós muito importante, do Tribunal de Contas da União, documento esse que o engenheiro me passou, que é o voto do Relator, hoje Presidente, Adhemar Ghisi, ex-Deputado. Começa dizendo assim:

“A grave crise financeira que atravessa a Petrobrás, sem paralelo nos seus 35 anos de existência, traz à luz o resultado da desastrosa política econômica a que vem sendo submetida a empresa em desrespeito as mais elementares regras da atividade mercantil.”

Já ontem o Tribunal de Contas foi fazer essa apuração a partir de uma declaração de que a Petrobrás estava devendo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento o recolhimento do compulsório. E realmente a Petrobrás não recolheu — declarou ali —, só que ela gostaria de fazer um encontro de contas porque o que ela deve é muito menos do que o que tem a receber.

Então, essa foi a atuação que se fez: talvez se possa pedir dados dentro dessa nova ótica, que é verificar se há contribuição interna para a crise — estamos vendo as contribuições externas; se há contribuição interna, creio que se deve perguntar à Petrobrás, porque minha experiência é muito remota. Quando o Deputado Luiz Alberto Rodrigues falou que aquela minha observação é de 1967, 1968, quando o Superintendente da Bahia me disse que não interessava saber o preço. Mas de lá para cá, quanta água correu por aí; a Petrobrás, evidentemente, deve ter hoje um quadro completamente diferente. Perdoem-me, o ano é 1957, coloquei mais de 10 anos por causa da inflação. Era 57, porque trabalhei

na Petrobrás em 58, 59 e 60; então, foi no começo de 58, quando o Coronel Zenaribes me mandou passar por lá para aprender como deveria ser feito na Amazônia.

Voltando para essa experiência que eu tive, era muito interessante, porque chegavam lá os auditores, o superintendente era visitado, de manhã cedo chegavam os auditores, nunca eram repetidos — os auditores que tinham auditado num mês não eram os mesmos, para evitar certa familiaridade com a empresa — e eu dava a chave da empresa, simbolicamente, para eles — o senhor quer começar pelo caixa? Por onde quer começar? A firma, me lembro bem, era não sei o quê bolsinha, parece que até hoje ainda funciona. Então, esse seria um dado precioso, através do relatório das auditorias praticadas, sabemos como está a face interna da Petrobrás. Talvez se pudesse pedir isso. A partir daí, então, chegar a nomes, como o Senador José Fogaça disse; no momento, está em gênero, não está na espécie, e não pode estar. Seria bastante interessante.

Fora disso, as sugestões que me foram trazidas. Também já ouvi o Superintendente de Planejamento, etc. Porque é fora de qualquer dúvida que nós também devemos ter agravado um pouco a crise da Petrobrás, e me desculpem os meus Colegas, certamente o Deputado Benedito Monteiro não terá tido o mesmo voto que eu tive contrário à questão das 6 horas de trabalho interupto, eu fui partidário das 8 horas, porque a Petrobrás tinha quatro turnos, tinha um turno de reserva e mais três para cobrir 24 horas por dia. E fui obrigado a fazer alterações de plataforma — talvez os que foram à plataforma devem ter ouvido isso; houve um certo desaranjo econômico com o aumento de custo, com indutível aumento de custo, e que se deu também na área do aço, e a partir do momento em que nós, graças a Deus, não somos mais exportadores de sobremeça, como fomos durante tantos anos, só de café — hoje o café é 10% da pauta de exportação — estamos exportando produtos industrializados semi-industrializados ou industrializados; pois bem, no aço, laminados e etc. perdemos certo grau de competitividade a partir do momento em que geramos esse turno a mais. Mas o ambiente da Constituinte era esse e então passamos a ser o único País do mundo industrializado — neste caso já passamos do Canadá, somos hoje o 7º País industrializado do mundo — mas o único que tem o sistema de 6 horas ininterruptas, da maneira como votamos. No entanto, foi dito, naquela ocasião, a mim, por pessoas ligadas à Petrobrás, que a Petrobrás seria preservada — eu não sabia como, mas me garantiram que seria preservada.

O SR. (orador não identificado) — Foi dito a todos.

O SR. RELATOR (Jarbas Passarinho) — Então, a sugestão seria que, a partir de hoje, completássemos o quadro inicial pela discussões interna Corporis, que digo internas do

governo, e passássemos depois à segunda fase, que seria perquirir as razões internas que podem ter contribuído para a crise.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Obrigado a V. Ex^{as}.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, uma rápida intervenção. Eu queria dizer ao Deputado Mauro Campos e à Comissão que realmente não fui à plataforma porque não fui convidado, talvez por esquecimento dos organizadores, mas que gostaria muito de ir, de conhecer; sou engenheiro, gosto do meu trabalho e tenho certeza de que vou me sentir muito bem lá.

De outro lado, eu queria salientar um ponto fundamental que aconteceu nos nossos trabalhos realizados até agora. Foi, exatamente, a vinda a esta Comissão do Senador Roberto Campos, que trouxe a informação mais grave, mais contundente e, na minha avaliação, aquela informação deve ser checada, deve ser avaliada, deve ser comparada.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Não como depoente, como Membro da Comissão.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Questionando como Membro da Comissão e participando como Senador que veio à Comissão para fazer perguntas ao depoente, que era o Presidente da Petrobrás naquela ocasião. Ele afirmou aqui, por dados que conhece e tem disponíveis, que no Mar do Norte, na Inglaterra, uma empresa multinacional que faz ali a extração do petróleo para royalties muito mais elevados do que no Brasil; ela retira o barril de petróleo a 7 dólares, e a Petrobrás retira um barril de petróleo a mais de 18 dólares. Quer dizer, um custo de produção que lhe parecia uma terrível ineficiência.

Então, veja bem, acho que isto é uma questão de custos. Quanto custa um barril de petróleo para a Petrobrás? O custo médio, plataforma, parte terrestre; quanto custa isto? Porque ele fez essa afirmação, isso está nos Anais desta Comissão e eu acho que isso precisa ser checado. Porque desta maneira poderemos ter parâmetros de comparação. Se não tem, isso aí é monopólio — e eu sou a favor do monopólio, votei a favor dele — mas acho que isso precisa ser avaliado. Não é a questão dos penduricalhos da Petrobrás, porque eles são criados pelo Governo, mas chega um momento em que isso precisa ser analisado, es-tancado.

Pedimos, também, ao Presidente da Petrobrás, que ele nos mandasse uma relação das coligadas, o tipo de ajuste que existe na parte jurídica, como essas empresas estão coligadas, o tipo de investimento, mas não recebemos nada. Só que eu queria deixar claro: vou fazer por escrito, na próxima reunião, para que essa informação do Senador Roberto Campos possa ser checada, confirmada. Porque me parece que é o que foi dito aqui de mais importante; até hoje. Se nós tivermos uma diferença de extração, por barril, na ordem de mais de 10 dólares, real-

mente estaremos diante do que pode ser chamado de uma terrível ineficiência

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Veja, V. Exª, o quanto isso é difícil de delinear sem termos os elementos informativos. Porque, esta afirmação poder ser feita em função dos custos globais da empresa ou dos custos estritamente operacionais, o que seria então, evidentemente, determinante da ineficiência. Não temos esses elementos, daí porque não podemos, sequer, fazer o julgamento desta afirmação.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Vou reiterar, Deputado Luiz Alberto, à Petrobrás, o pedido de informações, de acordo com o que foi acertado com o Presidente da Petrobrás. E solicito que V. Exª elabore, com a maior urgência possível, o questionário, para que nós possamos, então, focar o nosso trabalho dentro dessa verificação.

Gostaria de agradecer a presença dos Srs. Membros e convocar reunião para o dia 6 de março, para ouvirmos o Presidente do CNPq.

Muito obrigado. Está encerrada a reunião

8ª Reunião realizada em 6 de março de 1990

Aos seis dias do mês de março do ano de mil novecentos e noventa, dez horas e quinze minutos, na Sala nº 02, Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Francisco Rollemberg, José Fogaça, Antônio Luiz Maya, Jarbas Passarinho e Deputados Francisco Kuster, José Tinoco, Mário Lima, Benedicto Monteiro, Luiz Alberto Rodrigues e Mauro Campos, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através da Resolução nº 04, de 1989 — CN, com a finalidade de “investigar a atual crise financeira na Petróleo Brasileiro S. A — Petrobrás, assim como possíveis irregularidades administrativas”.

Comparecem, ainda, os Senhores Deputados Fernando Santana e Arnaldo Prieto.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Mauro Benedito, Ruy Bacelar, Gerson Camata, Nabor Júnior, João Lobo, Lourival Baptista, Alexandre Costa, Marcos Mendonça, Sílvio Name, Louremberg Nunes Rocha, Maurício Corrêa e Deputados Osvaldo Macedo, João Agripino, Eduardo Moreira, Luiz Marques, Dionísio Dal-Prá, Arnold Fioravante, Bocayuva Cunha, Flávio Rocha e Paulo Paim.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Presidente, Deputado José Tinoco, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se ao depoimento do Presidente do Conselho Nacional do Petróleo — CNP, General Roberto França Domingues, convidando-o para tomar assento à Mesa.

Após o juramento, o General Roberto França Domingues inicia sua explanação es-

clarecendo sobre as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, tais como: realizar estudos técnicos financeiros no reajuste do petróleo; cuidar do abastecimento nacional de combustível; fiscalizar as distribuições e as importações e exportações de produtos petroquímicos. Cita, dentre algumas causas da crise financeira na Petrobrás, a inadimplência das estatais; o problema do alto custo na produção de álcool e o prazo concedido às distribuições para o pagamento do combustível ao CNP. Define a Petrobrás como uma empresa eficiente, porém muito diversificada. Em alguns tópicos de seus esclarecimentos, o Senhor Presidente do CNP é assessorado pelo Doutor Wilter Fantinatti, Diretor de Preços do Órgão.

No período das interpelações, usam da palavra os Senhores Senadores Jarbas Passarinho, Antônio Luiz Maya e Deputados Luiz Alberto Rodrigues, Benedicto Monteiro, Mário Lima, Francisco Kuster e Fernando Santana.

O Senhor Deputado Francisco Kuster solicita a transcrição na Ata da reunião, do Relatório do CNP, publicado pela imprensa periódica, em vinte e quatro de dezembro de mil novecentos e oitenta e nove, no que é atendido pela Presidência.

O Senhor Presidente convoca nova reunião para o dia treze de março, às dez horas, quando serão ouvidos os Senhores Luiz Fernando Maia, Presidente da Federação Nacional dos Petroleiros — FENAP e Diomedes Cesário da Silva, Presidente da Associação dos Engenheiros Petrobrás — AEPET.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico dos debates. — Deputado José Tinoco, Presidente.

RELATÓRIO RESERVADO AO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO PUBLICADO NA IMPRENSA PERIÓDICA, EM 24 DE DEZEMBRO DE 1989, APRESENTADO PELO SENHOR DEPUTADO FRANCISCO KUSTER, E PUBLICADO ANEXO À ATA, COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, DEPUTADO JOSÉ TINOCO

Derivados

CNP QUER PETROBRÁS FORA DA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS

Angela Coronel

Pressionado pelos oito grupos que controlam as 18 empresas responsáveis pela distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) em todo o país, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) está tentando impedir a Petrobrás de participar dessa atividade. Trata-se de um mercado cativo de 125 milhões de consumidores atualmente e faturamento de cerca de 0,5% do PIB, ou quase US\$ 1,75 bilhão.

Segundo informação de assessores da presidência da estatal, o pleito da Petrobrás foi levado ao CNP em setembro, através da carta do presidente Carlos Sant'Anna informando que a empresa, por meio de sua subsidiária Petrobrás Distribuidora (BR), tem interesse em participar da distribuição do GLP inicialmente no Amazonas, em São Luís e em Fortaleza.

Os motivos alegados pela Petrobrás são impedir o abuso do poder econômico através da dominação do mercado, ausência de concorrência e aumento arbitrário de lucros, o que pode gerar graves prejuízos à economia popular. Embora o conselho não tenha respondido oficialmente até o momento, sabe-se na estatal que já existe parecer negando a sua pretensão.

Distorção. A distribuição de GLP no Brasil é considerada atividade de relevante função social por atingir 83% da população brasileira em residências, hospitais, escolas, creches e outros locais ainda não atendidos pelo gás canalizado. Foi a distribuição do território nacional em áreas operacionais feita pelo CNP que acabou, de certa forma, acentuando a concentração dos negócios em mãos de um pequeno grupo de empresas na medida em que atraiu para as regiões mais lucrativas maior número de distribuidoras, deixando áreas com vasta extensão territorial e pouca densidade demográfica entregues a poucas companhias, que estabeleceram uma espécie de divisão de áreas de domínio.

Embora exista Resolução do Conselho Nacional do Petróleo (nº 5/89, de 6-6-89) determinando a participação no mínimo, de duas distribuidoras em cada área, não é isso o que vem ocorrendo. E ao constatar, em estudo, que há regiões nas quais a falta de concorrência coloca em risco o abastecimento da população, a Petrobrás decidiu se candidatar à distribuição onde o perigo é maior: Amazonas e a região 2A (São Luís — Fortaleza).

Barrada. Como se não bastassem os argumentos estratégicos, os assessores invocam os aspectos jurídicos, afirmando que a negativa do CNP constitui desrespeito à Lei 2.004, que confere à Petrobrás e suas subsidiárias capacidade jurídica para atuar na pesquisa, lavra, refino, comércio e transporte do petróleo e derivados.

Embora a primeira regulamentação geral sobre distribuição dos derivados (de 11-6-59) tenha excluído do monopólio a distribuição do gás, parafina e asfalto, a presença da Petrobrás nessas atividades passou a ser considerada fundamental pelo governo no início da década de 60, a fim de impedir a cartelização sob a tutela de grupos internacionais. A partir de 1963, o CNP autorizou a Petrobrás a distribuir derivados de petróleo em todo o território nacional, sem restrição a qualquer produto.

Este ano, a última resolução do conselho, que revoga todas as anteriores, criou a figura do “título de permissão”, permanecendo, porém, os direitos das empresas que detêm os “títulos de autorização”. A Petrobrás, no entanto, prescinde do documento, o que já fica-

ra claro quando a empresa começou a distribuir parafina e asfalto (os outros dois produtos a que se refere a resolução inicial do CNP).

Legalmente, o conselho não tem como impedir a entrada da Petrobrás na distribuição do GLP, conforme explicou um dos assessores. No entanto, ele teve acesso ao parecer do CNP, no qual os conselheiros alegam, basicamente, ser inconveniente a participação da BR no mercado

ANEXO A ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAL CRISE FINANCEIRA NA PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. — PETROBRÁS, ASSIM COMO POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS, REALIZADA EM 6 DE MARÇO DE 1990, ÀS 10 HORAS E 15 MINUTOS, DEPOIMENTO DO GENERAL ROBERTO FRANÇA DOMINGUES, PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO — CNP, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, DEPUTADO JOSÉ TINOCO.

Presidente: Deputado **José Tinoco**.

Vice-Presidente: Deputado **Benedicto Monteiro**.

Relator: Senador **José Fogaça**.

(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Está aberta a reunião. Senhores Senadores, Srs. Deputados, Sr. General Roberto Domingues, Presidente do CNP, funcionários da Petrobrás, Jornalista, Sr^{es} e Srs:

Iniciamos a reunião de hoje, que tem por finalidade ouvir o nobre General Roberto França Domingues sobre os problemas do BNP, que se relacionam com a crise da Petrobrás. Eu gostaria de solicitar ao Sr. General que procedesse ao juramento de praxe.

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — “Juro, sob palavra de honra, dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado.”

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Muito bem! Eu gostaria de conceder a palavra ao Sr. General Roberto França Domingues, para que ele fizesse considerações iniciais sobre o funcionamento do órgão que dirige e o seu relacionamento com a Petrobrás.

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Inicialmente, desejo agradecer a distinção que me foi concedida de comparecer, mais uma vez, aqui, ao Congresso Nacional, para expor as atividades do órgão que presido, sendo esta, se não me engano, a quinta ou sexta vez em que, durante a minha gestão, tive esta felicidade. Nunca me neguei em comparecer em dias e horas aprazados e, para mim, foi uma excelente oportunidade, inclusive de enriquecer os meus conhecimen-

tos na troca de impressões e debates quando aqui compareci. Quero dizer que foi com uma certa surpresa que recebi essa convocação, porque, aproveitando a semana de carnaval, estive fora e, quando cheguei, segunda-feira, no meu Gabinete, vi a convocação para esta terça-feira aqui comparecer.

Ontem, o dia foi particularmente trabalhoso, porque tivemos problemas muito sérios com as greves em São Paulo, tivemos as greves dos postos de gasolina, dos proprietários dos postos; tivemos as greves dos transportadores, dos tanqueiros e foi um dia particularmente trabalhoso, porque não podíamos deixar que o grande centro industrial, financeiro, como é São Paulo, parasse. Felizmente, foram equacionados os problemas e, hoje, vamos ter, já está só à espera das assembleias, a aprovação da contraproposta apresentada pelo CNP. Esperamos que, ainda hoje, esses problemas sejam solucionados. Estou me desviando um pouco dos assuntos, porque quero me justificar por não apresentar aqui um depoimento escrito. Como eu disse, tomei conhecimento da comunicação na segunda-feira e essa foi particularmente trabalhosa, como falei, e hoje já tive que estar aqui às 10h. Mas, devido ao longo trato que tenho com o tema da convocação, acho que poderei fazer uma breve síntese — é a minha intenção — das causas principais, que me parece causarem a situação atual da Petrobrás e, depois, nos debates, tirar as dúvidas que se fizerem necessárias.

Aqui, o Sr. Presidente, Deputado José Tinoco, me convoca para falar sobre a atual crise financeira da Petrobrás — Petróleo Brasileiro S. A., assim como possíveis irregularidades administrativas. Então, caso me for permitido, levantarei as principais causas, vou apresentá-las, explaná-las com algum detalhe e não sei qual é o sistema que o Sr. Presidente da Comissão deseja estabelecer, se para cada item dessas explicações seguir-se-ão os debates ou só no fim...

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Talvez fosse melhor que V. S^a fizesse a sua exposição total e depois os Srs. Senadores e Deputados fariam as perguntas tendo já um quadro geral da exposição.

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Inicialmente eu quero fazer um pequeno retrospecto.

Como os Srs. Parlamentares sabem, quando se iniciou o Governo da Nova República, o Ministro da Fazenda era o hoje Deputado Francisco Dornelles que encarou como meta prioritária o combate à inflação e centralizou no Ministério da Fazenda todas as medidas destinadas ao combate à espiral inflacionária. Então, no tempo da administração anterior, o CNP tinha uma certa autonomia para administrar os preços dos derivados de petróleo, os reajustes que se fizeram necessários, o preço de importação do petróleo, os preços dos seus derivados e a autorização para essas importações. Procurando centralizar o controle daqueles produtos que eles achavam críticos,

quer dizer, tarifa de energia elétrica, produtos de petróleo e seus derivados, produtos siderúrgicos, estabeleceu-se, é verdade, um controle muito grande, pelo Ministério da Fazenda, sobre esses preços. A intenção era das mais louváveis, mas as empresas que sofreram o impacto desse cerceamento de preços as deixou em situação muito difícil. Nós sabemos, hoje, o que acontece no setor de energia elétrica, no setor da siderurgia e da Petrobrás. Pergunto: essa política deu certo? Nós estamos com uma inflação muito alta, talvez digam que se não fosse feito esse controle, ficasse muito maior. Mas a verdade é que essas empresas, principalmente as que trabalham com tarifas públicas controladas pela Fazenda e pelo Seap, sofreram e estão sofrendo muito, e a Petrobrás é a principal delas. Então, o CNP, que tinha a autorização legal de fixar os preços dos derivados de petróleo acompanhando a inflação, acompanhando os preços do petróleo no mercado internacional e as peculiaridades do mercado nacional, na realidade, perdeu esse poder, que passou a ser do Ministério da Fazenda e do Seap. Toda vez que tem um reajuste de preços, nós fazemos um estudo técnico, nós temos no Conselho Nacional de Petróleo uma parte que trata praticamente disso. Essa diretoria faz um estudo técnico, levantando todos os fatores condicionantes a um percentual do reajuste; esse estudo, em documento próprio é levado ao Ministério das Minas e Energia que, por sua vez, o manda ao Ministério da Fazenda, que fica debatendo com o CNP esse reajuste.

Meus senhores, nunca um reajuste proposto pelo CNP, foi dado integralmente pelo Ministério da Fazenda, nunca! A última vez que aconteceu isso foi nesse último reajuste de janeiro. Em março propusemos um reajuste de 50% e foi dado 25%, causando o quê? Greves em São Paulo, porque nós não podemos, com esse reajuste, atender a todas as categorias. Quando é dado um reajuste de preços, vários setores são contemplados, a Petrobrás é o principal, depois tem os setores de frete, os transportadores, tem o setor de distribuição, que são as distribuidoras e o setor de revenda. Essa é uma maneira bem simples, sintética. Então, sempre fica aquela política de cobertor curto: quando o reajuste não é suficiente, não dá para todo mundo. Nessa última vez tivemos que dar aos produtores de cana, que tiveram um aumento substancial, grande parte do reajuste; à Petrobrás, um pouco; aos revendedores, muito pouco; e aos transportadores também muito pouco, ocasionando o que se viu: uma greve, que esperamos hoje seja resolvida.

Compreendemos que é muito pesada a tarefa do Ministério da Fazenda. Eles, para conterem a espiral inflacionária, sempre fazem os reajustes abaixo do necessário, abaixo da inflação, abaixo do preço CIF do petróleo importado, abaixo das remunerações salariais que, muitas vezes, o Ministério do Trabalho concede.

Até por hábito, já estamos acostumados a não ter as nossas pretensões, os nossos plei-

tos ao Ministério da Fazenda, propondo reajustes tarifários justos, atendidos. Nossas relações com a Fazenda são sempre muito difíceis. Os nossos debates são muito dolorosos e sempre temos, quando fazemos essas propostas, a presença de um representante da Petrobrás, que é testemunha de nossos esforços, para que haja uma remuneração eficiente.

Como eu disse, a Fazenda defende a tese de que não pode dar os reajustes, porque a inflação irá descambar e daí teríamos uma hiperinflação. Acho que o setor do petróleo, particularmente, poderia ter um tratamento um pouco diferenciado. É um setor que tem uma importância primordial em toda a vida nacional. O que a Petrobrás compra na indústria nacional, o que ela investe, o que ela oferece de empregos, faz que ela mereça que essas tarifas pelo menos acompanhem a inflação e o preço do petróleo no mercado internacional. Esta é a tese que defendemos, inclusive, mais de uma vez, aqui nesta Casa.

A par disso, o que houve? O preço do petróleo internacional, do início de 1989 até 1990, subiu de 13 dólares/CIF para 20 dólares. Esse preço internacional subindo tinha que ser compensado por reajuste de tarifas, porque a Petrobrás, hoje, continua comprando 50% do petróleo que consumimos no mercado internacional, e nem sempre conseguimos dar essa compensação à Petrobrás.

O álcool é um programa do Governo, criada pela Comissão Nacional de Energia, e temido, até bem pouco tempo, um sucesso bastante grande. Mas há uma premissa que não pode ser esquecida: o álcool é um produto mais caro do que a gasolina. Nossos cálculos indicam que um barril de álcool sai mais caro 10 dólares do que um barril de gasolina. Sai mais caro! Quando foi criado o programa do álcool, estávamos na segunda crise de petróleo, e o barril de petróleo ameaçava chegar a 40 dólares. Naquela ocasião, era um programa que tinha todas as condições, inclusive econômicas, para ter sucesso. Acontece que as previsões que, então, se faziam, para que esse preço no mercado internacional permanecesse, não aconteceu.

O petróleo, hoje, como eu disse, está na ordem de 20 dólares o barril. Consequência: o álcool, que tem uma série de grandes vantagens para o País, tem este inconveniente: ele é oferecido à Petrobrás, que comercializa o produto, com déficit. A Petrobrás tem arcado com esse déficit, com esse subsídio. A minha dúvida, a nossa dúvida no CNP é a seguinte: O Proálcool é um programa do Governo, é um programa estratégico do Governo como uma reserva para futuras crises internacionais. Nós temos o nosso combustível, e o álcool é um produto limpo, não poluente. Isto, hoje, é muito importante, porque o álcool, misturado à gasolina, apresenta condições muito boas, antidetonantes e de maior poder calorífico. Em contrapartida, precisa de um subsídio, que teria de ser dado pelo Governo, pelo Tesouro, pela Fazenda e não pela Petrobrás, que tem agüentado o déficit

da comercialização do álcool. É um dos motivos pelos quais ela está nessa situação. E não se esqueçam os Srs. de que o álcool, durante muito tempo, foi mantido na gasolina numa proporção muito baixa. A relação álcool/gasolina à razão de 65%, estimulou o Proálcool a crescer, mas ela permaneceu por muito tempo, demasiadamente, na minha opinião, fazendo com que houvesse uma produção brutal de carros a álcool, diminuindo a produção de carros a gasolina, que chegou quase a zero, beneficiando o consumidor mas penalizando a Petrobrás, que comercializava o produto e também o produtor, que não tinha uma remuneração adequada, porque os Srs. sabem que o álcool tem um rendimento de 81% da gasolina. Então, o consumo do álcool em relação à gasolina é de 81%.

Este é um tema paralelo, daria para discutir, aqui, durante horas, mas eu queria dizer que foi um dos fatores que fez a Petrobrás chegar a essa situação difícil em que se encontra.

Nós temos, ainda, o problema da inadimplência das estatais. Como a Petrobrás é uma estatal e é do Governo, várias estatais têm dívidas vultuosíssimas — a Eletrobrás, a Siderbrás, a Rede Ferroviária — e não pagam. A Petrobrás, às vezes, quando quer tomar uma atitude mais drástica para cobrar essa dívida, tem de recuar. Os Srs. se lembram, há pouco tempo, em Rio Branco, a Eletro-norte não pagava o óleo diesel das usinas e a Petrobrás suspendeu o seu fornecimento, e a cidade ficou às escuras, e, rapidamente, foi determinado à Petrobrás que fornecesse o óleo. Essas dívidas são muito grandes e a Petrobrás não tem conseguido recebê-las.

A nova Constituição, dentro da idéia muito louvável de dar aos Estados e aos Municípios novos recursos, criou novos impostos sobre combustíveis, que acabaram em um imposto único. A soma desses impostos é muito maior que o antigo imposto único. Então, hoje, nós temos os Estados e os Municípios com uma boa fatia de impostos que, antes, eram federais e menores.

Nós temos também conhecimento, e não é de muito, que se criaram *royalties* sobre o petróleo na plataforma continental. Antes não tinha só se pagava *royalties* sobre o petróleo produzido em terra. Quer dizer, tudo vai fazer com que o preço final do produto aumente e a Petrobrás não seja ressarcida desse aumento, por causa dos efeitos inflacionários.

Durante as administrações do Ministro Dornelles, do Ministro Bresser e do Ministro Funaro houve congelamento, por períodos bastante longos, dos preços; foram congelados os preços simplesmente. Havia aquela história de inflação zero, de água que apareceu, mas a Petrobrás não podia cobrar água e ela ficou com os seus preços congelados durante esse período. No período do Ministro Dornelles, do Plano Cruzado, nós tivemos uma sorte inédita: o preço do petróleo internacional baixou muito. Então, nós pudemos manter aquele congelamento do Plano Cru-

zado, graças ao rebaixamento dos preços internacionais. Mas, no Plano Bresser e no Plano de Verão não aconteceu isso. Pelo contrário, o petróleo subiu, e sempre que nós apresentávamos esse aumento de preço ao Ministério da Fazenda — nós temos esses documentos arquivados um a um, para todo reajuste de preço nós apresentamos ao Ministério de Minas e Energia, um estudo técnico dizendo qual é o percentual que precisa para a Petrobrás ficar com os seus preços realinhados — esses percentuais nunca eram concedidos.

Então, Srs., estas são, sintética e objetivamente, as razões que nós achamos que levaram a Petrobrás a essa situação esdraxula. Os Srs. vejam o seguinte: no Brasil nós sempre procuramos petróleo, não tínhamos; mas quando descobrimos petróleo, nós não tínhamos dinheiro para investir e produzir. Nós sabemos onde tem petróleo no Brasil. Ele existe em águas profundas, na Bacia de Santos. Nós sabemos, agora, precisa de recursos para investir. A Petrobrás não recebe recursos do Governo brasileiro para isso. Ou ela gera esse recurso ou ela faz empréstimos no exterior. E ela não está conseguindo gerar esses recursos, porque a sua fonte principal de receitas, que é a venda de derivados de petróleo, está sempre muito abaixo dos seus preços reais.

Desculpe, mais eram só estas as razões que eu queria, e, como eu pedi ao Sr. Presidente, ficarei à disposição dos Senhores para as perguntas e para os debates.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Gostaria de conceder a palavra ao Deputado Luiz Alberto Rodrigues para formular as suas perguntas.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado José Tinoco, ilustre Depoente, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, Sr. General Roberto França Domingues:

Queria iniciar pedindo um esclarecimento ao Sr. Presidente do Conselho Nacional de Petróleo a respeito de quais seriam propriamente as funções do Conselho Nacional do Petróleo, hoje, uma vez que já na introdução do seu depoimento ficou claro que o Conselho Nacional de Petróleo perdeu o poder, as atribuições que tinha antigamente não as têm mais hoje. Parece que o Ministro Francisco Dornelles delegou ao Ministério da Fazenda uma série de competência que eram do Conselho Nacional de Petróleo. Então gostaria de saber, hoje, quais as principais funções do Conselho Nacional de Petróleo? Cite, além dos principais, dois, três ou quatro setores em que S. S^a entende importante colocar aqui, porque posteriormente eu quero chegar na questão específica da Petrobrás.

O SR. PRESIDENTE (Roberto França Domingues) — Vou começar com o problema de preços.

Nós continuamos a fazer os estudos técnicos. Todos os meses, quando há o reajuste,

nós vemos qual é a taxa cambial, qual é o preço CIF do petróleo importado, quais são as despesas dos Grupos 1, 2, 3 e 4 da Petrobrás — matéria-prima, pessoal, refino, essa coisa toda. Fazemos esses estudos todos, e apresentamos à Fazenda. Então, a parte técnica financeira, nós fazemos toda. Chegamos e dizemos: é tanto o reajuste que precisa, como foi esse último, de 50%. Nós damos os dados técnicos, nós fixamos os dados para uma decisão, mas o poder de decisão nos escapa. A parte técnica continua conosco, isso de acordo com a Petrobrás.

Além disso, o Conselho Nacional de Petróleo cuida do abastecimento nacional do petróleo, porque a Petrobrás é uma empresa enorme, poderosa. Ela é uma empresa operativa; todas as normas são feitas pelo CNP. O CNP cuida das distribuidoras. Nós temos 10 distribuidoras no mercado. Nós cuidamos das margens de distribuição delas, as margens de revenda dos postos, nós cuidamos do problema do álcool. Infelizmente, temos que cuidar do problema do álcool. Aliás, a respeito do álcool, eu queria dizer o seguinte: o CNP cuida da distribuição do álcool, da logística do álcool, porque o álcool, hoje, está dividido, — a questão da produção do álcool — ao Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio é o IAA; a questão do preço, quem fixa é o Ministério da Fazenda; quem faz a distribuição, a logística, o abastecimento é o CNP.

Como nós fazemos isso? Nós chegamos no plano de safra, por exemplo: já vamos começar a discutir o plano de safra de 91 agora, nós vamos ampliar para o abastecimento nacional de álcool carburante no Brasil e nós precisamos de 13 milhões de metros cúbicos, aí levamos esse número ao IAA. A produção está com o IAA, e o preço está com a Fazenda. Agora, quem fixa o preço tanto ao produtor como ao consumidor é, hoje, o Ministério da Fazenda.

O que acontece hoje?

A produção de álcool estagnou, a produção de carros a álcool subiu, falta álcool, aí vai para o bode expiatório, como sempre dizia o Ministro Aureliano Chaves. Desculpe aqui a lembrança mas foi o meu Ministro que disse que no Brasil nós sempre procuramos duas coisas: um bode expiatório para as culpas e o Antônio Conselheiro para fazer o milagre. Então, quando falta álcool, é o CNP. Mas nós não cuidamos da produção do álcool; nós distribuímos o álcool e é muito difícil distribuir um produto que está em falta. O CNP também tem uma função que não é normativa nem legislativa: é a de fiscalização.

Infelizmente, o nosso órgão é um órgão de administração direta, com 600 funcionários para cobrir todo o Brasil, para fiscalizar 22 mil postos de gasolina e mais de 400 representações de gás, e nossas verbas de orçamento são ridículas, nós temos que viver das migalhas do orçamento. Há uma ilusão de que o CNP é um órgão rico, porque lida com grandes importâncias. Ele foi rico quando tinha um percentual sobre a comercialização de todos os derivados de petróleo, mas há

coisa de uns 8 anos perdeu e nós vivemos somente de recursos orçamentários.

Nós também temos a administração de certos fundos que recolhemos para a equalização de preços no território nacional e de pagamentos de transporte de produtos: chamam-se FUP e FUPA. Nós temos autorização para autorizar importações e exportações de produtos petrolíferos, nós tratamos da petroquímica. Enfim, muita gente pensa que o CNP só existe para cuidar de posto de gasolina. Pelo amor de Deus, se tirarem isso do CNP vai ser um alívio.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES

— Eu queria fazer a minha segunda pergunta de uma série de três, Sr. Presidente. Fiz a primeira e tenho mais duas perguntas, agora, especificamente dentro do motivo da convocação do Sr. Presidente do CNP para vir a esta Comissão.

Durante todos os debates ficou bastante claro, bastante objetivo que a responsabilidade pela fixação de preços era, realmente, do Ministério da Fazenda. Isso ficou claro aqui através do depoimento do Sr. Ministro da Fazenda, Marílson da Nóbrega, e do Secretário da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços, Edgar Abreu.

Mas em todo esse debate ficou evidenciado que um dos motivos da crise financeira da Petrobrás é exatamente a questão do prazo que era concedido pelo CNP às distribuidoras, prazo de pagamento do combustível recebido, que era de 21 dias, depois 18 dias, depois 12 dias, segundo afirmações feitas aqui, no depoimento do Sr. Presidente da Petrobrás, dizendo ele que era competência exclusiva do CNP. Depois foi confirmado também pelo Sr. Ministro da Fazenda, e aqueles prazos provocavam prejuízos da ordem de algumas centenas de milhões de dólares à Petrobrás, exatamente pelo custo financeiro, num regime de inflação alta, com prazo longo para pagamento, na medida em que os postos pagam à vista à distribuidora e a distribuidora tinha prazo de 20 dias, depois 18 dias, depois 12 dias. Pergunto a V. Ex.: qual o motivo que levou a essa formulação, a essa política de, numa inflação galopante, oferecer um prazo dilatado, vale dizer, oferecer uma receita financeira bastante grande às distribuidoras de petróleo?

O SR. ROBERTO FRANÇA DOMIN

GUES — Inicialmente, eu quero dizer que isso não é uma política recente. É uma política que sempre existiu, é de praxe comercial. Sempre existiu essa política! Ela não é nova. Mas, quero dizer que, ela sofreu modificações profundas, inclusive, depois do depoimento do Dr. Sant'Anna... Quando é que ele fez esse depoimento aqui?

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES

— Foi no final de novembro, início de dezembro de 89.

O SR. ROBERTO FRANÇA DOMIN

GUES — inicialmente, eu quero dizer que essa questão de prazos é uma norma comer-

cial. Todo mundo vende com prazo. A Petrobrás, quando compra petróleo no exterior, tem prazos de 30 e 60 dias para pagar. Numa vitória recente, ela conseguiu prazos, nos países árabes, de 60 dias.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES

— Fala fora do microfone.

O SR. ROBERTO FRANÇA DOMIN

GUES — é, em dólares! V. Ex. falou bem, em dólares!

Acontece que essa política de prazos, com a inflação muito alta, realmente, se tornou inexecutável. Porque, com uma inflação de 70% a 80%, você dar 21 dias de prazo, é beneficiar extraordinariamente o comprador. O que nós fizemos? Existia o prazo da Petrobrás para a distribuidora de 21 dias. A nossa política no CNP é, sempre que tiver de tomar alguma medida de relevância, discutir com as partes interessadas. Então, de acordo com a Petrobrás e as distribuidoras, nós reduzimos o prazo de 21 dias para 18 dias, isto quando a inflação não estava nesses índices atuais. Depois reduzimos para 11 dias, sob protestos furiosos das distribuidoras. E, por fim, foi reduzido para 8 dias o prazo, sendo que a Petrobrás recebe os juros correspondentes a esses 8 dias. Isto foi jogado para cima do consumidor. Hoje, a Petrobrás dá 8 dias de prazo e recentemente os juros correspondentes. Ela não tem prejuízo nenhum.

Agora, os Srs. vejam: os distribuidores e os postos têm um pequeno prazo. Os postos revendedores têm 42 dias de prazo e as distribuidoras têm 8. Os postos praticamente vendem à vista. Quando a gente compra gasolina, a gente paga à vista. E nenhum posto, hoje, com essa inflação que está aí, tem estoques grandes. Eles ficam com o estoque mínimo e, praticamente, vendendo à vista, quer dizer eles têm uma certa folga.

As distribuidoras, vejam V. ex. têm de fazer estoques, têm de levar produtos para regiões estancques. V. Ex. vejam — o Senhor Jarbas Passarinho, que é da Amazônia, sabe disso — A distribuidora, compra na refinaria de Manaus, e vai levar o produto para Cruzeiro do Sul, vai levar para Belém. Esse tempo é morto, em que eles estão com o capital empatado, que eles não recebem, pagam, levam até lá para depois vender. Então, as distribuidoras têm esse prazo porque elas fazem transporte e estoque para depois vender. Isso tudo foi feito ligação com a Petrobrás, em grupos de trabalho em que a Petrobrás participou e concordou.

Tivemos de modificar essa política pelas altas taxas de inflação, e foi modificada. Hoje a Petrobrás não pode reclamar, porque essa última modificação foi depois da palestra do Presidente Sant'Anna.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES

— Sr. Presidente, a minha última pergunta. A resposta ficou bastante clara de que realmente houve uma mudança de política gradual, mas que, também, é afirmação (esta taxativa) de todos os setores envolvidos, o

que levou a uma das maiores parcelas no prejuízo que a Petrobrás acumulou ano passado. É exatamente a questão do prazo concedido particularmente às distribuidoras.

O Sr. Presidente do CNP acabou de nos apresentar as razões

Sr. Presidente, queria fazer uma pergunta que interessa, agora, na minha opinião e como deputado, ao lado de cá. O lado de cá a que me refiro seria o lado do consumidor, daquele, que no final paga a conta de tudo.

V. S^a deixou clara que há uma série de funções que o CNP deve cuidar: garantir as margens de revenda, a questão normativa, a questão de autorização para importação. Realmente funções da mais alta relevância. Pergunto a V. Ex^a se o Conselho Nacional de Petróleo tem, também, alguma vertente que pensa no consumidor, no lado de Cá, por exemplo: foi feita uma afirmação aqui pelo Senador Roberto Campos de que o custo de extração de petróleo da Petrobrás é duas vezes e meia o custo de extração da Texaco no Mar do Norte, que é de 7 dólares o barril. A se confirmar essa afirmação — serão palavras do Senador Roberto Campos — estaríamos diante de uma grande ineficiência, de uma terrível ineficiência. Pergunto se o grau de eficiência da Petrobrás, analisado por parâmetros internacionais e em condições indicativas ou de analogia, o CNP cuida disso também? Ele examina esse lado da eficiência da empresa, dos custos da empresa? Há realmente um trabalho de auditoria, de acompanhamento ou mesmo um trabalho crítico em cima daquilo que é feito pela Petrobrás? Particularmente, o CNP detém informações como essa dada, aqui na Comissão de Inquérito, no dia em que esteve o Sr. Presidente da Petrobrás, Carlos Sant'Anna — informação mais importante trazida aqui, até agora, por um Parlamentar da mais alta respeitabilidade, de que o custo da Petrobrás é um custo realmente muito alto, um custo muito acima dos padrões médios mundiais.

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Não concordo com essa tese, porque o custo do petróleo tem vários componentes: o custo dos investimentos, o custo do desenvolvimento dos campos para a produção o custo da produção e o custo da amortização dos investimentos feitos.

Penso que esse problema de 7 dólares e 50 da Texaco: primeiro que a Texaco não trabalha no Mar do Norte.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — É a *british Petroleum*.

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) A Texaco não trabalha no Mar do Norte. É, talvez, o custo da extração sem os outros componentes, porque se fosse tão barato, como o petróleo Brent, produzido no Mar do Norte, que é um petróleo relativamente caro, estaria sendo vendido, hoje, no mercado internacional a 21 dólares com a concorrência, inclusive, dos petróleos do Oriente Médio? Ele está sendo vendido a 21 dólares, produzido a 7, vendido a 21, seria

um lucro astronômico, mas, não! Não é só a extração, são aquelas outras fases todas que falei, inclusive o amortecimento dos investimentos.

A Petrobrás, hoje, pelo que diz o Dr. Wagner, que é o Diretor de Exploração, está produzindo petróleo a 16 dólares e 87. O refino em 12 dólares, 13, o barril. Está nos padrões internacionais, dentro dos padrões internacionais.

O petróleo tem várias características, por exemplo, o petróleo *off-shore*, como é o de campos: a produção, a exploração, o desenvolvimento é muito mais caro que o petróleo produzindo internamente. mesmo o petróleo na Amazônia sai mais barato do que o de Campos.

Temos petróleo produzido no Rio Grande do Norte, naqueles poços rasos, não sei se tem algum rio-grandense do norte lá, com aquelas bombas de cavalo de pau, aquilo é o petróleo barato. O poço lá produz 50 e até 300 barris por dia, mas é um petróleo barato. Quanto ao petróleo *off shore* ele é caro. Não acredito nessa diferença de preço.

Realmente, a Petrobrás sempre foi muito reticente em dizer o custo do preço do petróleo. Nós, do CNP, sempre insistimos muito nesse ponto. Mas, o Dr. Wagner foi muito taxativo. Ele disse, em palestra nesta Casa, dezesseis dólares e oitenta e sete. Acho que está um preço muito bom. Podemos baixar, mas o preço está bom.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, para agradecer as respostas e para uma pergunta bastante curta. Quer dizer que o Conselho Nacional do Petróleo entende que a Petrobrás é uma empresa eficiente?

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Sim, achamos. Nós achamos que ela está diversificada demais, mas ela é uma empresa eficiente, com um corpo de técnicos capazes e muito brigadores. Nós sentimos isso no CNP.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra ao Deputado Mário Lima.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, Deputado José Tinoco, Sr. Presidente do CNP, meus Companheiros, a explanação que faz o Sr. Presidente do CNP nos mostra que esta Comissão está indo no caminho certo. O Brasil precisa rapidamente se encontrar com a verdade. Quando eu digo a verdade não é que eu veja qualquer mentira no depoimento do Presidente do CNP. Pelo contrário. Achei um depoimento muito claro, muito afirmativo. Temos leis que regem a matéria, no entanto, um Ministro de Estado vem e acha que deve mudar tudo, sem mudar a lei, ao seu livre arbítrio. Mudanças ocorridas no setor de petróleo sem nenhuma modificação na legislação?! No entanto, o Ministro de Estado se arvora a mudar tudo e a leva a uma empresa que é criada por lei, que executa um monopólio criado por lei.

Vemos, por exemplo, o Presidente do CNP fazer uma afirmação muito clara, no sentido

de que o CNP elabora os estudos tecnicamente fundamentados e encaminha-os ao Ministério da Fazenda. Infelizmente, não pode impor ao Ministério da Fazenda que dê o reajuste pedido, baseado em dados técnicos.

Perguntaria ao Presidente do CNP, para não me alongar: este ano foram concedidos todos os aumentos. Qual a defasagem entre os números pedidos pelo CNP e os números efetivamente concedidos pelo Ministério? Para concluir, V. S^a afirmou que no último aumento, o CNP fez os estudos tendo a participação da Petrobrás e pediu 50%, no entanto, o Ministério só concedeu 25%. Queria saber somente esses dados.

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Realmente, os reajustes durante o decorrer do ano de 1989 foram da ordem de 1 por mês, para acompanhar a inflação.

O SR. MÁRIO LIMA — eu pediria só os aumentos do ano de 90, quantos foram, quais os números pedidos pelo CNP e os números efetivamente concedidos?

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — O Diretor de preços está aqui, Dr. Wilter Fantinatti. Pediria a ele que nos desse esse dados que são poucos. São dois aumentos só.

O SR. WILTER FANTINATTI — Nós tivemos alguns aumentos. Em janeiro tivemos dois, em fevereiro dois e um em março. Os nossos estudos técnicos sempre procuram atualizar os preços até a data da vigência proposta, mas o Ministério da Fazenda sempre recua a correção monetária. A correção monetária sempre é atendida nos preços com uma defasagem em média de 30 dias. Este é o *grandegap* na estrutura de preços. Tivemos uma inflação, digamos, em fevereiro, de 72,78%. Essa inflação é medida no meio do mês, 15 de fevereiro, e somente será repassada nos preços, como regra geral do Ministério da Fazenda, depois de 15 de março. Há uma defasagem de 30 dias, que corresponde à inflação do mês, de 72,78% de fevereiro, ou mais, se a quinquena de março der um aumento maior. Essa é uma defasagem grande.

Por exemplo, no caso da taxa cambial, que é aplicada na tradução do custo CIF do petróleo importado, em moeda americana.

Estamos com um preço a partir de 2 de março, com uma taxa cambial de 25 cruzados, valor vigente a 17 de fevereiro.

Como a taxa cambial, hoje, está na ordem de 35 cruzados, temos uma diferença de 10 cruzados por dólar.

Como a Petrobrás importa, em média, atualmente, 350 milhões de dólares por mês em petróleo, perto de 580 mil barris dia. *Ogap*, a diferença de realização da Petrobrás, será no ano de 3 bilhões e 500 milhões de cruzados este é o grande buraco de caixa da Petrobrás.

A Petrobrás está importando petróleo, hoje, a 35 cruzados por dólar, e vendendo este petróleo a 25 cruzados por dólar.

Esta é a grande diferença que empobrece e dificulta o *cashflow* da Petrobrás. Esta diferença da taxa cambial é muito maior, ela causa pelo bem maior do que a diferença levantada pelo deputado, sobre os prazos de pagamentos.

O SR. DEPOENTE. (Roberto França Domingues) — Eu só gostaria de complementar a resposta do Sr. Diretor.

Isto é mais uma consequência desta inflação de 70 a 80%. Porque quando o reajuste é dado, ele é dado para compensar a inflação passada. Quando ele entra em vigor, já tem uma inflação futura vencendo, que não está coberta pelo reajuste. Este é o grande problema.

Quando damos um reajuste, ele é da inflação passada. E os preços quando são postos em vigor, já existe uma inflação nova se vencendo.

O SR. MÁRIO LIMA — Acho que a resposta do ilustre Presidente do CNP, complementada pelo sr. Diretor de Comercialização, deixa claro que o CNP está agindo de maneira correta. Deu uma solução política. A solução da crise da Petrobrás é uma solução política. Lamentavelmente, os Ministros da Fazenda, com a convivência do Presidente da República, resolveram esquecer da dívida do mercado, que eu sempre defendo. Como uma empresa pode comprar um produto a 35 cruzados; ao dólar de 35, e vender a 25?

Quanto à parte técnica, os fatos não comprovam os desmentidos de que a Petrobrás é uma empresa eficiente. E eu ressaltaria, Sr. Presidente do CNP, um fato que está aí a Noruega é um país do Hemisfério Norte e bem pertinho dela, a tecnologia inglesa, francesa, romena, russa, e vem buscar tecnologia do Terceiro Mundo. A Noruega fez um contrato com a Petrobrás para prestação de serviço e venda de tecnologia para pesquisa de petróleo. Se não fosse a nossa tecnologia, eficiente, e de preço competitivo, a Noruega não viria ao Terceiro Mundo. A Noruega fez um contrato com a Braspetro. É preciso que as pessoas interessadas, que o ilustre Senador Roberto Campos visite uma plataforma de prospecção, de perfuração, e de produção para sentir orgulho. Fui a uma plataforma e o engenheiro-chefe de produção, com 33 anos, é considerado um dos melhores técnicos do mundo.

Neste País o que falta é mais um pouco de patriotismo dos seus falsos grandes líderes. A Petrobrás é uma realidade. Precisa ser fiscalizada mais de perto pelo Congresso Nacional, pelas lideranças de todos os setores.

Vou só fazer uma pergunta agora, Sr. Presidente, sobre o problema de distribuição, que é para mim o grande labirinto deste País.

Dizia o Senhor que as distribuidoras, ao transportarem o Petróleo de Manaus para regiões distantes, ficam realmente com aquele produto durante alguns dias, com o dinheiro parado.

Agora, é preciso que se destaque que nesses lugares, as multinacionais quase que não vão, a predominância é da Petrobrás.

Tive a oportunidade, numa caravana de Parlamentares, de visitar os limites da Colômbia com o Brasil. O único posto que há por lá é da BR, o único abastecimento dos aviões da nossa gloriosa Força Aérea Brasileira também é da Petrobrás. Pediria, nesta oportunidade, que o Sr. nos mandasse uma relação atualizada, por exemplo, de como está o problema, hoje, dos postos, bandeira por bandeira. Nós vemos as multinacionais investindo três e meio bilhões de dólares para fazer mais postos em São Paulo, onde o produto chega de manhã e à tarde já foi vendido. Nós temos, ainda hoje, no Brasil, Sr. Presidente, uma política predatória do consumo de energia. Estou na Petrobrás há 32 anos, vi a Petrobrás comprar petróleo a menos de 2 dólares o barril, havia superprodução no mundo e havia um incentivo ao consumismo de petróleo, havia os motores de 200 hp, os carros 0 km cheios de "penduricalhos" para terem motores mais possantes, para consumirem mais energia. Hoje, o mundo todo não faz mais isso e nós ainda temos uma política de incentivo ao consumismo. Daí, essas multinacionais, com campanhas milionárias, para que se consuma mais petróleo, se nós não temos. Por que não se regulamentar isso? Por que incentivar o consumismo de petróleo, se nós não temos? Não entendo por que tanta propaganda para vender um produto que nós não temos. Pelas leis de mercado, só se faz propaganda quando se está vendendo pouco. No entanto, no Brasil, o sistema de distribuição de petróleo, particularmente as multinacionais, fazem propagandas, dão brindes, têm participações em festivais que não tem nada a ver com energia. Está aí agora, a Shell investe 5 milhões em São Paulo para postos de gasolina então, esse negócio é muito bom e eles estão sempre se queixando, estão sempre lamentando, e outra coisa o que é lamentável eles misturam, a Shell, por exemplo, mistura os seus negócios de petróleo com outros muitos, porque a Shell tem uma diversidade de negócios muito grande no Brasil, no entanto, para fixar esses preços, os balanços da Shell, eles consolidam tudo e aí não há um rigor da estatal, que é fiscalizada pelo Congresso, que é fiscalizada pelo Tribunal de Contas. Então, eu pediria sua opinião sobre isso.

O SR. DEPOENTE — O Sr. fez várias perguntas, me desculpe, mas, vamos começar pelo fim. Os balanços das companhias distribuidoras de petróleo não podem ser misturados com balanços de outros ramos de atividades. Nós, do CNP, já negamos, por exemplo, que a Shell, que atua no setor de alumínio e no setor da química, pudesse fazer uma *holding* e, para como combinar tudo financeiro. Nós não permitimos. Então, os balanços da Shell distribuidora são só relativos a distribuição de petróleo, não há mistura.

A questão dos postos distribuidores, hoje, o mercado é livre, a distribuição — e eu acho

que está certo e foi confirmado pela Constituição — não é monopólio, a distribuição pertence à iniciativa privada, quero dizer, inclusive, que, no CNP, nós temos uma idéia de acabar. Existiam umas distribuidoras há muito tempo, dez distribuidoras. Nós abrimos o mercado, já admitimos três distribuidoras nacionais na minha gestão, porque já tinha 29 anos que não havia distribuidoras novas. Agora, entraram três distribuidoras novas, nacionais. Realmente, a Petrobrás e a Ipiranga são as companhias que mais têm seus postos interiorizados. E, particularmente, a Petrobrás está fazendo uma política, de acordo com o CNP, de interiorização de bases. Nós, agora, na próxima semana, vamos inaugurar uma base em Gurupi, no Estado de Tocantins. Inauguramos uma em Barra do Garça recentemente. Vamos inaugurar outra em Barreras. São bases que a Petrobrás faz, não visando lucros imediatos, mas bases para assegurar melhor abastecimento e evitar desvio de frete.

Nós, a pedido dos postos, Sr. Deputado .. quero dizer que já foi por nós fornecido numa outra vez que vim aqui. Já está pronto, vou pegar cópia e mandar para o Senhor a interiorização dos postos.

Realmente a Petrobrás e a Ipiranga são as duas distribuidoras que mais têm postos no interior.

Ficou alguma pergunta mais para responder? Não me lembro.

O SR. MÁRIO LIMA — Eles alegam que as distribuidoras são as que mais choram. Eles alegam que a margem não dá, mas eles agora 5 milhões de dólares investidos num negócio que não é interessante. Eles estão sempre fazendo promoções riquíssimas para incentivar o consumismo.

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — O Senhor sabe que temos uma grande vantagem no setor de distribuição. Temos a BR Distribuidora. Então, a BR Distribuidora nos serve de parâmetro para analisar, para comparar com as outras companhias, inclusive as estrangeiras. Acho que o setor de distribuição está muito bem estruturado. Por quê? Porque temos tudo nesse setor. Temos uma companhia estatal, a BR, que tem quase 40% de todo o setor. A BR tem quase 40%, 35%. Temos companhias privadas nacionais, temos a Ipiranga, temos a Hudson, de triste memória e a São Paulo. Temos multinacionais, sejam européias, sejam americanas, todas agindo nesse setor com uma competitividade e com uma eficiência muito grande, e a Petrobrás Distribuidora competindo em pé de igualdade com todas essas, detém a maior parte do setor, o que para nós é bom. O nosso serviço de distribuição é exemplar no mundo. O Senhor vai ao México, o senhor vai à Argentina, onde tentaram estatizar esse setor e deu uma droga. Aqui a competição é livre e a estatal compete em igualdade de condições com as outras e o serviço é muito bem feito. A margem de distribuição não é tão grande. Acontece que essas grandes companhias têm outros se-

tores, como a Shell o setor de alumínio, que está dando lucros muito grandes, e ela investe na propaganda, no **marketing** da sua marca, esse é que é o problema. Hoje o grande lucro da Shell não é na distribuição, é no alumínio

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Sr. Deputado Benedito Monteiro.

O SR. MÁRIO LIMA — Vou concluir. Tenho uma última pergunta, que é rápida. Um dos problemas neste País é o seguinte: temos produtos subsidiados, como o LPG, o gás liquefeito de petróleo e o diesel, e sabe-se que há um desvio muito grande no consumo. O LPG hoje em dia é abusivamente usado como combustível para veículos. Há normas que dizem que se pode, por exemplo, usar em saunas de clube. A maioria desses clubes grã-finos do Brasil aquecem as suas saunas e até piscinas com gás liquefeito de petróleo. O diesel, que é outro produto subsidiado, tem também um desvio de consumo muito grande. O senhor já no início da sua explanação que o CNP carece de um maior número de funcionários para se desincumbir melhor da fiscalização. Pergunto: como o senhor vê esse problema e que sugestões o senhor teria a fazer para que essa fiscalização do desvio de consumo seja mais eficiente?

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Inicialmente até quero me penitenciar, porque tinha anotado aqui como um dos fatores do prejuízo financeiro da Petrobrás o preço de alguns produtos como completamente irreais, que se seleciona pela ordem: GLP, nafta e diesel.

O GLP, o gás de cozinha, por uma interpretação de que é um produto essencialmente popular para a cocção dos alimentos das casas populares, tem um preço altamente subsidiado. O preço dele não é nem metade do que importamos o produto, porque o GLP está tendo um consumo tão grande que estamos importando mais de 20%, apesar das nossas refinarias todas, estamos importando 20% do nosso consumo. Esse preço está irreal. As brigas que temos tido na Fazenda para aumentar o GLP são quase antológicas. Brigamos, falamos, mas tem o tal do GLP, que faz parte da cesta básica, não pode aumentar o preço, e essa coisa toda. A nafta é outra coisa. A nafta nós brigamos e insistimos que sejam os preços reajustados, mas dizem que os efeitos na petroquímica é um multiplicador muito grande, então eles não concedem os aumentos que queremos para a nafta.

E o diesel nós conseguimos, depois de uma batalha insana, que fosse, pela Comissão Nacional de Energia, aprovado, o diesel deveria chegar a até 75% da gasolina. Não chegou, hoje está em 44%, e cada reajuste que existe nós vamos brigar para aumentar os percentuais desses produtos mais que a média, e é uma dificuldade, porque o diesel é transporte de massa, é transporte de cargas, tem um efeito social muito grande, não pode aumentar. A nafta é para a alimentação do pobre.

E o que acontece? Está como o Sr. diz: “Usando em piscina, usando em carro”. Usando para tudo, até para aquecer pineiro no Paraná, nós sabemos disso. Porque o preço é tão ridículo. Hoje um botijão de gás custa 130 cruzados, e ele dá para uma família média para um mês. O gás que se consome em um dia em uma cozinha é mais barato que um cafezinho que se toma aí fora. Mas temos encontrado uma dificuldade imensa para esses reajustes.

O Sr. tem razão, esses preços são aviltados. “Ah, o diesel não dá prejuízo à Petrobrás”, mas também está liberando, mas a nafta e o gás de cozinha dão, e muito.

A fiscalização. O CNP tem 100 fiscais para todo o Brasil. Conseguimos aqui, o Congresso aprovou, aumentando seu corpo de fiscais para 250, mas, por essa lei que não admita aumento nos quadros de funcionários públicos, essa lei não pôde ser aplicada. Estamos com 100 funcionários, e como agora, com o corte nos recursos orçamentários, sem dinheiro para viajar, para fazer inspeções.

Srs., o CNP está dando meio expediente, à tarde, porque não tem dinheiro para dar alimentação para os seus funcionários.

Toda a Diretoria vai ao CNP de manhã, mas o corpo dos seus auxiliares e técnicos vai somente à tarde, porque não tem dinheiro para pagar um restaurante.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Deputado Benedito Monteiro, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. BENEDITO MONTEIRO — Sr. Presidente da Comissão, Sr. Presidente do CNP, Sr. Relator, Companheiros:

Esta Comissão foi instalada para não só verificar a questão da crise da Petrobrás, a questão administrativa, como para, num momento grave que a nação vive, ajudar a Petrobrás a sair dessa crise, e, de acordo com a resposta que V. Exª deu ao Deputado Luiz Alberto sobre a questão dos prazos, ficou claro que houve uma mudança de política a partir de dezembro para cá.

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Antes, a última foi em dezembro.

O SR. BENEDITO MONTEIRO — Em função exatamente do trabalho desta Comissão também. Evidentemente que o Sr. Presidente da Petrobrás e os seus técnicos já visitaram este Congresso várias vezes, o Sr. mesmo já visitou, e os pleitos eram estes, que foram parcialmente atendidos. Mas ficou ainda aqui uma questão que não está bem clara: é a questão dos custos, e estamos sabendo, estarrecidos, depois do depoimento do Diretor de Estruturas e Preços, a preceito da taxa cambial e da defasagem da inflação, ainda é de 30 dias para cada reajuste.

Não ficou claro quem é que lucra com isto não é? Acho que esse é um dos aspectos que precisamos investigar. Quem é que lucra, não é? Quer dizer, se a Petrobrás tem prejuízo imenso, alguém está lucrando, porque esse

dinheiro não cai no vazio, alguém está lucrando.

Evidentemente que na questão da distribuição, a Petrobrás tem 35%, mas o resto, 65%, são das outras empresas multinacionais e nacionais, e essas empresas — como já disse aqui o Deputado Mário Lima — têm demonstrado um vigor financeiro extraordinário. Acho que não existe no Brasil nenhum posto que não esteja sendo formado, adaptado às novas, inclusive, concepções arquitetônicas.

Então, gostaria que V. Exª dissesse quem é, por exemplo na questão da compra do álcool. — V. Exª já falou a Petrobrás praticamente assumiu a execução da distribuição, da comercialização... estou falando distribuição, quer dizer, a compra e o pagamento são feitos pela Petrobrás. V. Exª afirmou uma coisa várias vezes que o álcool é um programa do Governo... faz questão de enfatizar esse aspecto, portanto é um programa nacional de interesse nacional... concordamos em grande parte com ele, mas a Petrobrás tem sofrido prejuízos gravíssimos nessa questão do álcool. mas tem que se ver essa questão de defasagem da compra e da venda, quer dizer, a Petrobrás subsidia... Estou fazendo essa pergunta para separar o joio do trigo, por que nesse momento inicia-se uma política de privatização, e privatização é um termo genérico, não é? As autoridades já declararam que não vão levar em consideração nem a lucratividade da empresa, mas certos aspectos políticos. Então, queremos separar isso, quer dizer, o Governo tem um programa de interesse nacional e a Petrobrás, de quem se reclama competitividade, de quem se reclama um aferimento na política prejuízos, inclusive aqueles que V. Exª falou a respeito desses produtos que são comprados com grande defasagem de preço, quer dizer, sofre todos esses prejuízos e fica por isso... E o resultado é qual? Petrobrás não tem, no momento, nenhum tostão para investimento, nenhum tostão é força de expressão, mas muito menos teria se esses prejuízos não ocorressem.

Bem, isso aí está implícito numa política que, antes, era totalmente gerida pelo Conselho Nacional do Petróleo, não é verdade? Totalmente gerida pelo Conselho Nacional do Petróleo e que foi extraída e delegada ao Ministério da Fazenda no atual Governo, sendo que a Constituição fala que a presença do Conselho Nacional do Petróleo é fundamental para essa questão de preços. É um dispositivo constitucional.

Perguntaria a V. Sª como nós, Deputados e Senadores da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, poderemos agir? Qual é a sugestão que V. Sª dá, para que o Conselho Nacional do Petróleo volte a ter aquelas atribuições que são necessárias para esse controle de preços, para que a Petrobrás não seja incluída numa política nacional sem levar em consideração sua política empresarial? Ficou claro, também, que todos os pedidos feitos pela Petrobrás a respeito do reajuste são minimizados pelo Ministério da Fazenda, geralmente pela metade ou aquém da metade.

O SR. DEPOENTE (França Domingues) — É uma evidência!

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — Sim. Pela metade e acima da metade. Esse último foi exatamente a metade.

Então, numa política inflacionária, como a nossa, que se pode manter por algum tempo, se o atual Presidente não conseguir combater a inflação, a Petrobrás vai ficando cada vez mais debilitada numa coisa importantíssima que é a pesquisa e exploração de petróleo. Quer dizer, já se adiou a opinião do Presidente da Petrobrás sobre a auto-suficiência que estava programada. Já não se espera que ela tenha o mesmo desiderato que estava previsto. Então, se isto continuar da maneira violenta como está sendo praticada, com certeza a Petrobrás vai-se tornar uma empresa inviável.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra ao Sr. Presidente do CNP.

O SR. DEPOENTE (França Domingues) — Como os Srs. sabem estamos em final de Governo. Vem um Governo novo aí que não sabemos quais as políticas, quais as mudanças nas estruturas dos órgãos governamentais que se vai fazer. Temos sido procurados por equipes de transição do novo Governo. O Vice-Presidente do CNP está encarregado desses contatos e forneceram todas as informações que foram solicitadas e sentimos, com grande satisfação, a impressão de que eles desejam fortalecer o CNP, talvez, mudando de nome. Mas não é só a mudança de nome com recursos, com meios para realmente fortalecer a função do CNP. Porque essa equipe ficou muito impressionada, pois o CNP foi um dos poucos órgãos que sofreu diminuição de número de seus funcionários durante cinco anos. Perdemos gente. Estamos, hoje, com cerca de seiscentos funcionários, com onze escritórios de norte a sul em todo o Brasil em todo esse setor, sendo que 100 fiscais. Os Srs. imaginem a complexidade!

Basta dizer que para o problema do álcool temos seis funcionários tratando; e a área chegou a ter dois mil funcionários. O CNP tem seis funcionários tratando do problema do álcool. Então, sentimos essa idéia.

E a nova política francamente não sabemos. Só tenho uma esperança, no dia 15 deixar o CNP, porque abacaxi, como esse, nunca mais quero na minha vida. (Risos)

O Sr. teria uma outra pergunta anterior que me escapou...

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — Não. Perguntei sobretudo o seguinte: como nós, do Poder Legislativo, da Comissão Parlamentar Mista, podemos atuar nesse setor? V. S.^a respondeu só do lado do Governo. Naturalmente, ele vem trazer propostas para examinarmos. Então, queremos saber a nossa parte.

O SR. DEPOENTE (França Domingues) — Exatamente.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — Isso que é importante para nós.

O SR. DEPOENTE (França Domingues) — Acho que quando o novo Governo mandar por lei delegada, medida provisória ou projeto de lei ao Congresso, os Srs. terão, ali, como estudar, melhorar, adaptar, dar maior força ao Conselho. Porque o Conselho, hoje, inclusive, o Presidente do Conselho — os Srs. me desculpem — ganha menos do que muitos funcionários motoristas e porteiros do Congresso. Sou DAS-4. Com uma remuneração desse tipo fica difícil arranjar-se funcionários competentes. Temos um corpo de funcionários que chamo de abnegados, que, ganhando muito pouco, desenvolvem essas funções. Hoje, quando se fala em CNP, pensa-se que é um órgão extraordinário, poderoso. E um órgão de administração direta, cujo Presidente é DAS-4, que conta com recursos orçamentários muito exíguos, que faz uma força dada para cumprir suas funções, inclusive, tendo que tomar conta de gigantes como a Petrobrás. Falamos em pé de igualdade e mantemos as melhores relações com a Petrobrás, graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Kuster.

O SR. FRANCISCO KUSTER — Deputado José Tinoco, Presidente da Comisão; Sr. Presidente do CNP, colegas, acompanhando, atentamente, os depoimentos que aqui nos trouxe o Presidente do CNP, tiramos algumas conclusões. A meu juízo, não quero que seja tomada como uma afronta ou como uma espécie de desejo de descartar um órgão tão importante como o CNP. Mas, a meu ver, a meu juízo, o CNP perde inclusive até a razão de ser e de existir. Porque, se o seu trabalho, se o seu estudo, que são feitos com tanta seriedade, com tanta responsabilidade, não são levados em consideração, para que este CNP? É um negócio, realmente, até contraditório — imagino o drama em que a V. S.^a deve viver.

Se V. S.^a tem técnicos abnegados tão mal remunerados, mas que fazem um trabalho tão sério, e, de repente, esse trabalho é atirado na lata de lixo, porque ele contraria interesses outros, interesses poderosos que estão, claro, encrustados nos bastidores do Governo, isso faz com que a estatal privilegie, com seus preços aviltados, os interesses dos grandes grupos nacionais consumidores de energia.

São coisas, realmente, dramáticas. Sinto que, a meu juízo, existe claramente uma política deliberada que objetiva o sucateamento, a inviabilização da Petrobrás, para que grandes privados nacionais e até multinacionais ponham a mão nesse filé *mingnon*. Acho que isso está bem claro, isso está dentro do Governo, dentro dos Ministérios, no Congresso Nacional. Existem os *boy-shields*. O Dr. Rairinho, por exemplo, faz uma pregação demoníaca contra as estatais, a um patrimônio valiosíssimo que no caso é a Petrobrás. Eles estão, claro, a defender interesses outros que não sejam os interesses do Brasil nem do povo brasileiro.

Mas gostaria de fazer algumas indagações a V. S.^a Por exemplo, qual a planilha que o CNP adota para fazer a Petrobrás vender o gás? Talvez a expressão seja meio dura, mal colocada. Mas é que o gás custa às distribuidoras menos de 3 cruzados o quilo e estas, por sua vez, vendem a 10 cruzados ao consumidor. O que levou o CNP também a baixar o preço do GLP, a partir do último aumento, de 3,78 para menos de 3, ou seja, 2,92 o quilo? É um negócio contraditório.

No dia 1.^o de março aumentaram os produtos derivados e, no entanto, o GLP baixou já, que esse é um produto altamente subsidiado. São informações que temos. Então, gostaria de saber de V. S.^a o que está acontecendo? O que está ocorrendo? As distribuidoras de GLP vendem a mais ou a menos 10 cruzados o quilo, e elas compram a menos de 3 cruzados. Isso é um negócio muito sério. Realmente, é muito sério.

Veja V. S.^a que dá uns duzentos por cento de diferença. Gostaria de algum esclarecimento. Quem sabe, se estou mal informado? Mas esse negócio é um volume tão grande! V. S.^a diz que importamos 20% do GLP consumido, isso deve dar o quê? Algo em torno de 120 mil toneladas, 1 milhão e 200 mil toneladas, quer dizer, nessa proporção o custo, segundo o depoimento de V. S.^a — aliás fiz um cálculo rápido, algumas anotações aqui, o que dá mais ou menos 140 dólares, sendo vendido a menos de 70 dólares.

O que leva a Petrobrás, o CNP a ter uma política de compadre com as distribuidoras do GLP?

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Posso explicar perfeitamente a V. Ex.^a Primeiro, que não houve essa diminuição de preços que V. Ex.^a falou. Não houve essa diminuição de preços. V. Ex.^a está enganado.

Segundo, nós sempre propugnamos para que no reajuste de preços, vamos dizer, o preço médio era de 30%, sempre dávamos um reajuste maior ao GLP, à nafta e ao diesel, e nem sempre tínhamos sucesso. Sempre brigamos e insistimos, como acabei de falar e V. Ex.^a estava presente e deve ter visto. Acontece que o GLP tem um preço unitário tão baixo, tão aviltado que a margem de revenda e a margem de distribuição tem que ser alta. Por que não é como a gasolina que o camarada chega com o carro, põe na bomba e vai embora.

O GLP, primeiro, tem um botijão; botijão de alumínio que tem de ser adquirido pela distribuidora, que é um investimento pesado. Ele não é como o usuário de combustível líquido que recebe direto do tanque. Segundo, como disse, o seu preço é tão baixo que a margem de distribuição comparado com o preço unitário do produto tem que ser alto, porque tem de embutir aí a margem de distribuição do distribuidor, a margem de revenda, a destroca do botijão: ele entrega o botijão, pega o vazio e traz. O Senhor imagina isso em Mato Grosso do Sul e do Norte que leva o botijão de Goiânia, Nova Floresta, deixa

o botijão lá e traz de volta. Então, essa margem tem que ser muito maior do que a margem de distribuição de líquidos pelo preço do produto, pelas dificuldades de transporte e embalagem que são muito maiores.

O setor de GLP que sempre funcionou bem no Brasil está hoje em crise pelas baixas margens deles. Eles estão em propaganda, estão apavorados porque as suas margens não estão dando para que eles tenham o seu ativo, o retorno do seu capital investido; estão muito mal. Hoje é um setor crítico não só no preço, na produção, como na distribuição.

O Senhor vê: a gasolina, hoje, está a Ncz\$23,40 o litro, um botijão de GLP, 13 quilos, está a Ncz\$130,00, dá para um mês a uma família. Veja a relação. Então, a margem de distribuição, de revenda da gasolina é um e pouco, chega a ser 6, 7%, do gás é muito maior como o Senhor disse, mas por causa disso, se o Senhor for ver em valores absolutos ele não é tão grande assim.

O SR. FRANCISCO KUSTER — É. As distribuidoras recebem o produto por Ncz40,00 e Ncz\$130,00, continuo achando que é uma diferença astronômica, a distância é realmente muito grande; e com relação ao prazo que as distribuidoras têm me parece é uma generosidade muito grande, 23 dias aí, de prazo, a menos que esteja também. São dados que obtivemos e quem sabe lá se fui mal-informado, mas esse prazo de 23 dias para a distribuição do GLP é um prazo vigente hoje ou já o foi no passado?

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Este prazo está sendo revisto porque devido a crise no setor do GLP, todas as distribuidoras estão com seus balancetes horrorosos, examinamos um a um — engraçado, a Petrobrás que reclamou com veemência os prazos dos GLPs não reclamou, ela concordou com esses prazos. A Petrobrás não reclama dos prazos do GLP, engraçado não é?

O SR. FRANCISCO KUSTER — E com relação ao prazo que a Petrobrás confere hoje às refinarias de Manguinhos e Ipiranga? É um prazo de 45 dias, a menos que tenha sido alterado, mas tivemos acesso a algumas informações mais ou menos precisas, se houve uma alteração nesses prazos, isso o que é? É uma tentativa, talvez, de favorecimento dessas empresas privadas ou é um prazo assim. Já que se fala numa época de uma inflação tão alta e em redução de prazo, esse prazo aqui causa espécie a nós outros, porque a refinaria de Manguinhos e Ipiranga são empresas privadas e têm um prazo de 45 dias para honrar seus compromissos com a Petrobrás.

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Realmente, vou pedir auxílio ao Diretor de Preços, mas quero dizer que esses prazos referem-se ao petróleo cru, e não se esqueça que a Petrobrás tem prazos de 30, 60 dias para pagamento do petróleo cru, mas pediria a confirmação.

Dr. Fantinatti, o Senhor poderia me dizer a respeito desses prazos para as refinarias, porque, realmente, não estou ao par, este setor não estou ao par?

O SR. WILTER FANTINATTI — Ele envolve a necessidade, envolve a cobertura do período de importação do petróleo bruto e estocagem desse petróleo na refinaria.

O petróleo bruto é faturado na data do embarque para o exterior, praticamente. Até chegar ao Brasil e formar os estoques, ele demanda um prazo bastante grande.

Parte desse prazo está embutida num prazo de 45 dias que a refinaria tem para pagar o petróleo bruto. E ele vem sendo revisto sistematicamente — era muito maior. Nós estamos reduzindo sempre que possível.

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — E até onde eu sei, a Petrobrás sempre concordou com esses prazos.

Quero dizer que sempre que há um problema, que a Petrobrás nos apresenta, nós estudamos, convocamos as partes interessadas, fazemos um grupo de trabalho e decidimos, como foi o caso dos combustíveis, dos derivados.

Esta eu acho que foi a grande modificação, a grande novidade que nós introduzimos no CNP, na nossa administração: todos os problemas são resolvidos com a participação das partes interessadas.

O SR. FRANCISCO KUSTER — O senhor afirmou que o prazo de oito dias dado à distribuidores hoje é um prazo remunerado, quer dizer, a Petrobrás não tem prejuízo nenhum. Esta é uma resposta que atendeu a uma preocupação que a gente tinha.

Com relação, ainda, ao GLP: por que a Petrobrás não distribui? Não tem interesse?

Porque isso aí é tudo por conta, quer dizer, a Petrobrás tem algum.

Não, não, a entrega ao consumidor não é a Petrobrás que faz, são terceiros.

O SR. DEPOENTE SR. (Roberto França Domingues) — O Sr. parece que está bem informado, porque, hoje, no CNP... exatamente é um dos motivos que dá, que eu disse que estava muito ocupado, até pedi a transferência.

A Petrobrás, através de seu representante, o Almirante Maximiliano, Diretor Presidente da ADR, está pleiteando entrar na distribuição do GLP.

E nós vamos fazer — ia ser na parte da manhã, e há pouco adiamos para a parte da tarde — o estudo dessa questão, que é um pouco controversa, porque há uma legislação do CNP que diz que as empresas que atuam no setor de distribuição do líquido não podem atuar no de gasosos.

Nós não queremos que uma empresa atue nos dois setores.

O SR. (orador não identificado) — O 2.004.

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Não, não é o 2004. O 2004 é que dá o monopólio à estatal.

O Sr. sabe que o monopólio não atinge a distribuição, só o transporte. O transporte sim, o transporte é em cabotagem, é nos ductos, mas não a varejo.

A distribuição não está no monopólio.

Então, nós hoje vamos examinar e com a maior boa vontade, porque sempre fui partidário de que a Petrobrás deveria entrar nesse setor, porque nós queríamos uma empresa que servisse de parâmetro de comparação com as outras.

Porque quando a gente vai à empresa, confiável no setor, pega os balanços, compara os custos, compara com os outros e não serve para ver se está havendo muito lucro ou não está.

Por que a Petrobrás quer? E eu achei muito procedente esse interesse dela.

Em Urucu, na Amazônia, temos grande quantidade de gás. Um gás que tem um condensado que permite produzir GLP.

O gás natural, para transporte, é muito difícil. Precisa de navios especializados, criogenizados, terminais próprios, o que torna muito caro e perigoso o transporte.

Mas o GLP não. O transporte do GLP é fácil.

Então, o que a Petrobrás quer? Quer fazer uma planta de GLP na região de Urucu — não sabemos, ainda, exatamente, o local, mas naquela região —, transformar o gás natural de difícil transporte em GLP e, ao mesmo tempo, fazer a distribuição do produto que ela está elaborando, numa região muito quente do GLP.

Ela tem uma infra-estrutura de transporte muito boa, e ela aproveitaria isso para fazer a distribuição de GLP. Porque a distribuição do GLP, como eu disse ao Sr., é muito cara e penosa.

O Sr. tem que pegar uma chata em Manaus, encher de botijões de gás, sair navegando às vezes 30 a 40 dias, para entregar lá na fronteira, em Tabatinga, descarregar, pegar os botijões vazios e levar de novo para Porto Velho ou para Manaus. A Petrobrás, que já tem uma boa estrutura de transportes nessa área, vai ter facilidade na produção e quer entrar na distribuição. O que nós achamos lógico, normal e interessante. Agora vamos ver se legalmente isso é possível — hoje de tarde —, por isso que eu disse antes ao presidente da Comissão que eu estou com esse problema no plenário do CNP para ser tratado.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Pois não.

O SR. MÁRIO LIMA — Só para fazer uma ponderação ao ilustre Presidente do CNP. Parece-me que o Sr. está no CNP há cinco anos. Obviamente, o Sr. não pode responder por tudo que ocorreu no CNP. Mas, parece-me, que a legislação do CNP, nesse caso, está se chocando com a no seu art. 5º, na parte do comércio de derivados. Esta é a minha modesta opinião. Já senti que o Sr.

é um patriota e está interessado, quando foi dito que a BR serve de parâmetro para que o CNP analise o setor de distribuição. Acho que a BR entrando no setor de gás, como o sr. já disse aí com muita clareza, vai ajudar a Nação a entender esse mistério de um botijão de gás custar 40 cruzados na distribuidora e chegar por 105 cruzados na mão do consumidor e não dar lucro. Tem algum mistério aí!

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o nobre Senador Jarbas Passarinho. V. Ex.^a Terminou?

O SR. FRANCISCO KUSTER — Trata-se de uma questão de ordem, e ela interrompe o processo normal dos debates.

Apenas para finalizar, eu quero agradecer a maneira franca com que o general vem colocando essas questões. Ele, que domina como ninguém, já está há bastante tempo no órgão. Mas temos aqui alguns documentos e este aqui, inclusive, diz o seguinte: número 1194, relatório reservado, diz o seguinte: CNP, que era Petrobrás, fora da distribuição de gás. Esse aí confronta com a declaração que o general acabou de declinar nesse momento. De qualquer forma, nós esperamos ver as coisas melhores esclarecidas. Há pouco nós tivemos o depoimento em que o diretor financeiro do órgão nos dá conta de que estamos vendendo petróleo com 10 cruzados novos de prejuízo em relação a importação dólares e venda em cruzados.

Então, finalizando, quero dizer que vou ouvir os demais companheiros que vão formular indagações. Nós tivemos uma leitura muito clara. Existe hoje uma disposição, até certo ponto, impatriótica do Governo de absorver todos os prejuízos, fazer com que a Petrobrás banque todo os prejuízos em detrimento de uma proteção à iniciativa privada, às distribuidoras que não têm um milésimo de risco, não arcam com nada de risco. A Petrobrás com os 100% dos riscos e as distribuidoras com o tilé *mignon*. Então, eu não sei se seria hora de oferecer mais sacrifícios às distribuidoras ou talvez preservar os privilégios que têm as distribuidoras, principalmente as nacionais e as multinacionais que entraram no ramo, mas evitar de levar a Petrobrás a uma perda. Isso é impatriotismo. E tem muita gente grávida apostando nisso. Há um desejo de sucatear estatais importantes, isso é um patrimônio público. Isso é um crime que se pratica!

Eu quero deixar registrado aqui esse desaforo. Eu não me conformo com o que estou vendo aí. Realmente o general tem razão quando eles colocam os preços e o Governo decide, ignora, é um desrespeito, é até uma vontade de fechar as portas do CNP, lacrar o CNP. Para que o CNP se não é levado em consideração o seu estudo, o seu trabalho, toda a dedicação desse grupo de 600 homens, com apenas 100 fiscais? É, realmente, de se lamentar!

Enquanto Parlamentar, nacionalistas que somos, nós lamentamos, em vista de uma ção

nefasta aos interesses da Nação brasileira em marcha, num ritmo acelerado, visando inviabilizar a Petrobrás e toda a família Petrobrás.

Eu deixo esse registro mais como um desaforo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Sr. Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente da Comissão, Sr. General França, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores.

General, em primeiro lugar, aqui é um pouco diferente de quando a gente vai para o quartel. Aparecem as audiências inesperadas, aparecem os compromissos que não foram agendados e isso fez com que o entendimento só chegasse já tinha iniciado a exposição. Depois eu ainda tive de interromper duas vezes. Talvez a minha presença acabe sendo alguma coisa repetitiva, o que me desagradaria muito.

Durante essas perguntas na exposição de V. S.^a foi tratado o problema da nafta tais como por que se fixa o seu valor e por que ela é vendida por um preço inferior ao que ela corresponde no mercado de Roterdã e sim inferior em 20%. A quem serve isso? Qual a razão?

O DEPOENTE SR. (Roberto França Domingues) — Isso foi tratado nobre Senador Achaamos, como eu disse, que existem três produtos que causam déficit à Petrobrás, o diesel talvez não, mas a nafta e o GLP certamente. Temos batalhado, no Ministério da Fazenda, sempre para aumentar o preço. É nossa preocupação e todo reajuste nós batalhamos. Hoje, esse preço está na metade do preço do mercado internacional.

Diz o Ministério da Fazenda que a nafta é a matéria-prima básica para a indústria petroquímica e se aumentarmos o preço da nafta todos os produtos petroquímicos não só para consumo nacional como para a exportação subirão bastante, deixando de ser competitivo no mercado externo e aqui aumentarão muito acelerando a inflação. Esta é a explicação que nos é dada e nós sempre procuramos combater mas sem muito sucesso.

Gostaria que o Dr. Wilter Fantinatti dissesse algumas palavras sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Concedo a palavra ao sr. Wilter Fantinatti.

O SR. WILTER FANTINATTI — Durante a implantação do Pólo Petroquímico do Noroeste discutiu-se muito o preço da nafta. É bom lembrar que o Pólo Petroquímico do Nordeste surgiu para exportar petroquímicos, não havia necessidade de atendimento do mercado nacional porque em São Paulo já tínhamos instalado e estava em funcionamento um pólo petroquímico que era o da época da antiga refinaria União.

Nascendo para desenvolver o parque industrial do Nordeste e principalmente para aproveitar o gás natural disponível em abundância no Nordeste, sem possibilidade de transporte para o Sul, o pólo petroquímico

surgiu com a finalidade de exportar e aproveitar o gás natural, mas o gás natural não é a grande matéria-prima de um pólo petroquímico. A grande matéria-prima de um pólo petroquímico é a nafta. Então, derivou-se para o uso da nafta nesse pólo petroquímico com um preço compatível com o do mercado internacional, um pouquinho baixo para permitir a exportação de produtos petroquímicos. Esta é a origem do preço aviltado da nafta, mas o pólo petroquímico já se tornou adulto e não precisa mais desse favorecimento.

Alega-se, recentemente, que o preço da nafta deve continuar baixo porque temos outros pólos petroquímicos nascendo, como Pólo Petroquímico do Sul e recentemente o Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro. Tenho a impressão que, dado o sucesso do Pólo Petroquímico do Nordeste, dada a qualidade produzida competitivamente com o mercado internacional, a nafta poderá ter preço real para esse pólo petroquímico, preço compatível pelo menos o custo do produto, custo de produção da nafta. Isso seria o preço médio de produção de derivados no País.

Esse custo da nafta deve estar em torno de US\$ 20 por barril, mas a nafta está sendo vendida ao parque petroquímico por um preço em torno de US\$ 12 o barril. Precisamos e já tentamos em muitas oportunidades elevar esse preço para US\$ 20 mas não conseguimos até hoje.

O SR. JARBAS PASSARINHO — A informação que temos é um pouco diferente da dada pelo diretor do seu órgão, inclusive não sei exatamente mas fiz o relatório como Relator *ad hoc*, pois no momento o Senador José Fogaça estava representando o Brasil lá fora e tive que assumir essa responsabilidade, por indicação de compaheiros. Se não me engano, falava-se em US\$ 70 esse relatório parcial está aí entregue a todos os Membros. Não é tão pouco abaixo, como disse o Diretor, era muito baixo, era metade, como V. S.^a mesmo disse ainda há pouco. Isso me leva a pensar em problemas estratégicos e não em problemas meramente táticos de produção. Por que, se o nosso objetivo é fazer um pólo petroquímico no Brasil, com finalidade de exportação só podemos ter capacidade competitiva de exportação comprando a nafta por um preço e a Petrobrás assumindo a responsabilidade desse subsídio para que, irrealisticamente, se obtenha um preço competitivo no estrangeiro. Isso é uma política que me lembra a filipeta do passado, a famosa história da filipeta.

Então, a Petrobrás é penalizada, é punida por bancar esse subsídio, o que foi dito, aqui, pelo Presidente da Petrobrás e depois confirmado. Isso me leva a louvar a sua afirmativa e veja como nós, congressistas, ficamos aturdidos, porque uma das primeiras perguntas que fizemos aqui — eu, como Relator, e outros companheiros, como o Deputado Benedito Monteiro, Deputado Luiz Roberto — é se esse achatamento dos preços dos produtos básicos dos derivados do petróleo não era parte de uma política intencional do Go-

verno de reduzir a inflação. Isso foi negado; foi negado peremptoriamente. E V. S^a afirma eu estava aqui ao lado de V. S^a quando afirmou que realmente foi parte dessa política. E esta é outra, é outra parte que se compõe do mesmo jeito. Alguém está pagando isso. Então jogando em quem? Em cima da Petrobrás. Ela está recebendo o peso, ora de comprar O GLP por um preço e vender por muito mais barato, ora no problema da nafta. E conversamos sobre isso aqui com o próprio Ministro Mailson, que negou. Mas, negou a partir do momento em que disse que os preços dos derivados de petróleo já estavam sendo ajustados até março, o que tem dado essa sucessão quase ininterrupta, quase semanal dos produtos básicos.

Então, na verdade, o que a mim me parece é que houve um malogro total, do ponto de vista da política econômica nacional, na medida em que, pensando conter a inflação, submeteu essa empresa, a Petrobrás, ao gravame desses subsídios. E a inflação galopou, foi para mais de 2 mil por cento em 12 meses.

Sua declaração choca-se frontalmente com as afirmativas feitas aqui, primeiro, pelo Secretário e, depois, pelo próprio Ministro. Acho que, na verdade, está traduzido exatamente pelas suas expressões. Houve uma série de medidas visando fazer achatamento de preços, com o objetivo, em grande parte, de dar extroversão da economia brasileira. Exporta para lá, mas, quem está pagando isso? Então, a pergunta que fiz é em relação à dúvida que tinha sobre se a fixação de preços da nafta era atribuição do CNP ou se passou também, depois que o CNP perdeu o poder de fixar, para o Ministério da Fazenda? Creio que passou para o Ministério da Fazenda. Tudo passou para lá.

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Temos tido uma luta constante para aumentar o preço da nafta. Mas essa luta se acirrou há um ano atrás, porque, até há um ano atrás a política da Petrobrás era um pouco diferente. Ela tinha muito lucro com a Petroquisa, que era o grande consumidor da nafta. Então, se ele perdia no preço, ganhava na Mas ela depois chegou à conclusão que estava perdendo mais do que ganhando, com o preço baixo da nafta. Então, ela começou a aumentar o preço da nafta, porque até há um ano, um ano e meio atrás, ela não se importava muito com esse problema.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Aqui, um Diretor da Petrobrás chegou a dizer que 30% dos lucros operacionais da Petrobrás eram derivados exatamente da Petroquisa. Então, uma coisa estaria compensando a outra. Um segundo ponto que já foi muito tratado aqui — V. S^a me permitira repetir, até por uma técnica vou ver se consigo entender, uma vez que não consegui entender até agora — foi o que o Deputado falou ainda há pouco, não só ele, o Deputado Mário Lima sobre o absurdo de um preço tão baixo, oferecido aos vendedores e consumidores de botijões

de gás. Estou com um documento aqui, um anúncio do **O Globo**, feito pelo Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo, isso é de outubro do ano passado. Onde eles mostram, em primeiro lugar, uma curva descendente de valor real de preço do GLP para o consumidor, a tal ponto que é uma coisa geradora de grande perplexidade. Eles diziam em 1885, um botijão de 13 quilos — e V. S^a falou que o consumo mensal de uma família representava 7% do Piso Nacional de Salários, e hoje essa proporção é da ordem de 3%. Então, seria um achatamento imposto ao preço do GLP.

Bom, adiante ele diz que o resultado disso é é estarrecedor —, em valores absolutos, é que o GLP era vendido em 1975 a 750 dólares a tonelada. E hoje, com a correlação feita, esse preço cairia para 175 dólares — caiu de 750 para 175. Consequências, segundo o documento do sindicato: Não apenas as 18 empresas do setor, que são responsáveis por cerca 30 mil representantes e 200 mil empregados diretos, mas sim sobre a Petrobrás e o país. E realmente isso impressiona. A Petrobrás outra vez, porque faz uma importação de um milhão e duzentas mil toneladas por ano de GLP, compra por um preço, e vende por um preço abaixo da compra. Então, a Petrobrás, outra vez está sendo atingida por subsídio. Em segundo, o que nós vimos aí, a televisão mostrava à vontade, o preço do gás ficou de tal modo vantajoso para o consumidor que começaram a fazer automóvel abastecido com GLP em vez de abastecer com gasolina e com álcool.

Agora, a pergunta seria esta: como é que V. S^a verifica a eficácia, a eficiência em termos de política nacional para esse procedimento?

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Acho que esse procedimento de defender é suicídio. Não pode continuar porque nós, a troco de beneficiar o consumidor, estamos desvirtuando completamente o uso do produto. Hoje, o nosso produto é usado para aquecimento de pinteiro, de piscina, para carro, para atividades mais diversas, para sauna. Nas fronteiras do Brasil com o Uruguai, na Bolívia e Argentina há o contrabando de botijões de GLP tal o preço ridículo que ele apresenta. Então, se nós continuarmos aumentando cada vez mais a importação, vamos aumentar o déficit, não estamos pagando um produto caro em dólar e vendendo barato em cruzado. Essa que é a verdade.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Agora isso também é consequência da política econômica fixada.

O SR. ROBERTO FRANÇA DOMINGUES — O GLP era da cesta básica e não podia aumentar — esse era o argumento. O gás de cozinha não pesa nada, 130 cruzados por mês, como eu disse, é menos do que um cafezinho por dia.

O SR. FERNANDO SANTANA — Mas é caro!

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sim, mas não pode subsidiar desse modo.

O SR. FERNANDO SANTANA — Eu não estou defendendo o preço meu caro Senador.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Não, eu estou gostando dos apartes que o Presidente está permitindo. Aliás, aqui quando nós violamos o Regimento, dizemos sempre “democraticamente ou liberalmente”. V. Ex^a que é um liberal... Mas o nosso Fernando Santana é uma das figuras mais brilhantes deste Congresso, e naturalmente nós não temos muitas opiniões coincidentes, temos algumas mas não muitas. A exemplo, não vamos tratar de problemas da Constituinte, que o Presidente do CNP está para outro assunto aqui.

Acho muito interessante a sua colocação, inclusive quando falou em não aumentar o número de pessoas ou de entidades que fazem parte da distribuição, a nossa BR e outras mais. Bom, no campo da competição, por exemplo, isso é muito interessante, de maneira que parece seria interessante também que a própria Petrobrás, nessa área, pudesse competir também na distribuição GLP.

Houve uma pergunta que lhe foi feita, e eu fiquei em dúvida sobre a resposta. Porque, o Deputado fez a pergunta, V. S^a disse que era a favor, mas alguém disse que havia uma declaração sua no jornal que era contra.

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Eu ignoro essa declaração. Aliás, os jornais são mestres em publicar declarações que eu não faço. Eu estava em férias em João Pessoa, e fizeram declarações minhas aqui em Brasília.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Geral, se nós colocássemos aqui os quase 600 Congressistas num confessionário todos eles diriam isso, mas de público não dizem, não, têm um medo muito grande da represália.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — O Deputado Francisco Küster pede a palavra, pela ordem.

O SR. FRANCISCO KÜSTER — Peço a palavra pela ordem, por gentileza, porque se trata de um relatório reservado e tem umas declarações aqui atribuídas ao CNP, isso é um documento reservado, não é notícia de jornal, não. Eu se for o caso, requeiro ao caro Presidente, Deputado Tinoco, a transcrição desse artigo aqui, que ele venha as minhas mãos como um documento, um relatório reservado, a transcrição, nas atas desta reunião, deste documento para que passe a ser peça integrante.

E aproveitando, eu não gosto de ficar na dúvida, eu fiz uma afirmação, e o General França disse que eu estava realmente mal informado, e eu não posso sair na dúvida aqui. Qual era o preço do quilo do GLP no mês de fevereiro e qual o preço hoje? Qual é o preço do mês de fevereiro e o preço de hoje do quilo? Só para esclarecer, porque não tenho condições de sair na dúvida.

O SR. DEPOENTE — Na segunda quinzena de fevereiro sofreu um aumento, agora no dia 12, de 25%, a diferença é de 25%.

O SR. FRANCISCO KUSTER — Não, mas eu gostaria de saber o preço do mês de fevereiro que, por certo, V. S.^a deve ter, se não eu vou sair com dúvida daqui, e aí para mim fica ruim, é uma questão de consciência, o preço em cruzados de fevereiro e o atual.

O SR. DEPOENTE — O Sr. está pedindo o preço em valores absolutos de fevereiro e de março.

— Eu não trouxe a série histórica, mas dá para calcular aqui, o Sr. me permite um instante?! (Pausa).

Eu queria esclarecer ao nobre Deputado que nunca o CNP baixou o preço com essa inflação que está aí, nunca, não houve produto que teve preço rebaixado, nunca!

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sr. Presidente, eu pergunto se a questão de ordem a que V. Ex.^a se referiu, estando eu com a palavra, se eu permaneço com ela ou não?

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — V. Ex.^a permanece com a palavra.

A questão de ordem formulada pelo Deputado Francisco Kuster será posteriormente encaminhada pelo General França Domingues, para que essa dúvida possa ser dirimida, mas continuamos os debates e com a palavra o nobre Senador Jarbas Passarinho

O SR. JARBAS PASSARINHO — Aproveitando a questão de ordem que foi levantada pelo Deputado Francisco Kuster, quando ele disse que não se tratava de imprensa, mas de um documento, trata-se de imprensa, trata-se de um relatório reservado que muitas vezes na minha vida já verifiquei como publicações infundadas, é uma parte da imprensa, só que é uma imprensa periódica, e, consequentemente, quando se pede que esse documento seja integrado nos Anais da Comissão, é evidente que é um direito do Deputado, mas é bom que se — do meu ponto de vista, perante o Relator e o Presidente — trata-se da imprensa que atribui isso ao General França Domingues.

Em matéria de estratégia nacional, eu teria uma opinião que queria submetê-la a V. Ex.^a e aos Colegas, os meus Pares: nós aqui agora queremos chamar Companheiros, no bolchevistas éramos camaradas, na Revolução Francesa anterior éramos cidadãos e agora a partir da Constituinte somos Companheiros, nem sempre do mesmo Partido, nem sempre das mesmas idéias

Eu vi o Ministro Camillo Penna, na época, aqui havia um velho Presidente na Casa, muito famoso, mineiro Antônio Carlos, que quando o orador estava falando ele não gostava, ele dizia, ele tocava a campainha e dizia: “perdão, o tempo é nosso inimigo”. (Risos.) Mas quando ele gostava, ele dizia: “o tempo é nosso amigo”, e podia prosseguir.

Aqui a pergunta é só sobre o Proálcool e eu vou reduzi-la já no tempo e vi como o Ministro Camillo Penna, com a presença do Sr. Mac Namara, que era Presidente do

Banco Mundial — isso era 1979 ou 1980 — nesta altura, como V. Ex.^a sabe, no marketing o barril de petróleo estava dando 40 dólares e o Brasil estava comprando o barril por uma média de 34 dólares. O Sr. Mac Namara disse: “eu financio pelo Banco Mundial esse projeto com prioridade. Esse projeto brasileiro é uma das coisas mais inteligentes e eu financio, convencido de que é extremamente útil ao Brasil”. Então, usava-se aquele slogan: o Brasil é o único País que planta o seu petróleo. Não estou atualizado, mas tanto quanto ainda me lembro, a produção do álcool, hoje, corresponde ao equivalente de 170 mil barris de petróleo por dia, mais ou menos isso. Se nós acabássemos como isso subitamente, significaria, por cálculos que fiz aqui — V. S.^a é da área de Engenharia, mas eu sou de Artilharia, e artilharia calcula melhor que a Engenharia, marcha melhor que a Infantaria e monta melhor que a Cavalaria, de maneira que essa é uma grande Arma — que, se nós tivéssemos que importar o petróleo equivalente, sem nada em álcool a produzir, teríamos, por mês, um dispêndio de 3 milhões e 400 mil dólares por dia. Por mês, 102 milhões de dólares e por ano um bilhão e 224 milhões de dólares

Ora, considerando que o Proálcool tem retorno de outra natureza, os empregos que oferece, a produção agrícola que faz com todos os agregados que surgem e que ele é eminentemente um projeto estratégico que depende da evolução do problema de preço do óleo no mundo, eu só não concordaria — como vi V. S.^a não concordar — que isso fosse feito às expensas da Petrobrás, mas que, talvez seja estrategicamente necessário que o Brasil mantenha um projeto dessa natureza, com a correlação com o preço da gasolina que proporcione realmente a compra do automóvel a álcool como uma garantia nossa para qualquer problema circunstancial e violento nos termos de preço de petróleo e, mais de que preço, de fornecimento de petróleo.

V. S.^a seria a favor dessa tese ou preferiria que o Proálcool — porque isso vai-se debater aqui seguramente — viesse a ser extinto?

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — Não. Eu quero dizer que o Proálcool não pode ser extinto. Todos os combustíveis antipoluentes — e o álcool é um deles — têm futuro garantido. O álcool é um deles e talvez seja o melhor. O metanol é outro. O metanol é um combustível antipoluinte, relativamente barato e que tem futuro garantido. Os Estados Unidos, por exemplo, estão partindo para a despoluição de grande centros na base do metanol. Só que o metanol tem uma origem diferente, ele é tirado do gás de petróleo e o nosso álcool é tirado da cana-de-açúcar. O álcool tem suas vantagens e desvantagens, como todos os produtos. Uma das desvantagens é que o preço dele, hoje, é mais alto que o da gasolina, cerca de dez dólares o barril, cálculos feitos por nós. O álcool tem um poder calorífico de 81% da gasolina e precisa de subsídios. Como o subsídio é dado hoje ao álcool? Ele integrou

o dos derivados de petróleo — e os produtores conseguiram isso na Comissão Nacional de Energia, e foi uma grande vitória para eles — de maneira que, hoje, a gasolina tem o preço alto, para compensar o preço baixo do álcool, que é 75% da parte do preço da gasolina. Não podemos deixar de produzir álcool, porque é um combustível limpo, antipoluinte e melhora as condições da gasolina, mas que não se chegue ao exagero, numa época em que se chegou a produzir 95% dos carros a álcool e nem 5% a gasolina.

Acho que o futuro do Proálcool está em que, misturado em 22% até 25%, melhora muito as condições da gasolina. Outro inconveniente do álcool é que ele é um combustível que só substitui a gasolina. Não substitui a nafta, o diesel, o óleo combustível, nada disso, só a gasolina. E o que está acontecendo hoje?

A Petrobrás tem gasolina em excesso, está exportando gasolina; de maneira que o álcool não faria grande falta. Atualmente a produção da gasolina da Petrobrás exportada não dá para compensar esses 165 mil barris de álcool, produzidos diariamente; mas, o álcool só substitui a gasolina. Qual é o nosso produto crítico? Dois produtos críticos, o diesel, principalmente, nós não conseguimos substituir. Não há, hoje, ainda um motor a álcool para caminhão, para ônibus, que tenha rendimento satisfatório? Nenhum, só para carro de passeio.

Então, veja só: hoje, o álcool serve, mas, parcialmente, não cobre a faixa toda que o petróleo cobre.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO — No Pará, Sr. Presidente, quando nós estamos um pouco premidos, nós dizemos: estamos vexados. Eu estou vexado por estar vexado o Deputado Santana. Eu encerro aqui e agradeço.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o nobre Senador Antônio Luiz Maya

O SR. ANTÔNIO LUIZ MAYA — Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, Sr. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, eu gostaria de retomar duas perguntas que foram formuladas e que não mereceram a devida resposta. A primeira foi feita pelo primeiro que fez as interrogações a V. S.^a; e a segunda, não sei se pelo segundo ou terceiro.

A primeira dizia respeito ao consumidor e defesa e a segunda à função do próprio Conselho Nacional do Petróleo. Eu gostaria de fazer uma pequena reflexão em cima para depois formular as perguntas.

A primeira reflexão é que como representantes aqui no parlamento somos do povo, portanto, somos representantes do povo; e como representante do povo nossa missão fundamental é exatamente o bem-estar da comunidade e a qualidade do nível de vida.

Uma lei que não tivesse esse objetivo não teria sentido, e aqui é a Casa da lei, portanto, visa, fundamentalmente o bem-estar da comunidade.

Pois bem, a crise que atravessa, atualmente, a Petrobrás afeta direta, ou indiretamente, mais profundamente, o quê? O nível de vida da população. O problema é tão sério que o bem-estar da população oscila de acordo com a própria situação do preço do petróleo e seus derivados. Aumenta o preço de petróleo, no mesmo dia os supermercados aumentam os seus preços, o pão passa a ter outro preço. Pois bem, o preço dos combustíveis é o termômetro, portanto, da variação do custo de vida, do povo brasileiro. O aumento dos preços dos alimentos, dos vesturários, do transporte, da habitação e de tudo o mais, é uma função da elevação dos preços dos combustíveis. V. S.^a não acha que isso é um contra-senso? Não deveria ser exatamente o contrário? Não seria o bem-estar da comunidade que se fundamenta na possibilidade de acesso aos bens de consumo, que deveria ser o termômetro de crescimento dos preços, por exemplo, dos combustíveis? A pergunta, pelo que se nota a situação de consolidação da Petrobrás, por exemplo, e sua segurança como estatal, empresa que visa de algum modo o lucro, parecem prevalecer sobre o custo e a qualidade de vida do próprio consumidor. O CNP não deveria ter por objetivo principal a defesa do consumidor diante da empresa, ou das empresas distribuidoras que sejam, ao invés de defender exatamente os interesses, vamos dizer, da estatal em termos de lucro, e das demais empresas de distribuição?

O combustível, seja gasolina, seja diesel, ou seja álcool é um elemento de primeira necessidade, hoje, na vida moderna ninguém nega isso —, e, como o Sr. mesmo diz, o gás de cozinha faz parte da cesta básica, é fundamental isso. Não haveria meios de tornar acessível ao grande público a sua aquisição, isso não competeria ao conselho fazer?

O SR. DEPOENTE (Roberto França Domingues) — O Sr. tocou num ponto que eu sempre ressalto em toda reunião: é quando o CNP vai, como teve há pouco tempo em São Paulo, reunir-se com os sindicatos, aqueles sindicatos poderosos de caminhoneiros, sindicatos de posto de gasolina, que são 21 mil no Brasil, gente de peso, eu sempre digo: o CNP é o único órgão que defende o usuário. Nós somos aqui representantes do usuário, não quero dizer representante do povo, porque pode parecer demagogia. Defendemos o usuário, porque é muito fácil para nós dar margens de lucros de revenda muito grande aos grupos de pressão, ficar bem com eles, mas fugindo à nossa responsabilidade.

O CNP sempre representou o Governo defendendo os usuários. Entretanto, veja a situação que estamos ultimamente. A contenção de preços que houve durante todo esse tempo a quem beneficiou? (Uma pergunta que foi feita ao usuário) Porque o preço baixo do GLP beneficiou a pessoa humilde que

compra para cozinhar seu alimento; o preço baixo do álcool e da gasolina, ao que tem carro.

Porém, ficamos na seguinte situação: “Muito bem, o usuário é beneficiado, o preço fica rebaixado, mas e a Companhia que tem o monopólio, como fica?” Este é o problema que está em pauta aqui. Se V. Ex.^a faz um preço vil, abaixo dos custos, V. Ex.^a vai à falência e também a empresa que administra esses custos. E o pior petróleo, como disse na eletricidade é o que não há. Daqui há pouco a Petrobrás não tem dinheiro para comprar óleo no exterior, o que pode acontecer é faltar petróleo, tal como o álcool. Esta é a situação que se encontra.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Com a palavra o Sr. Deputado Fernando Santana

O SR. FERNANDO SANTANA — O Senador Passarinho acabou levando a discussão a um ponto que seria muito interessante ser renovado. Ele se refere ao problema do álcool e ao fato deste, como disse o Presidente, ser substituído da gasolina. Esse problema do álcool é importante porque o petróleo, a nosso ver, é um bem perecível a curto prazo. Na história da humanidade o petróleo vai acabar dentro de pouco tempo e nós já devemos, inicialmente, começar a tentar alternativas naturais que possam substituir o petróleo e seus derivados

O problema do álcool, a nosso ver, é importante, entretanto, o erro que cometemos foi não ter também, simultaneamente, tentado a substituição ou redução do uso do diesel; fizemos alguma substituição do óleo combustível através do carvão mineral — os fornos de produção de cimento tentaram isso e fizera —, mas no que diz respeito ao diesel, nada se fez e poderia ter-se feito. A mamona, por exemplo, todos sabem que é queimada no ciclo do diesel, ao natural, e o Nordeste inteiro pode produzir muita mamona e poderia ter uma produção extraordinária.

O dendê, que temos normalmente até natural nas costas da Bahia, ele nasce naturalmente, é também um substituto, da mesma forma o babaçu. Entretanto, não houve interesse do ponto de vista da pesquisa de tentar uma substituição mais ampla dos derivados que pudessem, inclusive, economizar. Estamos importando 1 milhão e 200 mil barris-dia de petróleo, praticamente a metade, porque temos uma produção interna igual, justamente para atender à condição do diesel. Se tivéssemos proporcionalmente substituído o diesel, como o fizemos com a gasolina pelo álcool, então teríamos economizado muito, porque teríamos internamente a produção de óleo diesel para reduzir a importação de petróleo.

Evidentemente, aí está o gargalo da questão. Sempre discutimos isso e achamos possível que o álcool continue como um programa muito bom para o País, entretanto, não ele isoladamente, mas outras soluções para o programa do diesel, do óleo combustível, etc. Esta foi apenas uma digressão, pois fiquei

mais ouvindo. Tenho um outro assunto a falar

Primeiro, todos os nossos preços foram controlados para conter o processo inflacionário. Isto porque nos impuseram um modelo econômico, através do Fundo Monetário Internacional, e nós deveríamos planejar internamente aquela inflação que pudesse ser aceita pela chamada Banca Internacional. Esta inflação, para não ir além daqueles limites que eram propostos pelos nossos credores, através do Fundo Monetário Internacional, o Governo então passou a controlar o preço daquilo que ele pôde controlar realmente: petróleo, distribuição do derivado do petróleo, energia, comunicações, preços do aço. Tudo isso foi altamente controlado. Chegamos ao ponto de o Presidente da Belgo-Mineira, em informação prestada lá na Câmara, na Comissão de Fiscalização Financeira, dizer que os preços dos produtos resultantes da siderurgia brasileira estavam 162% abaixo do preço internacional, que um automóvel tendo um peso de 80% de produtos siderúrgicos só recebia das montadoras 3% por esses 80%. Enquanto isso ninguém teve uma maneira de controlar o preço do combustível, que subiu estrepitosamente, passou a ser até caderneta de poupança. É um escândalo fazer propaganda de automóvel como um ativo que é melhor do que a própria poupança, tal a elevação dos preços que as montadoras obtiveram nos automóveis, tendo inclusive preços baixíssimos de todos aqueles produtos siderúrgicos, chapas, etc., que eles compravam a preço de nada.

Então, evidentemente, fizemos uma política econômica de conter os preços, sobretudo daqueles que o Governo tem condições de conter, que são nas empresas estatais, todas elas foram atingidas por essa política, a Petrobrás, a Siderbrás, a Eletrobrás, a Telebrás, todas foram atingidas. Agora é que se está tentando recuperar essas tarifas, porque isso estava sendo pago pelo povo brasileiro para enriquecer desmesuradamente as grandes montadoras internacionais aqui e fora daqui.

Enquanto durar uma política desse tipo que nos vem imposta de fora, enquanto não tivermos saberia suficiente para ditar uma política econômica que seja correspondente aos interesses da Nação brasileira, nós estaremos campados via petróleo, via produto siderúrgico, via comunicação etc.

Então, não há dúvida que os preços foram contidos para poder reter o processo inflacionário e não reteriveram, porque os monopólios e os oligopólios quase todos não têm nenhum interesse com a vida brasileira — o cimento foi para onde quis, o carro foi para onde quis, o rádio foi para onde quis, tudo foi para onde quis.

Mas, voltando ao nosso assunto, e rapidamente, Sr. Presidente, gostaria de dizer ao Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, que apesar de a gasolina custar 24 cruzados, que parece um preço, a garrafa d'água, que não dá trabalho nenhum, o sujeito vai

na fonte natural e apanha, e a Nestlé é quem controla quase todas as águas minerais do Brasil, há vinte dias passados comprei uma garrafa de 1 litro por 50 cruzados, não sei qual é o preço — 50 cruzados, uma garrafa d'água! O petróleo você explora numa lâmina a 500 metros abaixo do nível do mar, você transporta, você refina, você faz aquilo e por outro, e com toda essa inflação ainda se vende a 24 cruzados e a água a 50 cruzados! Vejam bem, os preços dos produtos produzidos das empresas estatais é que estão realmente comprovados. A água, que é de graça, sujeito apanha lá na fonte, sai por 50 cruzados a garrafa ou 60 não sei mais o preço.

Bem Sr. Presidnete, eram essas considerações, mas eu teria aqui uma série de perguntas para fazer e vou deixar de fazê-las, porque gostaria de deixar aqui afirmado apenas duas coisas.

A primeira é de que os preços foram realmente controlados, foram rebaixados, foram contidos para atender aos limites da inflação que o Fundo Monetário Internacional admitia como possível.

Segundo, que o programa do álcool é importante, mas ele não teve a importância que poderia ter se nós também tivéssemos tentando, simultaneamente, a substituição do óleo diesel, e do óleo combustível que, neste caso, teríamos economizado muito na importação de óleo, e continuamos importando maior quantidade de álcool do que de óleo, tanto assim que temos uma sobra muito grande de gasolina, para exportar a preço relativamente baixo, porque não temos alternativa nem para óleo diesel. Esse é o mal.

Então, o programa do álcool pode vir a ser no Brasil uma solução através dessas alternativas, como também não podemos deixar de discutir aqui, hoje, que os preços dos combustíveis no Brasil atinjam realmente o povo, porque tivemos também uma outra política completamente errada, a política nacional do transporte. Colocamos o nóculo rodoviário como único para decidir as nossas questões. Chegamos a transportar internamente 80% em caminhão, e 90% dos passageiros em ônibus. Este erro fundamental da política na-

cional de transportes atinge seriamente a questão do petróleo no Brasil.

E nós não temos essa riqueza toda, e mesmo que a tivéssemos não poderíamos fazer o que estamos fazendo em matéria de plano nacional de transporte.

É necessário imediatamente que esta Casa se conscientize que é indispensável um plano urgente de vinte anos, seja de que tempo for, para mudar essa estrutura viária brasileira, que é a mais inadequada possível, é a mais errada possível, daí a razão pela qual temos de conter preço de combustível justamente para não atingir o custo de vida.

Na Europa, em setembro do ano passado, na Itália, um litro de gasolina custava mil e duzentas liras e ninguém estava dando bolas para isso. Por quê? Porque na realidade, a Itália não tem o seu sistema viário, aquele que atinge a economia do povo, baseado nem no caminhão e nem no automóvel. Então, aproveitei, agora, esta oportunidade para chamar a atenção dos nossos Colegas para outros problemas, que não são estes, mas que estão diretamente ligados, e que o futuro deste País vai depender muito da nossa capacidade de planejar imediatamente uma nova solução para o sistema viário brasileiro.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Benedito Monteiro.

O SR. BENEDICTO MONTEIRO — O Gal. França fez uma afirmação a respeito da Shell, lucro da Shell, na questão do alumínio, que é apreciável. Então, eu queria que ficasse escrito aqui essa questão, também da distorção dos incentivos e dos subsídios, porque aqui não falamos dos incentivos e dos subsídios. Quer dizer, a Shell teve o seu projeto completado na Amazônia pela Camargo Correa, que é sócia dela. E a Camargo Correa recebeu de incentivos fiscais na Amazônia, em função dos serviços prestados à Hidrelétrica de Tucuruí, cerca de quatrocentos milhões de dólares. Então, ela entrou nesse projeto de alumínio associando-se à Shell.

Então, veja a estupidez: a Nação, com os incentivos fiscais, quer dizer, com o imposto de renda que deixou de ser recebido pela Nação, está subsidiando uma multinacional na questão do alumínio na Amazônia.

Era apenas para ficar gravado isto como um testemunho dessa distorção, tanto da política de subsídios como de incentivos fiscais que nós adotamos até hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — O Gal. França Domingues tem um conselho da Petrobrás agora, e ele está realmente com o tempo esgotado. Eu gostaria que, então, nós não nos alongássemos para que também não o prejudicasse. S. S. se propõe, inclusive, a qualquer dúvida dos Srs. Deputados e Senadores, podem formular a pergunta por escrita, que ele se compromete a remeter as respostas necessárias ao esclarecimento dos Srs. Parlamentares.

Eu quero, então, finalizando a reunião, agradecer ao Gal. França Domingues, à sua presteza, à sua hombridade, às respostas claras e concisas que formulou aqui, neste instante, e gostaria de combinar com os senhores Membros da Comissão a convocação do Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Petrobrás, para a próxima semana, de vez que esta Comissão teve origem nas denúncias formuladas pela Associação de Engenheiros e pelos Sindicatos dos Trabalhadores da Petrobrás. Gostaria de saber se os senhores concordam com essa convocação para terça e quarta-feiras da próxima semana.

O SR. LUIZ ALBERTO RODRIGUES — Sr. Presidente, só uma ponderação. Parece que na próxima quarta-feira nós teremos a posse do Sr. Presidente da República, do novo Presidente, quinta-feira. Porque o meu medo é exatamente fazer uma superposição e nisso aí não haver um comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (José Tinoco) — Está encerrada a reunião.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	NCz\$ 17,04
Exemplar avulso	NCz\$ 0,11

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	NCz\$ 17,04
Exemplar avulso	NCz\$ 0,11

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP: 70160.**

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615, na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 98

(abril a junho de 1988)

Está circulando o nº 98 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 466 páginas, contém as seguintes matérias:

EDITORIAL

Centenário da Abolição da Escravatura

SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL

Comemoração do centenário da Abolição

COLABORAÇÃO

Aspectos econômicos do processo abolicionista — *Mircea Buescu*

A família na Constituição — *Senador Nelson Carneiro*

Fonte de legitimidade da Constituinte — *Geraldo Ataliba*

A Constituição e o caso brasileiro — *Eduardo Silva Costa*

A vocação do Estado unitário no Brasil — *Orlando Soares*

Da arbitragem e seu conceito categorial — *J. Cretella Júnior*

O juízo arbitral no direito brasileiro — *Clóvis V. do Couto e Silva*

Grupo econômico e direito do trabalho — *Paulo Emílio R. de Vilhena*

Hacia el abolicionismo de la sanción capital en España — *Antonio*

Beristain

As cláusulas contratuais gerais, a proteção ao consumidor e a lei portuguesa sobre a matéria — *Francisco dos Santos Amaral Neto*

Delimitamentos históricos do processo civil romano — *Sílvio Meira*

O destinatário do sistema brasileiro de patentes — *Nuno Tomaz Pires de Carvalho*

A política de informática e a Lei nº 7.646, de 18-12-87 — *Antônio*

Chaves

A lei do software — *Carlos Alberto Bittar*

ARQUIVO

Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea — A grande trilogia abolicionista — *Branca Borges Góes Bakaj*

A venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones: 311.3578 e 311.3579

**PREÇO DO
EXEMPLAR:
NCz\$ 2,00**

Assinatura para 1988
(nº 97 a 100):

NCz\$ 12,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência EC I Senado Federal — CCA 470775

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 99

(julho a setembro de 1988)

Está circulando o nº 99 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 332 páginas, contém as seguintes matérias:

EDITORIAL

Declaração Universal dos Direitos do Homem. Quarenta Anos Decorridos — *Beatriz Elizabeth Caporal Gontijo de Rezende*

COLABORAÇÃO

Reflexões sobre o valor jurídico das Declarações Universal e Americana de Direitos Humanos de 1948 por ocasião de seu quadragésimo aniversário — *Antônio Augusto Cançado Trindade*

O Poder Judiciário e a tutela do meio ambiente — *Ministro Sidney Sanches*

Dever de prestar contas e responsabilidade administrativa: concepções alternativas. Evolução de conceitos e aplicação na administração pública brasileira — *Daisy de Asper Y Valdés*

Constituinte e Constituição — *Jarbas Maranhão*

Direito administrativo inglês — *J. Cretella Júnior*

O reerguimento econômico (1903-1913) — *Mircea Buescu*

Costume: forma de expressão do direito positivo — *Marta Vinagre*

Os direitos individuais — *José Luiz Quadros de Magalhães*

A arte por computador e o direito de autor — *Carlos Alberto Bittar*

Victimologia Y criminalidad violenta en España — *Miguel Polaino Navarrete*

Participação da comunidade na área penitenciária — Necessidade de melhor apoio legal — *Armida Bergamini Miotto*

A conversão da dívida — *Arnoldo Wald*

Selección y formación del personal penitenciario en Argentina — *Juan Luis Savioli*

O problema teórico das lacunas e a defesa do consumidor. O caso do art. 159 do Código Civil — *José Reinaldo de Lima Lopes*

Criminalidade e política criminal — *Francisco de Assis Toledo*

As eleições municipais de 1988 — *Adhemar Ferreira Maciel*

A legislação agrária e o federalismo, leis federais e leis estaduais — *José Motta Maia*

Mudança política e política de desenvolvimento regional no Brasil desde o ano de 1964 — *Horts Babro e Jurgen Zepp*

Atos políticos e atos de governo. Realidades diversas, segundo a teoria tetraédrica do direito e do Estado — *Marques Oliveira*

A venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal, Anexo I, 22º andar — Praça dos Três Poderes, CEP 70160 — Brasília, DF — Telefones 311-3578 e 311-3579

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado — CGA 470775.

PREÇO DO EXEMPLAR:

NCz\$ 2,00

Assinatura para 1988

(nº 97 a 100):

NCz\$ 12,00

(já incluídos os 50% para cobertura das despesas postais)

Deixamos de atender pedidos pelo reembolso postal, em virtude do preço das publicações desta subsecretaria serem abaixo do mínimo exigido pela ECT, para remessa através do referido sistema.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: NCz\$ 0,11